



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BRENO E SILVA RODRIGUES

Os Sem Terra e as eleições: um estudo sobre a participação do MST no processo eleitoral.

Rio de Janeiro – RJ
Julho de 2024

Breno e Silva Rodrigues

Os Sem Terra e as eleições: um estudo sobre a participação do MST no processo eleitoral.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Flávia Braga Vieira

Rio de Janeiro – RJ
Julho de 2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R696s Rodrigues, Breno e Silva, 23/12/2992-
Os Sem Terra e as eleições: um estudo sobre a
participação do MST no processo eleitoral. / Breno e
Silva Rodrigues. - Rio de Janeiro, 2024.
104 f.

Orientadora: Flávia Braga Vieira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais - UFRRJ, 2024.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
2. Eleições 2022. 3. Inflexão tática. 4. Conjuntura
política. I. Vieira, Flávia Braga, 1976-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFRRJ
III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

BRENO E SILVA RODRIGUES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

Os Sem Terra e as eleições: um estudo sobre a participação do MST no processo eleitoral.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 23/08/2024

Documento assinado digitalmente
 FLÁVIA BRAGA VIEIRA
Data: 02/12/2024 21:55:10-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Profa. Dra. Flávia Braga Vieira – UFRRJ (Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 JOSE RICARDO VARGAS DE FARIA
Data: 05/12/2024 14:46:26-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Dr. José Ricardo Vargas de Faria – UFPR

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO JOSUE MEDEIROS DE FREITAS
Data: 06/12/2024 11:46:46-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Josué Medeiros de Freitas – UFRJ

AGRADECIMENTOS

À minha família, tudo! Nada veio fácil, mas meus pais, Jô e Tito, foram os responsáveis por trazer alegria e carinho em meio às dificuldades. Agradeço aos meus pais não apenas pelo apoio, mas também por todos os ensinamentos, pelo amor e pela parceria. À minha avó, Djanira, um agradecimento com lágrimas de saudade do seu “B2”. Agradeço ao meu irmão, Bruno, pela parceria, pelo apoio. Ao meu filho, Theo, que com carinho, com brincadeiras em meio aos estudos, trouxe leveza e a certeza de continuar. Amo vocês!

Agradeço ao meu melhor amigo, Cláudio, que foi responsável por enxugar muitas lágrimas e gerar sorrisos e bons momentos. Nada seria possível sem você, irmão. Te amo!

À minha namorada, Taís, que está ao meu lado nessa jornada. Seu apoio, carinho e amor foram fundamentais para superar as barreiras que surgiram durante o trabalho. Te amo, amor.

Meus mais sinceros agradecimentos aos meus amigos: Rodrigo, Black, Renata, Flora e Roberto. Vocês foram imprescindíveis em cada momento.

À minha querida orientadora, Flávia, que não apenas me orientou, como também me deu apoio, me incentivou e não me deixou desistir. Renovo o que disse em minha monografia: vou levar pra vida toda a sua dedicação e carinho.

A todos vocês e a outros que de maneira direta ou indireta contribuíram com este trabalho, meu muito obrigado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

RODRIGUES, Breno. OS SEM-TERA E AS ELEIÇÕES: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO MST NO PROCESSO ELEITORAL.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu em 1984 e nesses 40 anos demonstrou capacidade de transformação de si mesmo de acordo com as mudanças no cenário político e na sociedade brasileira. A presente dissertação analisa as diversas inflexões táticas adotadas pelo Movimento Sem Terra nas diferentes conjunturas, em especial sua entrada na luta eleitoral, em 2022. Para tanto, realizamos uma leitura da trajetória do MST e das análises que levaram o Movimento a buscar representação parlamentar própria. As relações das organizações populares (partidos, sindicatos e movimentos sociais) e a política institucional sempre foram palco de intensos debates intelectuais e militantes. O presente estudo busca contribuir com este campo de reflexões, a partir do caso do MST e seus objetivos e resultados nas eleições de 2022.

Palavras-chave:

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Inflexão tática; Eleições 2022; Conjuntura política.

ABSTRACT

Rodrigues, Breno. THE LANDLESS AND THE ELECTIONS: A STUDY ON THE PARTICIPATION OF THE MST IN ELECTORAL PROCESS.

The Landless Workers' Movement (MST) was born in 1984 and in these 40 years has demonstrated the capacity to transform itself in accordance to changes in the political scenario and in Brazilian society. This dissertation analyzes the various tactical inflections adopted by the Landless Movement in different circumstances, in particular its official entry into the electoral processes in 2022. To this end, we studied the trajectory of the MST and the analyzes that ended up leading the movement to seek their own parliamentary representation. The relationships between popular organizations (such as parties, unions, social movements) and institutional politics have always been the scene of intense debate among intellectuals and militants. The present study seeks to contribute to this field of reflection, based on the case of the MST.

Key words: Landless Workers' Movement; Tactical Inflection; Elections 2022; Political conjuncture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO UM CAMINHO TEÓRICO.....	13
1.1. Classe e consciência de classe	13
1.2. A teoria da organização política: partidos, movimentos sociais e sindicatos	16
1.2.1. Lenin e o partido político	16
1.2.2. Rosa Luxemburgo e a ampla participação das massas	18
1.2.3. Gramsci: o partido político, o sindicato e a construção da hegemonia proletária	21
1.3. Estratégia e tática	23
1.4. As eleições como tática no pensamento de Lenin	26
1.5. Novos movimentos sociais.....	27
CAPÍTULO 2 – REDEMOCRATIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E GOVERNOS PETISTAS: AS TÁTICAS DO MST EM DIFERENTES CONJUNTURAS POLÍTICAS	31
2.1. A redemocratização e o início da Nova República	31
2.1.1. MST entra em campo	35
2.1.2 O 1º Congresso Nacional do MST	38
2.2. Anos 1990: a década neoliberal	41
2.2.1. O MST na década de 90: para dentro e para fora	46
2.2.2. O 2º Congresso Nacional	47
2.2.3 O 3º Congresso Nacional	49
2.3. Anos 2000: governos petistas e a relação com o MST	53
2.3.1 O MST nos anos 2000	60
2.3.2 A relação institucional do MST nos governos petistas.....	65
CAPÍTULO 3 – 2016 A 2022: AS AÇÕES DO MST E A ESCOLHA PELAS CANDIDATURAS	69
3.1. O golpe, a ascensão da extrema direita e as ações das forças populares	69
3.1.1. As ações do MST nesta conjuntura	75
3.2. Uma nova tática: o MST e as eleições de 2022	78
3.2.1. A candidatura de Marina do MST	85
CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

“Vem, lutemos punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular.”¹

Com 40 anos de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cravou sua marca na política brasileira, tornando-se a mais longevo organização de luta pela terra e uma das principais organizações populares do país. Desde as ocupações, uma das principais formas de acesso à terra e uma das marcas do movimento, até a produção de alimentos saudáveis, o MST forjou-se como uma organização flexível, capaz de compreender as mudanças no cenário político brasileiro e transformar-se com elas.

O MST é um dos principais interlocutores da luta pela Reforma Agrária no Brasil e sua história revela uma substantiva capacidade de mudança tática, transformando também a própria luta por acesso e conquista da terra. A pesquisa demonstra que nos primeiros anos de existência o MST dedicou sua energia na construção de uma organização forte, com capacidade de realizar ocupações massivas, com milhares de famílias e lutar pela permanência na terra. Já em um segundo momento, o MST tornou-se um importante instrumento de contestação da política neoliberal recém implementada no país na década de 1990.

Essa capacidade de transformação é definida por Navarro (2002) como a habilidade de “reinventar-se politicamente” e por Fernandes (2000) como “dimensionamento da luta”. Sem perder seu objetivo principal, a Reforma Agrária, o MST vai alterando seu discurso interno e externo, abandonando e adicionando princípios, elaborando movimentos táticos e estratégicos de acordo com as mudanças políticas e as transformações na sociedade.

Para Lopes (2004) é esta capacidade de se adequar aos novos momentos conjunturais sem perder seu projeto político que permite ao MST constituir-se como uma organização longeva e em constante expansão, organizando milhares de famílias em todo o Brasil e constituindo-se como uma referência internacional na luta pela terra e formação militante.

¹ Hino do MST. Composição de Ademar Bogo. Para ver a letra completa acessar:
<https://mst.org.br/2009/07/06/nosso-hino/>

Nosso objetivo nesta pesquisa é analisar as inflexões táticas realizadas pelo MST para enfrentar os novos cenários políticos e seus impactos na luta pela Reforma Agrária e na organização dos trabalhadores rurais. Analisamos, ainda, a relação do Movimento com a política institucional ao longo de sua história, buscando compreender seu sentido e possíveis transformações que este elemento gera na organização e projeto político dos Sem Terra.

Fizemos isso ao longo do processo histórico, mas nosso foco, nosso objeto de análise, está na inflexão tática realizada pelo Movimento em 2021, quando decide lançar mão da luta eleitoral. Neste caminho, buscamos responder algumas perguntas: Por que, depois de 37 anos de existência, o MST se dispôs a lançar candidaturas próprias? Quais são os objetivos do Movimento com essas candidaturas? Como esta inflexão tática se processou no MST? Como, no entendimento do MST, a disputa eleitoral pode contribuir no avanço da Reforma Agrária e da transformação da sociedade?

Compreendemos que as inflexões táticas são produzidas no interior do MST a partir de amplos debates envolvendo a análise da realidade dos trabalhadores rurais, das famílias Sem Terra, da política nacional e internacional. De forma geral, o MST busca realizar uma análise profunda a respeito da luta de classes, da capacidade de organização popular e das reações dos grupos contrários à Reforma Agrária. A hipótese da pesquisa é de que o MST opera mudanças táticas a partir de uma compreensão da correlação de forças no país, da avaliação das perdas e ganhos a partir de cada ação desdobrada pelos trabalhadores rurais. E, seguindo nossa hipótese, a relação institucional é compreendida como uma inflexão e exercida para o fortalecimento da luta pela Reforma Agrária. Ou seja, o MST busca nas frestas do Estado burguês os mecanismos para enfrentar o capital em melhores condições. Neste caso, ainda sob nossa hipótese, os militantes que cumprem tarefas na política institucional devem exercê-la buscando, sempre, o melhor posicionamento do projeto político do Movimento. A política institucional está, assim, subordinada à luta social e à Reforma Agrária como projeto de transformação da sociedade.

Compreendemos como política institucional um vasto campo que envolve as diferentes esferas do Estado, em que o MST busca posicionar seus militantes para realizarem uma atuação em prol das necessidades do Movimento. Há também iniciativas próprias do MST na legalização de cooperativas e instituições para o mesmo

fim. Dessa forma, acreditamos que a institucionalidade é exercida através de uma estratégia própria, mas subordinada a estratégia geral do Movimento Sem Terra. A luta eleitoral e o lançamento de candidaturas são, assim, uma das diferentes formas de atuação institucional exercida pelo Movimento.

Para alcançar o objetivo exposto acima, realizamos, então, um breve resgate histórico da construção do MST inserindo-o na conjuntura política de cada momento em destaque. Buscamos nas resoluções dos Congressos Nacionais as principais definições políticas e linhas táticas a serem operadas. Em paralelo, compreendemos que o MST tem uma estrutura organizativa que possibilita fluxo de informações e tomada de decisões de forma dinâmica e, em muitos casos, imediata. Assim, buscamos também nestes espaços respostas para as perguntas supracitadas.

Com vistas a melhor exposição do conteúdo, esta dissertação apresenta uma divisão estrutural em 3 capítulos.

O Capítulo 1 tem como objetivo apresentar, sinteticamente, a teoria política sobre classe, consciência de classe e os principais conceitos da organização política a partir de autores como Marx, Thompson, Rosa Luxemburgo, Lenin, Harnecker e Gramsci. Compreendemos que o MST, uma organização declaradamente marxista, tem nestes (e outros) autores sua base teórica para a construção da organização, de sua visão de mundo e projeto de transformações. Seja em Lenin, com a leitura sobre estratégia e tática e o papel das eleições, ou Rosa Luxemburgo, com as mobilizações de massas e greves, ou em Gramsci, com a concepção de hegemonia, o MST se constrói a partir de uma base teórica e conceitual que contribui no caminhar da organização. Observamos, ainda, a teoria dos novos movimentos sociais, que busca explicar a emergência de novas formas de organização e fazer político. Estas concepções surgem na década de 1950 e são tema de ampla reflexão até os dias atuais. Nosso objetivo é construir um arcabouço teórico que nos ajude a compreender o MST, suas escolhas e ações políticas. Buscamos, assim, os conceitos na teoria política marxista que nos ajudaram a ler a inflexão tática a caminho da luta eleitoral.

O Capítulo 2 trata, de forma resumida, das inflexões táticas realizadas pelo MST ao longo de sua história e das mudanças operadas na relação institucional do Movimento a partir da análise dos Congressos Nacionais e da relação entre o Movimento e o Estado. Este capítulo está centrado na trajetória do Movimento Sem

Terra, que nasceu e desenvolveu-se como um instrumento de organização popular e em poucos anos tornou-se presente em quase todo o território nacional. De início, apresentamos como os trabalhadores rurais e urbanos estavam em permanente conflito contra as desigualdades sociais e o governo militar no Brasil, processo que gerou o MST. A pesquisa avançou seu olhar para a década de 1990, buscando compreender a implementação das políticas neoliberais dos Presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, a retirada de direitos da classe trabalhadora, a redução das políticas sociais e as mudanças operadas pelo Movimento para lidar com um dos períodos mais conflituosos e violentos de sua história. Vimos como o MST tornou-se a principal organização de esquerda na década neoliberal. A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores, aliados históricos do MST, à Presidência da República, inaugurou um novo cenário político no Brasil. Nesta parte, nossa pesquisa buscou analisar a inserção do MST neste novo momento político. O Movimento saiu de uma fase de absoluta criminalização para um período de possíveis avanços, como ocupação de cargos estratégicos. Buscamos entender, então, a relação do MST com os governos petistas, a complexidade entre realizar ocupações para o avanço da Reforma Agrária, a defesa dos governos petistas de Lula e Dilma diante de uma conjuntura de ataques da oposição e a entrada e permanência em espaços institucionais.

Este capítulo apresenta, portanto, uma divisão em 3 partes. A primeira tem foco no processo de formação do MST, que está contido no período das décadas de 70 e 80. A segunda parte compreende toda a década de 1990. Já em um terceiro momento, analisamos o período entre os anos 2000 e 2016.

Finalmente, no Capítulo 3, analisamos os ataques à democracia com o golpe de 2016 e a retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República, a ascensão de forças políticas de extrema direita e os ataques ao MST. O Movimento voltou a ser um dos principais alvos na política brasileira e a sofrer com o aumento da violência e sua criminalização. É neste período em que o MST decide pela entrada de forma organizada na luta eleitoral, lançando 15 candidaturas em 8 estados do Brasil e no Distrito Federal: Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), Pernambuco (PE), Rondônia (RO), Roraima (RR), Tocantins (TO), Bahia (BA) e Maranhão (MA). Aqui, buscamos compreender as motivações do MST em entrar na via eleitoral, quais os resultados esperados, como esta definição está sendo implementada, a análise do movimento sobre como as candidaturas e os possíveis mandatos (em caso de vitória eleitoral) podem

contribuir na organização dos trabalhadores rurais e no avanço da Reforma Agrária. Este capítulo tem um recorte temporal de 2016 a 2022.

Destacamos a candidatura a Deputada Estadual no Rio de Janeiro de Lúcia Marina dos Santos para aprofundamento desta dissertação. Marina do MST, como ficou conhecida em sua campanha, é dirigente do MST no estado do Rio de Janeiro e foi a militante indicada para assumir a tarefa de candidatar-se representando o Movimento. A história de Marina do MST está entrelaçada com a do próprio Movimento, pois Marina, como afirmava em sua campanha, é fruto e ao mesmo tempo parteira do MST.

Ressaltamos, porém, que não buscamos compreender a candidatura de Marina do MST em si, mas o sentido da inflexão tática que leva o MST a, depois de quase 40 anos de existência, lançar esta (e outras) candidatura própria. E ao mesmo tempo, as transformações que a luta eleitoral e um mandato parlamentar exercido por um dirigente do MST pode causar no Movimento e na política em geral.

Nos dois primeiros capítulos a metodologia de pesquisa foi fundamentalmente a revisão bibliográfica e documental. No capítulo 1, a revisão bibliográfica trouxe autores clássicos e contemporâneos do marxismo para o debate sobre as relações das organizações populares (partidos, sindicatos, movimentos sociais) e a política eleitoral. No capítulo 2, revisamos brevemente alguns autores que analisam a história do Movimento e buscamos nas resoluções dos Congressos Nacionais e em documentos oficiais de instâncias de Coordenação e Direção do MST as principais deliberações a respeito das táticas a serem implementadas, as mudanças de rumo e as definições a respeito da relação entre o MST e o Estado.

No capítulo 3, além da investigação em documentos e matérias jornalísticas, foram realizadas entrevistas com dirigentes e militantes do Movimento que viveram o processo de definição da luta eleitoral do MST. Realizamos, ainda, entrevista com Marina do MST, militante Sem Terra e atualmente Deputada Estadual no Rio de Janeiro para melhor compreensão dos aspectos do MST neste tema.

Apesar de não ser militante do MST, participei de forma ativa da construção da candidatura de Marina do MST desde o princípio, contribuindo por meses na coordenação da mesma. Com a vitória eleitoral, passei a integrar o grupo de Direção Política do Mandato Marina do MST. Esta dissertação conta, então, com uma metodologia de pesquisa participante, pois há interação do pesquisador com membros

da situação pesquisada a partir da pré-campanha. E, dessa forma, em momentos específicos, nos utilizamos da etnografia como método de pesquisa para descrever e interpretar situações.

Por fim, apresentamos algumas conclusões quanto aos possíveis desdobramentos a respeito da inflexão tática para a via eleitoral realizada pelo MST.

CAPÍTULO 1 – CONSTRUINDO UM CAMINHO TEÓRICO

No presente capítulo, delineamos os referenciais teóricos que servirão de orientação para o desenvolvimento da pesquisa acima apresentada. Aqui, tomamos o materialismo histórico e dialético como conceito central, pois acreditamos que as categorias vinculadas a esta tradição de pensamento, a saber, a marxista, possibilita a compreensão profunda do desenvolvimento da história, das transformações sociais, políticas e econômicas. O marxismo é, por isso, a chave de análise da realidade, o paradigma teórico-metodológico do fazer político do MST e, aqui, para analisa-lo.

Buscaremos nos autores clássicos e contemporâneos do marxismo instrumental teórico para as análises que serão desenvolvidas nesta dissertação. Compreendemos, porém, que as teorias não devem configurar-se como elementos rígidos, fechados como um dogma. Entendemos, por outro lado, que elas são fonte de inspiração, chaves que abrem portas para a compreensão de fenômenos atuais a partir da reflexão de fenômenos do passado.

Afirmo, ainda, que não está entre o objetivo deste capítulo a construção de uma “colcha de retalhos” teórica. Buscamos apresentar sinteticamente alguns conceitos que servem de orientação para as organizações de esquerda em geral, e, especialmente, para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1.1. Classe e consciência de classe

Ao afirmar que “*A história de todas as sociedades até os dias de hoje é a história da luta de classes*” (1998, p. 40), Marx e Engels definem a luta de classes como o motor da história. Porém, o debate em torno da concepção de classe é até os dias de hoje controverso, repleto de contradições e com análises distintas. Não cabe nos filiarmos, por assim dizer, a uma determinada concepção, queremos apenas explorar os principais elementos de algumas destas ideias. Vejamos a definição apresentada por Lenin:

(...) grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, consequentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõe. As classes são

grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social (LENIN, 2004, p. 150).

Esta é, por certo, uma definição ampla de um fenômeno histórico e social. Ao mesmo tempo, é uma definição que apresenta na tradição marxista a estrutura de classes sociais antagônicas que determina o conflito central na sociedade capitalista. A interpretação de Lenin busca na estrutura de classes sua definição. Neste sentido, classe é resultado da divisão estrutural da sociedade.

Gama da Silva (2023) afirma que, para Marx, classe está ligada à posição em que os grupos de indivíduos estão compreendidos dentro do modo de produção capitalista, sendo o trabalho destes subsumidos ao capital ou os que exploram a riqueza produzida pelos trabalhadores através da propriedade dos meios de produção.

(...) para Marx a definição de proletariado sempre esteve atrelada à subsunção ao capital, ou seja, à sujeição do trabalhador a uma relação social específica: à exploração de seu trabalho por um capitalista. Esta definição amplia o conceito de proletariado, não restringindo-o a apenas um ramo da produção (GAMA DA SILVA, 2023, p. 26).

Outro importante pesquisador marxista nos ajuda a compreender este conceito de classe. Vejamos:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital (ANTUNES, 1999, p. 102-3).

Os autores acima citados nos ajudam a compreender que não é a classe que determina o posicionamento no modo de produção. Ao contrário, é o lugar em que se está no modo de produção, a saber, explorado ou explorador, que determina a classe social a qual se pertence. Nesta concepção, classe não está restrita a trabalhadores industriais, o que nos leva a ciência de que os trabalhadores da área de serviços e os rurais, o campesinato, está compreendido entre o que chamamos de classe trabalhadora.

Há, porém, outra definição a respeito do mesmo conceito que nos chama atenção. Para Thompson, classe afirma-se como um “*um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno*

histórico" (THOMPSON, 2004, p.9). Vejamos, ainda, mais um trecho do autor que esclarece ainda mais sua concepção de classe.

Para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. (THOMPSON, 2012, p. 274).

A interpretação do autor busca na ação histórica dos indivíduos a formação da classe e sua consciência que, desta perspectiva, é vista como movimento, como dinâmica que desenvolve-se nos grupos sociais em seu processo histórico de luta. Importante destacar que, para o autor, classe e consciência de classe são o último estágio de uma longa caminhada, mas que ambas estão umbilicalmente ligadas entre si e com este mesmo processo, sendo, desta forma, resultado, e não pré-determinadas.

Gostaria, ainda, de destacar um trecho dos escritos de Marx e Engels que nos ajuda neste debate.

Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm que manter uma luta comum contra outra classe; no restante, eles mesmos defrontam-se uns com outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se em face dos indivíduos, de sorte que estes últimos encontram suas condições de vida preestabelecidas e têm, assim, sua posição na vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe, tornam-se subsumidos a ela. Trata-se do mesmo fenômeno que o da subordinação dos indivíduos isolados à divisão do trabalho, e tal fenômeno não pode ser suprimido se não se superam a propriedade privada e o próprio trabalho. (MARX e ENGELS, 1986, p. 84).

Nesta linha de pensamento, classe só se constitui quando há relação de oposição aos interesses de outra classe e, assim, formando a consciência de classe, ou seja, tomando consciência do seu lugar e suas tarefas históricas. Assim, para Marx e Engels, classe só existe em determinadas fases do desenvolvimento da produção, o que quer dizer que as classes são efeitos específicos de determinados modos de produção, aqueles nos quais há propriedade privada dos meios de produção (terrás, ferramentas, máquinas e etc.), assim como dos agentes de produção (trabalhadores), gerando mecanismos básicos de exploração e sobreposição de uns indivíduos sobre outros: "*Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos*" (MARX e ENGELS, 1998, p. 40).

1.2. A teoria da organização política: partidos, movimentos sociais e sindicatos

1.2.1. Lenin e o partido político

A teoria da organização política marxista tem Lenin como um de seus principais formuladores. Suas concepções serviram (e ainda servem) de referência para revolucionários e organizações de esquerda em muitas partes do Mundo. Ainda que seu pensamento esteja em profunda conexão com o momento histórico russo do início do século passado, suas formulações seguem orientando a caminhada revolucionária de partidos, movimentos, sindicatos e organizações de esquerda em geral.

Não é objetivo desta dissertação a apreensão completa de suas concepções. Queremos destacar, apenas, suas principais reflexões a respeito da organização política da classe trabalhadora, a saber, o partido político, a qual Lenin dedicou anos de sua vida para uma formulação assertiva e de extrema complexidade.

Com base em Harnecker (2018) destacamos a tese de que a classe trabalhadora urbana e camponesa têm, ao longo de sua história, criado inúmeras ações de enfrentamento a situação de exploração. Não se trata, portanto, de uma condição passiva, mas da realização de iniciativas de questionamento da situação concreta. É neste caminho, porém, que a autora, com referência em Lenin, afirma:

Para que a ação política seja eficaz, para que as atividades de protesto, resistência e de luta consigam mudar realmente as coisas, para que as explosões sociais desemboquem em revoluções, para que as revoluções se consolidem é necessário uma instância política que ajude a superar a dispersão e atomização do povo explorado e oprimido, criando espaços de convergência para aqueles que têm diferenças, mas lutam contra um inimigo comum. (HARNECKER, 2018, p. 15).

A questão da organização política tem centralidade no pensamento de Lenin porque, para o revolucionário russo, somente uma organização eficaz é capaz de conduzir o proletariado à tomada do poder político, superando as ações分散as e transformando a situação das classes em que a sociedade se divide.

O proletariado, na sua luta pelo poder, não dispõe de outra arma senão da organização. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado pelo trabalho servil sob o capital, constantemente atirado ao abismo da mais completa miséria, do embrutecimento e da degenerescência, o proletariado só pode tornar-se – e se tornará inevitavelmente – uma força invencível quando a sua unidade ideológica, baseada nos princípios do marxismo e cimentada pela unidade material da organização que reúne milhões de

trabalhadores num exército da classe operária. (LENIN, *Oeuvres*, 1966, t. 7, p. 434).

Esta organização é nada menos que o partido político, que tem como objetivo a condução da classe trabalhadora à revolução proletária e a tomada do poder. Assim, o partido, para Lenin, deve ter a capacidade de formulação de um programa político que agregue as pautas dos movimentos fragmentados e as canalize na luta política pela transformação radical da sociedade, organizando a luta de classes.

Todos os socialdemocratas concordam com a necessidade de *organizar a ação econômica da classe operária*, de conduzir uma agitação entre os operários, de ajudar os operários nesse aspecto, ou seja, de ajudá-los na sua luta cotidiana contra os patrões, de despertar sua atenção para todas as formas e todos os casos de opressão e, portanto, fazê-los compreender a necessidade de união. *Mas esquecer a luta política em função da luta econômica seria afastar-se do princípio essencial da socialdemocracia internacional e esquecer o que nos ensina toda a história do movimento operário.* (LENIN, *Oeuvres*, 1959, t. 4, p. 218, grifos do autor).

A diferenciação entre a luta econômica e política são um ponto chave para compreender o pensamento de Lenin e sua teoria da organização. Para o revolucionário, as explosões sociais, as iniciativas dos sindicatos, as inúmeras manifestações dos diversos grupos dentro da classe trabalhadora têm como objetivo central a questão econômica mais imediata. Cabe, portanto, ao partido a construção de um programa político que eleve as lutas ao patamar político, buscando a superação do capital e a divisão da sociedade em classes.

Não é a luta econômica que pode trazer para os operários uma melhoria constante, significativa, se os operários não tem o direito de organizar reuniões livremente, sindicatos, de ter os seus jornais, de enviar seus representantes às assembleias nacionais, como fazem os operários da Alemanha e de todos os demais países da Europa (com exceção da Turquia e da Rússia). Para conquistar esses direitos faz-se necessária *uma luta política.* (LENIN, *Oeuvres*, 1959, t. 4, p. 219, grifos do autor).

Por isso,

Toda luta econômica transforma-se necessariamente em uma luta política, e a socialdemocracia deve ligar indissoluvelmente uma e outra *numa luta de classes única do proletariado.* O primeiro e principal alvo deve ser a conquista dos direitos políticos, *a conquista da liberdade política* (LENIN, *Oeuvres*, 1959, t. 4, p. 219, itálicos do autor).

Para Coutinho (2015) a relação entre espontaneidade e consciência figura-se entre os pontos centrais da teoria lenineana. Para o autor, o partido é o elo de ligação entre a teoria revolucionária e o movimento operário.

Para Lênin o partido de vanguarda deve atuar como o grande instrumento de mediação entre a teoria revolucionária e a prática política das massas e a partir de objetivos estratégicos – definidos pela “análise concreta da situação concreta” – operar a construção da unidade ideológica entre os diversos movimentos da classe trabalhadora. (COUTINHO, 2015, p. 83-104).

1.2.2. Rosa Luxemburgo e a ampla participação das massas

César (2007) destaca que no pensamento de Rosa Luxemburgo o partido apresenta-se como resultado de um amplo processo antagônico entre o proletariado e a burguesia. Ou seja, o instrumento político não tem um estado a priori, sua existência, ao contrário, está condicionada a luta de classes.

É no processo da luta de classes que se põe a necessidade da existência de um organismo político para o desenvolvimento do combate proletário – essa necessidade não se dá somente nos grandes acontecimentos das lutas de classes, como as revoluções, mas mesmo nas lutas de classe mais elementares, isto é, nas lutas mais imediatas, como as reivindicações salariais ou redução da jornada de trabalho. (CÉSAR, 2007, p. 56).

O partido político segundo Luxemburgo, argumenta César (2007), deve estar na vanguarda da luta de classes e contribuir decisivamente em sua direção política. Para tanto, é preciso:

organizar a classe nos organismos de resistência econômica ou política, de forma a buscar uma coesão para a classe na sua luta, superando sua fragmentação e dispersão; desenvolver uma teoria e uma estratégia para a luta da mesma através da análise histórica e de sua tradução em um programa político. É o partido que consegue sintetizar a política necessária na relação entre as necessidades imediatas e as necessidades históricas da classe operária, mas é somente a classe que consegue transformá-la em ação; indicar e defender uma política socialista no movimento operário; deve levar o programa estabelecido através da sua análise da luta de classes, da história e da economia capitalista, para o seio da classe operária, impulsionando suas lutas; esta materialização é sempre uma relação dialética entre a ação de massas e do partido político, e não de um dos dois separadamente. (CÉSAR, 2007, p. 56).

É perceptível, assim, que o instrumento político partidário formulado por Luxemburgo não pode ser compreendido, segundo o autor, apartado do curso da luta de classes, pois:

a social-democracia (...) nasce historicamente da luta de classes elementar. E move-se na contradição dialética de que só na própria luta é recrutado o exército do proletariado e de que também, só na luta, as tarefas da luta se tornam claras. Organização, esclarecimento e luta não são aqui momentos separados, mecanicamente e temporalmente distintos, como num movimento blanquista, mas são apenas diferentes aspectos do mesmo processo. (...) o processo de luta que cria a organização conduz a uma constante flutuação da esfera de influência da social-democracia. (CÉSAR, 1991, p 43).

Se o partido nasce da luta de classes e depende dela para desenvolver suas tarefas como apresentado acima, é coerente afirmar que, para Luxemburgo, este instrumento político é parte do processo histórico. O que Luxemburgo busca com esta linha de pensamento é a afirmação de que o partido não é o elemento principal e também não deve suprimir as lutas populares, as iniciativas das massas. A organização partidária, porém, não é dispensável. A luta de classes tem seu curso e não depende do partido, entretanto os trabalhadores necessitam do mesmo para aglutinar as diversas lutas, constituir programas e palavras de ordem e direção política para a superação do capitalismo (César, 2007).

O partido tem, assim, um papel destacado no processo revolucionário, pois cabe a ele ser a vanguarda do movimento revolucionário, é ele quem, na concepção de Luxemburgo, comprehende profundamente os mecanismos de produção e reprodução do capitalismo e do lugar em que a classe trabalhadora ocupa em cada situação política (GUIMARÃES e GUERRA, 2013).

Para a autora polonesa, luta política e luta econômica são dois processos que não se separam, que estão intimamente conectados e em sincronia no processo revolucionário. Há, porém, uma distinção a ser feita. Os sindicatos são a organização política de representação de setores específicos do proletariado. O partido, por outro lado, representa os interesses do conjunto da classe trabalhadora. Por esta razão deve-se:

subordinar de novo os sindicatos ao partido. Sendo assim exprimir-se-á somente a síntese da evolução dos factos: os sindicatos, anexados de início ao partido socialista, destacaram-se dele para preparar em seguida, através de um período de franco desenvolvimento, tanto do partido como dos sindicatos, o período futuro das grandes lutas de massas; este mesmo facto implica a necessidade de reunir Partido e

Sindicatos para interesse próprio das duas organizações. (LUXEMBURGO, 1906, p. 109).

Dentre as muitas contribuições de Luxemburgo para a teoria da organização política, destacamos sua argumentação a respeito da greve de massas, a qual a autora define como:

Entende-se como tal uma arrancada maciça e única do proletariado industrial empreendida por ocasião dum acto político da maior importância com base num acordo recíproco estabelecido a esse propósito entre as direcções do Partido e dos Sindicatos, e que, conduzida na mais perfeita ordem e com espírito de disciplina, termine com uma ordem ainda mais perfeita, sob a palavra de ordem dada no momento oportuno pelos dirigentes, não esquecendo que a administração dos subsídios, as despesas, os sacrifícios, numa palavra, todo o balanço material, é determinado a priori com precisão. (LUXEMBURGO, 1906, p. 22).

As contribuições de Luxemburgo, porém, buscavam a ampla participação do proletariado na revolução socialista. Para a revolucionária polonesa, as ações populares, as iniciativas dos diversos grupos dispersos na sociedade, estão imbricadas com a luta política e a ela entregam resultados qualitativos e, em muitos casos, contribuições para o avanço da revolução.

As greves políticas e as econômicas, as greves de massas e as parciais, as greves de protesto e as de luta, as greves gerais de determinados ramos da indústria e as greves gerais em determinadas cidades, as pacíficas lutas salariais e os massacres nas ruas, as batalhas nas barricadas: todas se entrecruzam, correm paralelas, se encontram, se interpenetram e se superpõem; é uma variável onda de fenômenos em contínuo movimento. E a lei que determina o movimento desses fenômenos é clara: não se encontra na greve de massas em si mesma nem em suas particularidades, mas, sim, na dimensão política e social da força da revolução. (LUXEMBURGO, 2005, p. 282).

Em muitas partes, à Rosa Luxemburgo é direcionada a afirmação de anarquismo ou de uma organização frouxa, de caráter espontaneísta. Entretanto, os escritos supra citados não nos autorizam esta conclusão sobre as argumentações da revolucionária polonesa. Suas concepções diferem em muitas partes de Lenin, com quem a autora travou intensos debates, mas há em Luxemburgo uma complexa e profunda teoria da organização política que, como vimos, envolve diversas organizações na caminhada revolucionária, valorizando a experiência prática da classe para sua conscientização e buscando o partido como o instrumento político de direção da vanguarda revolucionária.

1.2.3. Gramsci: o partido político, o sindicato e a construção da hegemonia proletária

Antônio Gramsci desenvolve sua práxis política a partir da constatação de uma sociedade dividida em classes, como expressamos acima. Sua teoria e ação estão voltadas para a transformação da sociedade a partir dos “de baixo”, dos “subalternos”, como denominado pelo revolucionário italiano, para a construção de outra sociabilidade absolutamente diferente. Para esta tarefa, Gramsci aponta a necessidade de articulação entre o partido político e os sindicatos.

Na perspectiva gramsciana, o partido político deve desempenhar o papel de organizador e educador das massas proletárias, canalizando sua atuação à luta geral pela transformação radical da sociedade. Assim, não cabe ao partido uma atuação política específica, restrita a um ou poucos setores sociais, mas uma compreensão, reivindicação e ação política universal (CRUZ, 2009; DEL ROIO, 2020).

O Partido permanece a hierarquia superior deste irresistível movimento de massas; ele exerce a mais eficaz ditadura, a que nasce do prestígio, a aceitação consciente e espontânea de uma autoridade que se reconhece indispensável para o bom êxito da tarefa empreendida. (GRAMSCI, 1976, p. 62).

Vale destacar que para Gramsci, segundo Del Roio (2020), o partido deve ser um instrumento da própria classe trabalhadora criado em seu processo de luta contra a burguesia. Trata-se de uma relação dialética entre a massa de trabalhadores e a organização partidária. É neste sentido que Del Roio afirma que “*o partido deve organizar, disciplinar e educar a classe. Por outro lado, todavia, a classe deve se fazer partido*” (2020, p. 105).

Pode-se afirmar que Gramsci tinha em mente um partido centralizado, formado pelos melhores elementos emergentes da classe operária, qualificados na teoria e na prática, capaz de educar e ser educado pela própria classe, com a qual deveria manter o contato mais íntimo, mesmo em situação de adversidade extrema. Esse partido teria que ser capaz de se fazer um partido de massas, que englobasse uma parte cada vez maior da classe até que, em tendência, viesse a se confundir com ela. O partido político revolucionário é então de modo intrínseco uma organização de cultura, que prepara uma nova classe dirigente de um novo Estado. (DEL ROIO, 2020, p. 116).

Os sindicatos, por sua vez, têm um papel destacado na teoria da organização política em Gramsci. Segundo Cruz (2009), para Gramsci, os sindicatos são responsáveis por demonstrar à classe trabalhadora as barreiras do capitalismo no plano econômico e a

inviabilidade de se reformar este modo de produção. Cabe aos sindicatos a tarefa de organização imediata da classe trabalhadora a partir de cada área de trabalho, porém, ainda segundo o autor, esta forma de organização segmentada apresenta limites imediatos que impedem o avanço em direção a uma transformação concreta.

O horizonte limitado dos sindicatos dentro da ordem capitalista faz com que tenham limites em transpor essa ordem, tendo um papel político e pedagógico importante no sentido de mostrar à classe trabalhadora seus limites em se reformar. Em outras palavras, os sindicatos são importantes instrumentos de luta por mostrarem os limites do capitalismo no âmbito econômico ou da luta econômica. Porém, eles não são instrumentos para a transformação social, para a revolução; pois esse papel cabe ao Partido Político que deve formar a classe e prepará-la nesse caminho. (CRUZ, 2009, p. 52).

O partido e o sindicato, portanto, adquirem papéis diferentes, mas complementares na teoria da organização política de Gramsci.

O sindicato e o Partido, associações voluntárias, instrumentos de propulsão do processo revolucionário, ‘agentes’ e ‘gerentes’ da revolução; o sindicato coordena as forças produtivas e imprime ao aparelho industrial a forma comunista; o Partido Socialista, modelo vivo e dinâmico de uma vida social que reúne disciplina e liberdade e dá ao espírito humano toda a energia e entusiasmo de que ele é capaz. (GRAMSCI, 1976, p. 63-64).

Na perspectiva gramsciana, as várias formas de organização da classe trabalhadora são importantes na luta pela sua emancipação, pois desempenham a fundamental tarefa de organização e formação política imediata dos trabalhadores. Porém, é no partido político que se adquire a perspectiva revolucionária e, assim, cabe ao partido “*se expandir, a crescer até que, em perspectiva venha a compor uma nova universalidade e totalidade, uma hegemonia*” (DEL ROIO, 2020, p. 118), que é entendida aqui como a capacidade de uma classe em construir um consenso social, uma vontade coletiva, e mantê-la ativa via alianças, conquistas de outros grupos e aparatos ideológicos e culturais.

Nesta perspectiva, Gramsci chama atenção para o papel destacado que os intelectuais cumprem na disseminação de ideias e, desta forma, na construção do consenso e convencimento das demais classes, ou seja, na construção da hegemonia. Cruz afirma que, no pensamento de Gramsci, cabe aos intelectuais “*o papel fundamental de fazer com que as ideias e a cultura dominante sejam aceitas como ideias e cultura de todos*” (2009, p. 53).

A complexa organização social moderna exige das forças populares novas estratégias para a luta política. É neste sentido que o revolucionário italiano desenvolve o pensamento a respeito da guerra de movimento e guerra de posição, em que, resumidamente, a primeira caracteriza-se como um confronto direto ao Estado burguês, já a segunda é tomada como conquistas permanentes de espaços de construção ideológica. Porém, vale ressaltar que:

para não extraímos o caráter dialético da formulação gramsciana, é importante percebermos a guerra de posição como uma modalidade de confronto com o Estado, sob outro formato. Na mesma linha de raciocínio, a guerra de movimento, constituindo igualmente um confronto direto, não se restringe a este, na medida em que representa e aponta para a construção das tarefas mais imediatas, na perspectiva da organização da classe (GUIMARÃES e GUERRA, 2013, p. 68)

Percebemos, assim, que a teoria política de Gramsci tem por objetivo a transformação revolucionária da sociedade capitalista através da teoria e ação da classe trabalhadora, que deve organizar-se em sindicatos para as reivindicações econômicas e imediatas e para denúncia do papel explorador do capitalismo e sua impossibilidade em atender as demandas dos trabalhadores; e no partido político para elevar a luta à nível geral, com o objetivo de articular as mais variadas formas de atuação e reivindicações dos trabalhadores e canalizar em um projeto político amplo de transformação radical. Este é um processo permeado por organização e educação das massas populares que busca construir um novo consenso social, uma nova vontade coletiva, uma nova hegemonia.

1.3. Estratégia e tática

Segundo Marta Harnecker “*para a esquerda a política deve ser a arte de tornar possível o impossível*” (HARNECKER, 2018, p. 16). Esta é, sem dúvida, uma ideia contida nos marcos revolucionários apresentados por autores como Luxemburgo, Gramsci e Lenin, os quais teorizaram sobre a sociedade capitalista ao passo em buscaram sua transformação, colocando na ordem do dia a construção de um sonho distante.

É seguro afirmar que o pensamento do militante russo Vladimir Lenin tem por objetivo a transformação revolucionária da Rússia do início do século XX. Suas análises

buscavam a compreensão histórica e material daquela sociedade para que, em seguida, fosse possível apresentar com qualidade e robustez caminhos para o movimento revolucionário de sua época.

É neste percurso que Lenin, como ficou conhecido, apresenta uma leitura do Império russo, do desenvolvimento do capitalismo naquele país, dos desafios da organização popular para a superação da burguesia, da tomada do poder pelos trabalhadores e a implementação da “ditadura do proletariado”. Ainda que suas concepções estivessem voltadas para a Rússia, seu pensamento rodou o mundo servindo de referência para muitas organizações revolucionárias. Vejamos, agora, algumas de suas concepções que orientam algumas das principais organizações de esquerda no Brasil, inclusive o MST.

Com referência nos escritos de Lenin, Marta Harnecker (2012), apresenta uma leitura importante a respeito dos conceitos de estratégia e tática. Para ela *“estratégia e tática fazem parte da ciência da direção política revolucionária”* (2012, p. 123). Estes são conceitos militares que Lenin os tomou “emprestado” para o campo político, já que para o revolucionário russo *“A revolução é uma guerra; e a política é, de maneira geral, comparável à arte militar”* (SALEM, 2008, p. 43).

No campo militar, Harnecker (2012), mais uma vez com base em Lenin, define estratégia como *“a forma de planejar, organizar e orientar os diversos combates (campanhas e operações), tendo em conta uma visão de conjunto das forças inimigas”* (2012, p. 62). Esta é a forma geral que orienta a compreensão da estratégia e que servirá de referência para sua transcrição no campo político. Vejamos:

a estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo, ou seja, é a forma como se planejam, se organizam e se orientam os diferentes combates sociais para alcançar esse objetivo (HARNECKER, 2012, p. 65).

Isso implica afirmar que a estratégia, buscando alcançar o objetivo final, traça o caminho a ser seguido pelas forças revolucionárias na luta política. Este traçado não torna-se um dogma, mas parte da análise da realidade de cada país em relação com a análise da situação mundial. Neste sentido, a autora argumenta que a construção da estratégia deve levar em consideração uma série de elementos.

Para poder formular uma estratégia adequada, a vanguarda deve ser capaz de determinar com exatidão quais são as classes, as forças sociais que se enfrentam no terreno da luta política, como estão agrupadas umas contra as outras e quais são as formas mais gerais que adotam seus confrontos de classe (HARNECKER, 2012, p. 66).

É neste caminho geral, neste traçado estratégico, que surgem as táticas que devem ser aplicadas em cada momento específico. Harnecker (2012, p. 114) define tática como “*o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política*”. As táticas são, portanto, as ações desempenhadas pelas forças políticas para superar os desafios imediatos que se apresentam na luta de classes. Seguindo a metáfora que apresenta a estratégia como o caminho para o objetivo final, a tática pode ser definida como as iniciativas, ações e manobras realizadas dentro deste caminho.

cada ação tática – seja no terreno militar (como o corte das comunicações das tropas inimigas, ou um ataque específico), seja no terreno político (como a realização de protestos de rua, ou mesmo a defesa política de direitos anteriormente prometidos na esfera judicial) – deve se adequar tanto a aspectos técnicos peculiares da ação expressamente realizada quanto a questões de cunho político mais geral, isto é, à sua coerência de acordo com a estratégia anteriormente formulada (PAZZELO e FERREIRA, 2017, p. 140).

Tal como a estratégia, para sua aplicação, a tática deve levar em consideração uma série de elementos. Assim, a tática deve manter relação com a situação concreta de cada momento político, não servindo apenas de aplicação da vontade dos dirigentes (HARNECKER, 2012). Neste sentido, as ações táticas devem indicar o avanço das forças populares em situações favoráveis ou seu recuo em momentos defensivos.

Lenin é categórico ao afirmar que é preciso levar em consideração o estado de ânimo e a consciência das massas para fixar a tática da vanguarda, já que “sem um estado de ânimo revolucionário nas massas e sem condições que favoreçam o desenvolvimento desse estado de ânimo, a tática revolucionária não se transformará em ação (HARNECKER, 2012, p. 113).

Estratégia e tática são, então, como duas faces de uma mesma moeda, são dois elementos que se complementam na luta revolucionária. A estratégia, nesta concepção, apresenta-se como o elemento de orientação geral ao objetivo final, sem abertura para mudanças frequentes e conjunturais. A estratégia é, por assim dizer, fixa e delimitada pelos objetivos, pelo estágio da luta de classes e pela forma organizativa do inimigo. Ao passo que a tática é o elo dinâmico desta relação, é flexível, mutável, e, assim, deve

responder aos desafios imediatos, guardando sua profunda conexão com a estratégia e dando passos em direção ao objetivo final.

1.4. As eleições como tática no pensamento de Lenin

No debate com seus camaradas russos, Lenin perguntava: “deve-se participar nos parlamentos burgueses?” Esta é uma questão importante na história do movimento operário que o revolucionário russo buscou responder de forma categórica e seus argumentos nos servem de referência para o debate a ser desenvolvido nesta dissertação.

Sobre a participação dos revolucionários nas eleições burguesas, Lenin afirmava que tratava-se de um elemento tático que, como vimos acima, deveria responder aos desafios apresentados em cada período político. Não se tratava, portanto, de uma forma engessada, pré-determinada ou fixa, mas uma ação que buscava resposta a situações específicas.

Enquanto não tenhais forças para dissolver o parlamento burguês e qualquer outra organização reacionária, vossa obrigação é atuar no seio dessas instituições, justamente porque ainda há nelas operários embrutecidos pelo clero e pela vida nos rincões mais afastados do campo. Do contrário, correis o risco de vos converter em simples charlatães (LENIN, 2014, p. 96).

Neste debate, Lenin argumentava que a participação dos revolucionários nas eleições e no parlamento deveria obedecer aos direcionamentos da organização, visando sempre o amadurecimento da consciência revolucionária do povo. Argumenta, ainda, que as eleições podem ser um momento decisivo para o avanço do movimento revolucionário ao expressar a incapacidade do parlamento burguês em resolver os problemas concretos da classe trabalhadora.

Está provado que, mesmo algumas semanas antes da vitória da Revolução Soviética, mesmo depois dessa vitória, a participação num parlamento democrático-burguês, longe de prejudicar o proletariado revolucionário, permite-lhe demonstrar com maior facilidade às massas atrasadas por que semelhantes parlamentos devem ser dissolvidos, facilita o êxito de sua dissolução, facilita a “supressão política” do parlamentarismo burguês (LENIN, 2014, p. 98)

Os Bolcheviques movimentaram-se de diferentes formas no que diz respeito as eleições na Rússia. Segundo Harnecker (2012), quando o tsarismo convocou, em 1905, a primeira Duma, a posição dos revolucionários foi de boicote. Naquele momento o movimento de massas estava em seu auge e, assim, “*destruiu concretamente o primeiro*

projeto parlamentar do tsarismo” (HARNECKER, 2012, p.97). Mais adiante, afirma a autora, como uma manobra para enfraquecer o movimento popular, o governo convocou novas eleições. Neste momento, “*a atitude adotada pelo Bolcheviques em relação à convocação da segunda Duma já não era a do boicote, mas a da participação no parlamento reacionário*” (HARNECKER, 2012, p.98), pois havia uma nova conjuntura política e o movimento popular encontrava-se em situação de descenso.

Esta inflexão tática obedece a uma nova situação política que se abriu na luta de classes na Rússia daquele período. A posição de boicote à convocação das primeiras eleições situava-se em uma conjuntura de ascenso da luta de massas, situação que não se verificava no momento da convocação da segunda e terceira eleição à Duma, retirando, segundo Lenin, as condições para a proclamação do boicote.

A firmeza destas afirmações está ancorada na certeza dos objetivos do Bolcheviques com as eleições. Sobre este tema, Lenin afirmava.

O que nos importa não é assegurar por meio de negociações um lugar na Duma. Ao contrário, estes lugares só são importantes na medida em que possam contribuir para desenvolver a consciência das massas, elevar o seu nível político, organizá-las, não em nome da placidez filisteia, da tranquilidade, da ordem e da prosperidade pacífica (burguesas), mas em nome da luta, da luta para conquistar a plena liberação do trabalho e toda a exploração e opressão. Só nessa medida são importantes para nós os postos na Duma e toda a campanha eleitoral (1906, online)

A participação dos revolucionários nas eleições e no parlamento está condicionada, para Lenin, à conjuntura política e à possibilidade de avanço da luta da classe trabalhadora. Os revolucionários devem, então, utilizar a tribuna de modo comunista, buscando expor para o povo a incapacidade do parlamento burguês em resolver seus problemas mais profundos. Esta é, por assim dizer, uma tática que se utiliza das brechas de um aparato burguês para explicitar a dominação e exploração da própria burguesia.

1.5. Novos movimentos sociais

O debate em torno dos movimentos sociais ganhou força a partir da segunda metade do século XX e tem apresentado novas caracterizações a respeito da ação política

coletiva. Vejamos, neste tópico, alguns dos principais elementos que circundam este debate a fim de compreender os chamados “novos movimentos sociais”.

Para Galvão (2011) o debate marxista a respeito dos movimentos sociais ainda carece de maior profundidade, pois seus referenciais clássicos são os partidos políticos e os sindicatos. Assim, as teorias contemporâneas a respeito dos movimentos sociais emergem como contraponto à concepção marxista clássica, apresentando elementos diversos como motivação da luta social e ponto de mobilização e reivindicação dos grupos políticos.

(...) quer seja a teoria dos novos movimentos sociais, da mobilização de recursos, da mobilização política (esta em menor medida) e do reconhecimento. De modo geral, para essas perspectivas, a mobilização se produz a partir de fatores societais e exprime objetivos culturais, pós-materialistas (como valores, identidades, reconhecimento), de modo que não seria possível (nem faria sentido) relacioná-la ao pertencimento de classe dos atores mobilizados. (GALVÃO, 2011, p. 108).

As teorias buscam explicar a emergência dos novos movimentos sociais a partir de um afastamento, e as vezes negação, da concepção de classes sociais e aproximação de elementos como as identidades coletivas, busca por demandas não apenas materiais, mas também subjetivas, simbólicas e de reconhecimento e afirmação dos indivíduos e grupos sociais marcados por um viés culturalista, destaca-se também a afirmação do sujeito, da liderança política, e uma forma de organização mais flexível que busca romper (ao menos em parte) com hierarquias para se constituir uma ação política mais horizontal.

os NMSs europeus trouxeram para a arena política formas criativas de ativismo e intervenção pública, introduziram um novo discurso, novas e mais democráticas modalidades de organização, demarcando-se dos velhos movimentos e partidos políticos. (...) expandiram-se amplas movimentações e protestos, dinamizados por variados segmentos sociais, mas em especial pela juventude escolarizada, propondo-se a mudar radicalmente o mundo, mas simultaneamente pretendendo transformar o “sistema” e o “mundo da vida” (ESTANQUE, 2009, p. 60)

E mais:

Animados sobretudo pelos sectores radicais da juventude politizada das classes médias urbanas, os NMSs mostraram ainda a sua novidade em aspectos como as estruturas flexíveis e formas ad hoc de organização, as lideranças efémeras e relativamente espontâneas, os objectivos de luta simultaneamente imediatos e de longo prazo (o futuro é agora!), as denúncias locais e globais (pensar globalmente,

agir localmente!) e ainda a espectacularidade das ações públicas, chamando a atenção dos mass media. (ESTANQUE, 2009, p. 60).

É neste sentido que Machado (2018) afirma que “*os movimentos sociais que articulam suas demandas em torno das “identidades” parecem isolá-las das demandas vinculadas à exploração capitalista*” (p. 84). Este é um afastamento da noção clássica do marxismo a respeito da ação coletiva e sua vinculação com a classe.

Os “movimentos identitários” têm as suas determinações de classe prioritariamente nas instâncias política e ideológica e, por isso mesmo, a “identidade” se torna um efeito delas, algo típico das classes médias assalariadas que descolam a exploração (pela forma salário) das formas de opressão (sexual, étnica, gênero etc.). (MACHADO, 2018, p. 92).

Esta não é, porém, uma perspectiva homogênea entre os movimentos sociais e seus analistas. Autores como Machado (2018) e Galvão (2011) sustentam as concepções marxistas na análise dos movimentos sociais, sua vinculação com as classes sociais e com as demandas materiais; A centralidade da classe e da luta de classes para a emergência e manutenção dos movimentos sociais, ainda que estes elementos sejam articulados com o combate às formas de exploração e dominação.

O conceito de classe (...) permite-nos sustentar a possibilidade estrutural da ação coletiva: a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Desse modo, é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalistas. (GALVÃO, 2011, p. 110).

Se há a afirmação de centralidade da classe social e dos conflitos “capital X trabalho” na determinação dos movimentos sociais, há também o entendimento a respeito da ampliação das formas de luta, pautas de contestação e reivindicações e a identificação de novos conflitos. Os programas políticos dos movimentos sociais contemporâneos não se restringem às necessidades objetivas da classe trabalhadora, mas acolhem também um amplo leque de demandas de outras ordens, sem rebaixar a importância do elemento material.

Os movimentos sociais constituem, pois, modos de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo, mas, justamente por emergir no capitalismo, a vinculação com o trabalho – fonte de valor – constitui um elemento central para uma análise marxista dos movimentos sociais. (GALVÃO, 2011, p. 123).

Por fim, sem a intenção de esgotar o debate, vejo a necessidade de apresentar duas breves afirmações. A primeira é que compreendemos que os movimentos sociais, mesmo os de caráter marcadamente de classe, não são naturalmente revolucionários, pois podem, como afirma Galvão (2011) e Machado (2018), constituir-se como instrumentos de apoio às ideologias e programas de manutenção da ordem capitalista. Compreendemos, portanto, a necessidade dos instrumentos de organização da classe trabalhadora com objetivos emancipatórios.

A segunda afirmação refere-se ao debate sobre identitarismo. Rejeitamos a concepção que aloca *todos* os movimentos sociais antirracistas e antipatriarcais no bojo *exclusivamente* identitário. Pelo caráter estrutural do racismo (Almeida, 2019; Oliveira, 2021), pela relação umbilical do patriarcado com o capitalismo (Saffioti, 2013), ou ainda pela relação imbricada entre capitalismo, racismo e patriarcado (Davis, 2016), tais bandeiras de luta podem adquirir caráter revolucionário ao constituir uma práxis política que busca as raízes dos problemas sociais, tocando nas relações econômicas, políticas e ideológicas, na exploração e dominação da classe trabalhadora, no caráter universal do capital e suas especificidades.

CAPÍTULO 2 – REDEMOCRATIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E GOVERNOS PETISTAS: AS TÁTICAS DO MST EM DIFERENTES CONJUNTURAS POLÍTICAS

A gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de acordo com Fernandes (2000), aconteceu no período de 1979 e 1984, ano de fundação do Movimento. Este período também ficou marcado pelo declínio da Ditadura Militar, pelo processo de implementação da Nova República e pelas intensas mobilizações populares que ocorriam em todo o Brasil.

Sob as diretrizes do 1º Congresso Nacional, realizado em 1985, o MST iniciou o período de consolidação e territorialização do Movimento, expandindo-se e criando uma estrutura interna própria para lidar com as demandas dos trabalhadores rurais e o novo cenário político que se aplicava com a chegada das políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Já nos anos 2000, a chegada de Lula e do Partido dos Trabalhadores, antigos aliados do MST, à Presidência da República abriu um novo ciclo de oportunidades e lutas para o Movimento.

Ao longo de sua trajetória, o MST tem apresentado diferentes maneiras de lidar com a questão institucional. O Movimento desenvolve uma prática política que alterna e combina ações de confronto e negociação, buscando sempre o avanço da Reforma Agrária, o fortalecimento do MST e de seu projeto de transformação da sociedade.

Neste capítulo, nosso olhar terá foco nas diferentes conjunturas políticas enfrentadas pelo MST, buscando compreender a relação institucional exercida em cada momento para o avanço de seu projeto político.

2.1. A redemocratização e o início da Nova República

Na madrugada de 1º de abril de 1964, os militares, com o apoio de amplos setores empresariais, desferiram um golpe na democracia brasileira e tomaram o poder de Estado a força. Este acontecimento abriu um período de 21 anos de Ditadura no Brasil, em que os militares permaneceram no comando da política. Inaugurava-se, assim, uma nova fase de repressão no país.

Prisões, torturas e assassinatos foram a marca deste período. A Ditadura inaugurou uma máquina de violência contra seus opositores e à manteve de forma intensa por anos. Povo indígenas foram dizimados e os trabalhadores, do campo e da cidade, viviam sob constante repressão, sob o pretexto da ameaça de uma revolução comunista. Martins (1994) destaca que a falta de uma burguesia moderna, consciente de seus interesses, forte o suficiente para levar à frente reformas sem prejudicar seu projeto político-ideológico, abriu espaço para a ação de diversos grupos com projetos políticos de transformações profundas. Assim, afirma Martins, para o campo conservador, a Reforma Agrária é percebida como perda de poder, como um perigo comunista, e não como uma ação democrática ou de modernização.

Dessa forma, sob os marcos da repressão, o Marechal Castelo Branco, à frente do Governo Militar, lançou o programa de Reforma Agrária, criando o Estatuto da Terra². Para Oliveira (1988) esta proposta tinha como objetivo “*promover a reforma agrária dentro da justiça social e sem o toque vermelho dos partidos comunistas*” (OLIVEIRA, 1988, p. 32).

Considera-se reforma agrária o conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade” (Estatuto da Terra, Lei 4.504/64, Art. 1º, § 1º).

Entretanto, para alguns pesquisadores do tema, o Estatuto da Terra era uma política avançada para a época. Martins (1994) indicava que o Estatuto da Terra se construía a partir de critérios de desapropriação com base no uso e na extensão da propriedade.

(O Estatuto da Terra) foi a resposta da ditadura à luta pela reforma agrária, resposta competente que condicionou todos os desdobramentos posteriores da política agrária e da própria luta pela terra. Ainda hoje, quando o MST ocupa terras o faz com base num pressuposto do Estatuto, o de que são potencialmente destinadas à desapropriação para a reforma agrária as terras do latifúndio e latifúndio improdutivo (...) O que havia de mau no Estatuto não era do Estatuto: era do regime político, que o propunha como um instrumento da política de segurança nacional (MARTINS, 2000, p. 135).

O Estatuto da Terra tornou-se uma importante ferramenta da Ditadura Militar, direcionando a política agrária no Brasil. Esta medida tinha como objetivo o controle

² Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, promulgada pelo governo militar do Marechal Castelo Branco.

das crescentes lutas sociais no campo e, em paralelo, o desenvolvimento do capitalismo no campo via modernização dos latifúndios e estímulos econômicos.

Agora, portanto, já não se trata de combater o latifúndio e fazer a reforma agrária, pois isso representaria o fortalecimento político dos trabalhadores rurais. Agora, trata-se de modernizar o latifúndio, aprofundar o seu caráter capitalista, superar atrasos econômicos. Essa opção de desenvolvimento capitalista implica numa composição de classes inteiramente desfavorável à participação política das classes trabalhadoras, pois diminui o seu papel político (MARTINS, 1986, p. 89).

Em 1974 o General Ernesto Geisel chega ao cargo de Presidente da República e este fato marca o início do processo de abertura “lenta, gradual e segura”, como dito pelo próprio. O Governo tinha como objetivo construir um processo de supressão dos instrumentos de exceção, construindo uma abertura política controlada e garantindo que os militares voltassem aos quartéis sem retaliações ou revanchismo.

Este processo também ficou marcado pela disputa interna nas forças armadas, pois havia um setor militar contrário ao fim da Ditadura Militar. Esses acreditavam que o regime deveria manter-se inalterado para seguir combatendo o comunismo e garantindo a segurança nacional.

Neste cenário, as ruas voltam a ser palco de grandes lutas políticas, sendo ocupadas por diversos movimentos sociais que protestavam contra as políticas adotadas pela Ditadura Militar.

Com efeito, o que se observa desde os anos de 1970 é um processo de fortalecimento da chamada sociedade civil, que, afastada do espaço da “grande política”, procurava agir coletivamente e politizar um conjunto de questões relacionadas ao cotidiano da vida nas grandes cidades, ocupando praças, igrejas, bares, escolas, e transformando-os em espaços públicos de reorganização política e de oposição ao regime. (REIS, 2010, p. 222)

A ala que agia em favor da abertura controlada não foi capaz de prever o intenso movimento de tensionamento à abertura que se avizinhava. Este movimento de tomada das ruas encurralou os militares e os obrigou a caminhar de forma célere no processo de abertura.

A greve de trabalhadores da região do ABC paulista em 1978 mobilizou milhares pessoas e ficou conhecida como a greve dos “braços cruzados, máquinas paradas”. Os trabalhadores tinham como pauta o reajuste salarial e, dessa forma, questionavam a política econômica do governo militar.

No ano seguinte se observa um processo de generalização das greves, que passam a envolver milhões de trabalhadores de várias categorias e de todo o país: além de metalúrgicos, professores, médicos, enfermeiros, lixeiros, cobradores e motoristas de ônibus, bancários, mineiros, trabalhadores da construção civil etc., num total de mais de três milhões de trabalhadores e 430 greves (REIS, 2010, p. 224).

Constata-se, dessa forma, que neste período houve uma intensa adesão ao movimento grevista e, em paralelo, a construção de uma rede de solidariedade aos trabalhadores dedicados à luta. Segundo Reis (2010) iniciativas como o fundo de apoio aos trabalhadores grevistas foram construídas para fortalecer o movimento, que ganhava cada vez mais apoio da população.

Em 1985 teve início o processo de formação de uma nova Constituição brasileira, e chega ao seu fim com a promulgação da “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida, em 1988. Este processo ficou marcado por disputas políticas, ideológicas e de interesses particulares. Ao mesmo tempo, *“a Constituição de 1988 nasceu, portanto, com o valor simbólico de haver suscitado entre muitos brasileiros um novo ímpeto de mudança e de participação”*. (VERSIANI, 2010, p. 16).

As lutas que se impuseram na conjuntura daqueles anos eram largamente diversas, com inúmeras bandeiras e pautas políticas. O texto promulgado na Constituição refletia, em parte significativa, as demandas populares a partir dos mecanismos de participação coletiva. Este foi, portanto, um caminho de reconhecimento dos grupos sociais, até então excluídos, dotando-os de formas legais de exercício e fiscalização dos direitos.

A Constituição foi promulgada em outubro de 1988 instituindo, entre muitas outras coisas, o presidencialismo e eleições diretas. Em 1989 acontece, então, a primeira eleição presidencial pós-ditadura com a participação popular direta. O povo, depois de 29 anos, pôde voltar às urnas para escolher o candidato que estaria no cargo mais alto da política brasileira. 72 milhões de brasileiros foram às urnas eleger o Presidente da República, encerrando por completo o regime militar. As eleições marcavam simbolicamente o final de um árduo processo de transição democrática.

Fernando Collor assumiu a presidência do Brasil num momento decisivo de transformação da economia brasileira. O país, que havia enfrentado fortes crises nos anos anteriores, era apresentado ao capitalismo neoliberal, que expandia-se largamente

em todo o mundo e chegava com força no Brasil. Abria-se, assim, um novo cenário de conflitos e disputas políticas.

Percebemos, assim, que as décadas de 1970 e 1980 são marcadas pelas políticas capitalistas aplicadas pelo governo militar e pela repressão à luta social. Ao mesmo tempo, há um crescente sentimento de associativismo e mobilização popular. Tanto no campo, como na cidade, os trabalhadores buscam organizar-se em grupos para avançar em suas exigências coletivas, pressionando o Estado com suas reivindicações políticas. Este é o quadro histórico que resulta em um novo momento histórico com a chamada Nova República e na formação de organizações da classe trabalhadora, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

2.1.1. MST entra em campo

O MST nasce das diversas lutas por terra desferidas pelos trabalhadores rurais. Essa é a versão oficial do Movimento sobre seu nascimento. Não há, portanto, uma data e local específico, mas a compreensão de que o MST brotou da ação popular contra o sistema de desigualdades, a concentração de terras e a violência aplicada aos trabalhadores rurais. Desta forma, Stédile e Görgen afirmam que o MST “*teve várias origens, em vários locais, e sua história é composta pela soma de vários acontecimentos que se desenvolveram especialmente a partir de 1978*” (STÉDILE; GÖRGEN, 1993, p. 28).

O modelo econômico adotado pelo governo militar na década de 1970 foi um fator central para o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, já que promovia aumento na monocultura da soja, cana-de-açúcar, laranja e outros produtos. O modelo também aumentou o uso de máquinas na agricultura e o assalariamento dos trabalhadores. Tudo isso agravou a situação da agricultura familiar.

Esta política ficou conhecida como modernização conservadora promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade de terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras (FERNANDES, 2000, p. 49).

Uma parte das famílias retiradas do campo migrou para cidades brasileiras em busca de melhores condições de trabalho nas crescentes indústrias. Esta possibilidade

que parecia promissora e uma forma de recomeçar, foi aos poucos sendo esvaziada e deixando de apresentar-se como uma opção para os camponeses.

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a luta, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive. (STÉDILE, 1999, p. 17)

Estimuladas pela desigualdade e pela política agrária aplicada pela Ditadura Militar, as ocupações cresciam em todo o país e arrastavam consigo cada vez mais famílias em busca de terra. Fernandes (1999) argumenta que o nascimento do MST se deu no interior das lutas de resistência dos trabalhadores rurais contra a expulsão promovida pelos militares. O autor destaca algumas lutas deste período:

No início desse período, no campo, em diversos estados, aconteceram lutas localizadas que deram origem ao MST. As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta – RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê – SC, em 1980; ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre mais de dez mil famílias e o Estado que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o Estado propôs apenas a indenização em dinheiro; em São Paulo a luta dos posseiros da ‘fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás (FERNANDES, 1999, p. 66-67)

Para Colleti (2002), a construção do MST foi uma resposta dos trabalhadores organizados à política capitalista apresentada pelos militares no período da Ditadura e à concentração da propriedade da terra. Para ele, a formação do MST:

está ligado ao processo de expropriação dos trabalhadores rurais do campo e da exclusão social e política de que foram vítimas quando se tornaram proletários urbanos e/ou rurais. Numa conjuntura política de maiores liberdades democráticas – final dos anos 70 e início dos anos 80, a partir da ação aglutinadora de entidades comprometidas com uma luta efetiva pela terra, esses ‘excluídos’ e ‘marginalizados’ pelo desenvolvimento capitalista no campo encontraram um canal de expressão e puderam manifestar-se e se organizar através do MST (COLETTI, 2002, p. 71).

Vale destacar que as lutas que resultaram no processo de formação do MST tiveram o intenso apoio da Igreja Católica, em especial de seus setores progressistas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) construíram iniciativas de mobilização, organização e formação política da população empobrecida e marginalizada do campo e da cidade com o objetivo de reivindicar seus direitos através da luta política. Este movimento resultou, em parte, no que veio a se consolidar como MST.

No aspecto ideológico, o trabalho realizado por setores da Igreja contribuiu de forma determinante para a gestação do MST, pois, segundo Stédile, buscou romper com a concepção messiânica instaurada na Igreja. As iniciativas realizadas pela CPT e pelas CEBs tinham como abordagem teórica cristã a Teologia da Libertação³.

Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: “Espera que tu terás terra no céu”. Pelo contrário, passou a dizer: “Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra”. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses” (STÉDILE, 1999, p. 20).

O processo de construção do MST coincide com o de luta pela redemocratização do país e este é um fator decisivo na construção do Movimento. A luta pela Reforma Agrária somou-se à luta contra a Ditadura Militar que expressava-se como um símbolo do latifúndio no Brasil. Esta combinação de fatores possibilitou a conjunção de forças sociais entre os camponeses e os trabalhadores urbanos.

“A luta pela democratização da sociedade brasileira e contra a ditadura militar, que criou as condições necessárias para o surgimento do MST. Se a luta contra a ditadura militar não tivesse acontecido também na cidade, o MST não teria nascido. Não é possível isolar o surgimento do movimento, acreditando que ele é resultante apenas da vontade do camponês” (Stédile, 1999, p. 23)

O apoio que o MST obteve na época, entretanto, não se deu pela justezza de sua causa ou apenas pela solidariedade às famílias Sem Terra, mas, sobretudo, pela identificação de que a luta contra o latifúndio e pela distribuição de terras representava um ataque frontal ao regime ditatorial e à sua política neoliberal. Assim, constituiu-se uma força social que combinava diferentes vias de atuação e interesses, mas com a identificação de um inimigo em comum: a Ditadura Militar. Como afirma Morissawa

³ Teologia da Libertação é uma concepção teológica que afirma a liberação dos povos oprimidos. Sobre a Teologia da Libertação, ver Felipe Aquino (2002).

“os cidadãos urbanos que se aliaram a essa causa o fizeram como forma de combater a ditadura” (Morissawa, 2001, p. 128).

O MST nasceu, então, a partir da contestação do Estado e sua política de expulsão e expropriação dos camponeses da terra, a partir da luta contra a vulnerabilidade social, contra a exploração, a opressão e a violência que cada vez mais se impunham sobre os trabalhadores rurais pelas políticas aplicadas no Regime Militar. Ao mesmo tempo, a gestação do MST está ligada ao trabalho popular realizado por setores da Igreja Católica que, a partir da ideia de que o povo oprimido deve lutar pela sua própria libertação, desencadeou um longo processo de formação política com os Sem Terra. Em paralelo, o reascenso das lutas sociais pela redemocratização do país foi determinante para a existência do MST, pois, como vimos anteriormente, a luta pela Reforma Agrária combinou-se com a luta contra a Ditadura Militar, apontando um horizonte de abertura política.

2.1.2 O 1º Congresso Nacional do MST

1600 delegados vários estados do Brasil reuniram-se no Paraná, em janeiro de 1985, para realizar o 1º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com o fim da Ditadura Militar se aproximando, o MST decidiu construir este Congresso de forma ampla, convidando diferentes organizações da luta por direitos no Brasil. Fernandes (2000) afirma que a mesa de abertura do Congresso era composta por representantes das coordenações estaduais dos Sem Terra, da igreja luterana, da igreja católica, do governo do estado, da CUT, de movimentos de camponeses da América Latina, de entidades religiosas europeias, de grupos indígenas, do Movimento Consciência Negra, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, do Centro de Estudos Migratórios (CEM) e parlamentares de vários estados brasileiros.

A realização do Congresso é um desdobramento do 1º Encontro Nacional e tinha como objetivo aprofundar a reflexão a respeito da luta pela terra, a organização das famílias camponesas e afirmar diretrizes políticas de atuação para o MST, que foram resumidas em três palavras de ordem: “Ocupação é a única solução”, “Sem reforma agrária, não há democracia” e “Terra para quem nela trabalha”.

Estas palavras de ordem servirão como uma bússola para os militantes do MST, indicando caminhos e tarefas políticas e dando unidade ideológica e de ação em diversos estados para o recém-nascido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Como expresso acima, a luta contra o Regime Militar e por democracia, sempre estiveram no horizonte político do MST, porém, é neste Congresso que a perspectiva democrática ganha densidade política e é inserida no programa de Reforma Agrária do Movimento.

Em suas análises da conjuntura política, os Sem Terra já haviam concluído que o fim da ditadura não significava o fim das lutas sociais, ao contrário, os trabalhadores do campo e da cidade estavam conquistando direitos e espaços políticos para ampliar suas lutas. Nesse sentido, a luta pela reforma agrária era uma das condições da conquista da democracia. Afinal, o lema do Congresso era: Sem Reforma Agrária Não Há Democracia (FERNANDES, 2000, p. 90).

Para o MST, diante do quadro de desigualdade social, exploração e violência ao qual os trabalhadores rurais e Sem Terra estavam submetidos, a Reforma Agrária é uma política essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática. Porém, ao adicionar a democracia em seu programa político, o MST está em busca de maior adesão para o mesmo, abrindo espaço para diálogo e articulação com amplos setores da esquerda brasileira que poderiam, e de fato ocorreu, igualmente aderir a Reforma Agrária e inseri-la em sua pauta política. Não se trata somente da identificação da democracia como elemento de contestação social naquela conjuntura, mas também da sua adesão para o fortalecimento da luta pela Reforma Agrária.

Mesmo apoiando o movimento democrático, o MST se apresentou de forma mais recuada, se comparado com outras organizações, depositando pouca esperança em sua consolidação. Stédile afirma que a decisão de adicionar a luta pela democracia no programa da Reforma Agrária foi tão importante quanto a decisão de não se iludir com a Nova República e o processo democrático.

O Congresso Nacional foi realizado em janeiro de 1985, em Curitiba (PR), com 1600 delegados. Nesse Congresso, a marca mais forte foi a decisão política de não nos iludirmos com a Nova República. Toda a esquerda burocrática embarcou nessa canoa furada. O PCB apoiou (...) O PC do B, outra força política de esquerda de então, também apoiou. Ambos os partidos deram o seu apoio a Tancredo Neves e se envolveram no seu governo (...) Boa parte da Igreja igualmente entrou nessa canoa que, para nós, já estava furada (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 51)

Os militantes do MST saíram do 1º Congresso Nacional com a certeza de que a Nova República era uma transformação política importante, mas que ela por si só não garantiria seus interesses e a realização da Reforma Agrária. Para o MST, este projeto político só tem viabilidade pelas mãos dos próprios Sem Terra, via luta e pressão popular.

O pessoal de esquerda vinha dizer para a gente: ‘Vocês se acalmem que agora vai sair a reforma agrária’. E crescia em nós a convicção de que a reforma agrária somente iria avançar se houvesse ocupação, luta de massas. Sabíamos que, mesmo com o novo governo, civil agora, não dava para ficar esperando pela boa vontade das autoridades. O povo deveria pressionar. Essa era nossa garantia (...) Recuperamos para as massas que só com a ocupação a reforma agrária poderia avançar. A turma saiu do Congresso e começaram a pipocar grandes ocupações por todo o país (...) Essas ocupações mobilizaram mais de 40 municípios. Foi um rebuliço. As massas entenderam que não poderiam ficar esperando o governo e que havia espaço democrático, mas que só ocuparia esse espaço quem conseguisse se mobilizar e lutar (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 51-53).

É neste momento que a ocupação ganha o status de principal forma de luta do MST pelo acesso à terra. Para o Movimento, a ocupação é uma forma de pressionar o Estado na luta de classes, é uma luta legítima do povo organizado pela melhoria de suas vidas e, principalmente, pela realização da Reforma Agrária.

A ocupação é uma forma aglutinadora, não é um grito isolado. Se tu deres o grito isolado e fores ocupar um supermercado, aí justificam o crime: ‘Tá vendo, além de pobre é ladrão’ (...) Outro aspecto da ocupação, este do ponto de vista da nossa organização, é que ela é fundamental, é a essência do movimento. O que o MST faz é aglutinar pessoas (...) (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 113-114).

Com esta definição, segundo Carvalho (2002), o MST entra de vez na luta de classes contra o capital, pois, segundo o autor, o processo de modernização agropecuário desenvolvido pelos militares aprofundou a concentração de terras no Brasil, as colocando sob posse do capital financeiro e comercial. Ao mesmo tempo, o MST demonstra que sua relação institucional será através do confronto e da pressão para que haja respostas às reivindicações dos Sem Terra.

O MST, ao optar pela ocupação dos grandes imóveis rurais improdutivos, confrontou-se diretamente com o grande capital financeiro e comercial, nacional e estrangeiro. Ao romper com as prerrogativas históricas e legais do direito de propriedade privada da terra improdutiva, estava, de maneira indireta, afirmando que não iria aguardar pela ação do Estado para a realização da reforma agrária no

Brasil. Portanto, emancipava-se do Estado (CARVALHO, 2002, p. 245).

Outra definição de destaque do 1º Congresso Nacional diz respeito à autonomia do MST. O MST estava crescendo e surgindo em muitos estados, em sua maioria com a contribuição do movimento sindical e/ou da Igreja. Para Lopes “*a busca pela consolidação do movimento em cada estado, portanto, era também a busca por sua autonomia diante de entidades como CPT, CEBs, CUT e CONTAG*” (LOPES, 2004, p. 79). Ao mesmo tempo, os militantes reafirmaram a autonomia do movimento diante de partidos e governos, compreendendo que o MST, ao lutar pela Reforma Agrária e pela emancipação dos trabalhadores rurais, deveria construir articulações políticas com amplos setores organizados da esquerda, mas mantendo sua autodeterminação.

No final do Congresso, os Sem Terra formaram a coordenação nacional do MST com representantes de 12 estados: RS, SC, PR, SP, MS, ES, RJ, BA, SE, MA e RO. A instância recém eleita tinha a tarefa de conduzir e integrar o Movimento nas diferentes regiões e estados, contribuindo com a consolidação do MST e garantindo a autonomia do Movimento.

O congresso de 1985 é um marco na história do MST porque apresenta uma nova característica na luta pela terra, assegurando as ocupações como a principal forma de luta na busca por solucionar os problemas enfrentados pelas famílias campesinas. Em paralelo, o MST reafirmou sua autonomia frente a partidos, governos e outras organizações, consolidou articulações políticas amplas, afirmou as linhas organizativas para construir um movimento social sólido dos trabalhadores rurais e abriu um novo processo de acumulação de forças do campesinato brasileiro através da organização dos trabalhadores rurais em todo o Brasil.

2.2. Anos 1990: a década neoliberal

Fernando Collor de Mello, candidato pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), foi eleito o primeiro presidente do Brasil em eleições livres pós-ditadura militar, depois de uma intensa disputa eleitoral que contou com 22 candidatos, deixando em 2º lugar o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva.

As eleições livres também ficaram conhecidas pelas muitas manobras para garantir a vitória do candidato que representava os interesses da burguesia brasileira.

Em sua campanha, Collor contou com a ajuda da mídia, com o empenho de empresários e até mesmo das forças de segurança.

Foi uma campanha suja. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, declarou que 800 mil empresários deixariam o Brasil na eventualidade de Lula vencer. Collor invadiu a vida privada do adversário e levou para a televisão uma entrevista em que Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula, com quem este tinha uma filha, disse que ele havia lhe oferecido dinheiro para abortar — era mentira, mas o efeito entre os eleitores foi devastador (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 633)

Como vimos anteriormente, as eleições de 1989 se realizaram em um período de transição política da Ditadura Militar para a Nova República com intensas mobilizações sociais em muitos estados brasileiros. Havia, portanto, a esperança de que estas eleições levassem um representante popular ao cargo de Presidente da República. Dessa forma, a vitória de Fernando Collor e do PRN, representante da burguesia, gerou grande frustração nas forças populares, impactando diretamente as organizações. Segundo Stédile, Lula representava a “possibilidade de massificar a luta pela Reforma Agrária no Brasil”, portanto, sua derrota “afetou o ânimo da militância e aquela expectativa de que era possível fazer uma Reforma Agrária rápida” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 69).

Assim como a campanha, o mandato do então Presidente Fernando Collor se deu através de um mar de conflitos e polêmicas. Logo nos primeiros dias como Presidente da República, Collor anunciou medidas econômicas que foram divulgadas como “Plano Brasil Novo”, mas que ficou popularmente conhecido como “Plano Collor”. Para Schwarcz e Starling (2015) essas medidas eram frágeis, com forte teor voluntarista. Além do mais, o Plano Collor previa, e de fato o fez, bloquear parte do dinheiro das contas-correntes, das poupanças e aplicações financeiras com a promessa de devolução em dezoito meses.

A vida virou de pernas para o ar. Ninguém podia comprar, o consumo caiu e milhares de trabalhadores ficaram desempregados. Empresas quebraram, o país perdeu a capacidade de poupar, e a população compreendeu que ia precisar de sorte para enfrentar os meses seguintes: cancelou projetos pessoais, negociou a saúde em longas prestações e avaliou que seria difícil quitar suas dívidas ou saldar o carnê de mensalidades (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 634)

Não teve jeito! A inflação voltou a subir poucos meses depois, a crise econômica seguia a passos largos e a população, que havia tomados as ruas poucos anos antes, fortalecia as lutas por ajustes salariais.

O governo, segundo Schwarcz e Starling (2015), seguiu com as tentativas de mudanças econômicas, apresentou um novo plano, o Collor II, e avançou com a privatização das empresas estatais. Collor buscou a todo momento aplicar o manual de enxugamento do estado que havia prometido durante a campanha eleitoral, mas nada parecia dar jeito.

A política econômica seguia desnorteada: para cada subida de preços, o governo adotava uma medida nova, violenta e ineficaz — congelamento de salários, liberação de preços, aumento de impostos. Pouco mais de um ano depois de tomar posse, a ministra da Economia foi substituída, a credibilidade do governo despencou, e a população ficou alérgica a planos econômicos (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 635)

O desgaste que se avolumava em torno do governo ganhou contornos dramáticos quando apareceram as denúncias de corrupção. A imprensa que havia apoiado Collor, passou a lhe investigar, puxando o fio de um grande esquema de corrupção operado por seu ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Farias. Entre as denúncias estavam irregularidades financeiras, tráfico de influência e contas bancárias fantasmagóricas.

Com esses escândalos, o governo Collor tornou-se insustentável, e as manifestações públicas começaram a ganhar força novamente na sociedade e voltaram às ruas do Brasil, mas, agora, com novas características.

A população estava empenhada em desmentir o presidente, e as manifestações políticas voltaram às ruas das grandes cidades com força total. Traziam novidades: o traço carnavalesco e a marca do bom humor. Surgiram bonecos gigantescos de Collor vestido como presidiário, fantasias de ratazanas com bigodes e óculos como os de Paulo César Farias, esquifes com o nome do presidente e de Zélia Cardoso de Mello. Os estudantes, que já andavam indóceis, pintaram o rosto de preto ou de verde e amarelo — eram chamados “caras pintadas” —, convocaram a população para protestar e sacudiram as manifestações com a palavra de ordem: “Fora Collor” e “Impeachment já!” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 635)

O rosto pintado de verde e amarelo tornou-se o símbolo das manifestações que seguiam crescendo e ganhando adesão popular. Segundo o Acervo Caras-Pintadas, da Fundação Getúlio Vargas, organizações como União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes (UBES), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação brasileira de Imprensa (ABI) desempenharam papéis importantes na mobilização dos estudantes, jovens e trabalhadores que tomavam as ruas.

As denúncias de corrupção e as manifestações populares abriram espaço para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigou o Presidente Collor e seus aliados e abriu o processo de impeachment, que correu entre os dias 29 de setembro de 1992 e 29 de dezembro do mesmo ano, e deliberou pelo afastamento do então Presidente Collor e sua inelegibilidade por 8 anos.

Para Schwarcz e Starling (2015) o governo Itamar Franco, substituto de Collor após o impeachment, assumiu o país em um momento caótico, em que a economia ia de mal à pior com aumento do desemprego e da inflação, que, segundo as autoras, impacta todas as classes, mas tem efeito mais perverso na vida dos pobres. Nesta situação, houve também a elevação dos índices de violência contra a população empobrecida.

Nesta conjuntura, as organizações da classe trabalhadora também sofrem o impacto do neoliberalismo e das políticas aplicadas pelo Governo. Como vimos anteriormente, a década de 1980 foi repleta de mobilizações e ficou marcada pelo reascenso das lutas sociais no Brasil, o que culminou na criação de diversas organizações da classe trabalhadora, como o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e, como vimos, do MST, 1984. A partir da década de 1990 e com implementação do neoliberalismo, esta situação começa a mudar. Para Gomes e Coutinho (2010) o neoliberalismo impacta as organizações populares, mudando não apenas sua forma de fazer mobilizações sociais, mas também o ânimo para a luta. As autoras afirmam que:

A adesão ao ideário neoliberal significou abrir mão da concepção das políticas públicas como direito, do caráter universal e gratuito dos serviços. A solidariedade entre os trabalhadores foi rompida e a luta pela garantia dos direitos sociais e políticos foi substituída pela participação nos projetos do governo sem nenhuma crítica à estrutura de dominação da sociedade capitalista (GOMES e COUTINHO, 2010, p. 1)

Para Maciel (2011) o PT e a CUT são atravessados pelo ideário neoliberal e, aos poucos, vão implementando mudanças programáticas e ideológicas que reorientam sua ação e articulação política.

Enquanto a CUT inicia seu longo movimento de acomodação à estrutura sindical estatal e de abandono da tática de mobilização e de greves em favor da negociação e das ações judiciais, o PT atenua o caráter anti-capitalista de seu programa, em favor da defesa abstrata da “democracia”, reformula a política de alianças em direção às forças

políticas de centro e às frações do capital e reforça a via institucional-parlamentar como caminho para a conquista eleitoral do governo e do poder em 1994 (MACIEL, 2011, p. 7)

Itamar Franco convidou o sociólogo e representante político do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) Fernando Henrique Cardoso para ser Ministro da Fazenda e implementar um novo plano econômico.

Dessa vez tudo aconteceu às claras: o Plano Real foi submetido a discussão pública, a sociedade entendeu seu funcionamento e o Congresso Nacional aprovou sua implementação.⁷¹ O embrião da nova moeda, o real, era a Unidade Real de Valor (URV), um indexador de inflação que ganhou a confiança da população (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 638 e 639)

O Plano Real tinha como objetivo combater a hiperinflação no Brasil a partir de um conjunto de medidas econômicas. Sua implementação contou com a desconfiança popular, em que muitos temiam possíveis congelamentos financeiros. Porém, para Schwarcz e Starling (2015) o plano real mostrou-se forte e estável. Fernando Henrique Cardoso capitalizou este feito, que o levou à vitória em primeiro turno nas disputas eleitorais para Presidente da República, em 1994.

Como Presidente, FHC adota uma série de medidas econômicas para, segundo o Governo, modernizar o Brasil e introduzi-lo no mercado comercial internacional. Tais medidas passavam pela retirada de direitos trabalhistas, privatização de empresas estatais e redução do papel do Estado enquanto entidade garantidora dos direitos sociais. Orientado por uma política neoliberal, o Brasil caminhava para a exclusão de qualquer garantia social.

O Estado, antes responsável por garantir direitos do cidadão, começa a ser visto como um provedor de serviços para seus clientes. A diminuição das responsabilidades sociais do Estado tem sua contrapartida na diminuição do espaço da política, o que leva à marginalização e criminalização dos movimentos sociais (MARQUES, 2006, p. 186)

Para Lopes (2004) as medidas do Governo aprofundaram a subordinação econômica brasileira e deixaram o país ainda mais dependente do capital estrangeiro. Esta situação, ainda segundo o autor, abriu um momento de crises econômicas, em que os pobres enfrentaram momento de maior redução nas oportunidades de trabalho, assistência social e piora nas condições materiais de vida. Ao mesmo tempo, há um vertiginoso crescimento da violência sobre as camadas populares e, como afirma Marques (2006), maior criminalização dos movimentos sociais, que tem os massacres

de Corumbiara⁴, em 1995 em Rondônia (RO), e Eldorado dos Carajás⁵, no ano de 1996 no Pará (PA), como o ápice desta violência.

2.2.1. O MST na década de 90: para dentro e para fora

O MST passou pelo período de nascimento e idealização de si para a solidificação daquele que viria a ser um dos maiores movimentos sociais do mundo. Passou também pelo período de construção de uma estrutura interna que desse aos trabalhadores rurais a possibilidade de enfrentamento coletivo e vitórias no aspecto econômico e político. Agora, a partir de 1990, abriam-se novos desafios e uma nova fase de resistência e acúmulo de forças. Fernandes (2000) caracteriza esse período como a fase de “territorialização e institucionalização do MST”.

O Movimento estava organizado em dezoito estados e planejava sua expansão para novas regiões como forma de territorialização. Foi neste momento em que o MST avançou para o estado do Mato Grosso e Distrito Federal. Passou também pela reorganização no Rio de Janeiro, que havia se fragilizado nos anos anteriores. Avançou também para os estados do norte, como Pará, Tocantins e Amazonas, conquistando novos assentamentos e fortalecendo a organização na região. Além do mais, iniciou a luta no Pontal do Paranapanema (SP), que se tornou um dos territórios mais conflituosos do país.

Ademais, a década de 1990 foi um período marcado pela repressão ao Movimento Sem Terra, de modo que “considerando a palavra de ordem ocupar, resistir e produzir o resistir foi mais intensificado” (Fernandes, 2000, p. 200). Os militantes enfrentavam a escalada de violência em todos os territórios e viam reduzir o número de famílias engajadas nas ocupações. Este cenário impactou profundamente o MST, que foi obrigado a fazer manobras táticas para responder a nova quadra histórica que se abria.

É neste contexto que o MST realiza o 2º e o 3º Congresso Nacional e afirma as táticas a serem aplicadas na luta política nos próximos anos. Como veremos a seguir, os

⁴ No dia 9 de agosto de 1995 a Polícia Militar de Rondônia realizou uma ação de reintegração de posse da Fazenda Santa Elina. A operação deixou 9 sem-terra mortos.
<https://mst.org.br/tag/corumbiara/>

⁵ No dia 17 de abrilo de 1996 uma operação da Polícia Militar do Pará deixou 21 sem-terra mortos e 69 mutilados.
<https://mst.org.br/tag/massacre-de-eldorado-dos-carajas/>

Congressos deliberam caminhos diferentes para o MST. O 2º Congresso, em 1990, afirma a necessidade de amadurecimento da construção interna, o que fica conhecido como “voltar-se para dentro”, já o 3º Congresso, em 1995, aponta a necessidade de retomada das ocupações e marca uma grande virada no Movimento, posicionando-o principal organização de luta contra as políticas neoliberais aplicadas no Brasil.

2.2.2. O 2º Congresso Nacional

Com a participação de 5 mil delegados de 19 estados, o 2º Congresso Nacional do MST foi realizado entre os dias 8 e 10 de maio de 1990, na capital federal, Brasília. Segundo Morissawa (2001) estava entre os objetivos do Congresso: fortalecer a articulação entre os trabalhadores do campo e da cidade; intensificar a divulgação da luta pela reforma agrária, inclusive no cenário internacional; deliberar um plano de ação para o próximo período; pressionar o governo Collor a respeito da reforma agrária e pelo fim da violência no campo; e dialogar com a sociedade a respeito da necessidade da reforma agrária.

Muitas organizações participaram do Congresso, entre elas: Central Única dos Trabalhadores, Comissão Pastoral da Terra, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Igreja Luterana, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira da Reforma Agrária, União Nacional dos Estudantes. Estiveram presentes também parlamentares de diversos partidos e organizações da América Latina. Estas participações no 2º Congresso expressavam o avanço que o MST havia feito nos anos anteriores, garantindo a construção de uma organização de expressão nacional e internacional, com participação efetiva da classe trabalhadora rural e com conquistas econômicas e políticas na luta de classes.

As discussões do 2º Congresso Nacional avançaram com base nos documentos elaborados pelas instâncias e setores estaduais e nacionais, que culminou nas resoluções finais do evento.

- a) medidas de emergência: com o crescimento do número de acampamentos por causa da não realização de desapropriações, milhares de famílias careciam urgentemente do atendimento básico, como alimentos, educação e assistência social. E, para superar essa situação, reivindicavam agilidade nas negociações para a solução das áreas de conflitos.
- b) desapropriações: haviam inúmeras áreas desapropriadas, cujos processos estavam emperrados, de modo que reivindicavam a dinamização dos trabalhos para efetivar os

assentamentos; c) reforma agrária: reivindicavam a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária e um conjunto de ações para ampliar a arrecadação de áreas, como por exemplo: terras griladas, terras de grandes devedores, terras pertencentes a fazendeiros mandantes ou executores de assassinatos etc. Também requeriam a apuração dos assassinatos e torturas de trabalhadores e religiosos, bem como dos casos de trabalho escravo; d) assentamentos: defendiam que o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária fosse administrado com recursos do Banco do Brasil e de outras fontes o governo federal, e exigiam a garantia de assistência técnica e recursos para a infra-estrutura básica para os assentamentos. Com relação à titulação das terras, defendiam a criação e um sistema que não permitisse a venda, como forma de evitar uma reconcentração. Também reivindicavam a regularização das áreas de posseiros. Demandavam a construção de escolas nos assentamentos e realização de convênios com universidades para a formação de professores. E a elaboração de uma política agrícola voltada para o desenvolvimento da agricultura camponesa. (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, abril-maio de 1990, p. 11-14).

Para muitos dirigentes do MST, este Congresso foi um dos mais importantes da história do Movimento por estar inserido em uma conjuntura política complexa, de muitas mudanças no cenário político e econômico e aumento da violência sobre as famílias Sem Terra, que figurava entre as maiores preocupações dos MST naquele momento.

O governo Collor, além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é um agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batia nas nossas canelas, batia na nossa cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias invadidas pela polícia Federal. (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 69)

Dessa forma, segundo Stédile, os militantes do MST decidiram, diante das dificuldades impostas pela repressão do governo Collor, realizar uma manobra tática e dedicar mais energia na construção interna do Movimento.

O Congresso Nacional de Maio de 1990 refletiu um pouco esse sentimento. Não mudamos a palavra de ordem, mas nos agarramos mais no ‘resistir’. Percebemos que a luta de massas iria ser mais dura, que seria o período de construir organicamente melhor os assentamentos. Gastamos mais tempo no debate sobre a construção do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), de onde surgiu a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Tivemos que nos voltar para dentro de nós mesmos como uma forma de fortalecer o MST, para resistir ao inimigo (STÉDILE e FERNANDES, 1999, p. 54).

Para Fernandes (2000) esse ajuste tático, ou como ele mesmo denomina, ‘dimensionamento da luta’, reflete não apenas a preocupação com o aumento da violência, mas também a atenção com o fortalecimento da articulação entre os processos de ocupação e produção. Esse ‘dimensionamento da luta’, então, buscava romper a “visão desagregante que separava os Sem Terra – os que estavam participando das ocupações – dos assentados que seriam os com terra” (FERNANDES, 2000, p. 192)

Estas iniciativas estavam contidas no que convencionou-se chamar no MST de ‘voltar-se para dentro’, que, segundo Lopes (2004), buscavam dar respostas a três elementos: constituir força organizativa dentro dos assentamentos para garantir condições de resistência a situação de aumento da violência; fortalecer, através do trabalho coletivo, os valores socialistas; e demonstrar a viabilidade econômica do projeto de ocupação e produção nas terras.

Assim, o MST se viu obrigado a aplicar uma transformação em sua tática política a partir da leitura de conjuntura daquele momento, buscando identificar os principais desafios do Movimento e seguir na luta pela Reforma Agrária de modo a garantir a segurança dos seus militantes, das famílias Sem Terra acampadas e assentadas por todo o Brasil. O MST, neste momento, ‘volta-se para dentro’, para, em seguida, colocar-se para fora com mais força.

2.2.3 O 3º Congresso Nacional

Entre os dias 24 e 27 de julho de 1995, o MST realizou o 3º Congresso Nacional, em Brasília/DF, com a participação de mais de 5 mil delegados de 22 estados e de parceiros políticos da América Latina. Este é mais um momento marcante para o Movimento, pois o Congresso é realizado em uma conjuntura de aprofundamento das políticas neoliberais do Presidente FHC, responsável, segundo o MST, pelo crescimento da fome e desemprego no Brasil.

Coube ao 3º Congresso a tarefa de atualizar questões importantes a respeito dos objetivos do MST, como aponta Fernandes.

- 1- Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;
- 2- A terra é um bem de todos. E deve estar à serviço de toda a sociedade;
- 3- Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;

- 4- Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
- 5- Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; 6-
- Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (FERNANDES, 1999, p. 81)

Se compararmos com os objetivos definidos no 1º Encontro Nacional, realizado em 1984, perceberemos que há mudanças significativas. Para Lopes (2004), o MST comprehende que não basta que “a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha”, como constava na resolução de 1984, mas que seja um “bem de todos” e “à serviço da sociedade”.

Há também atualizações a respeito da organização. Como constava na primeira elaboração, o MST buscava “ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária” e “estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido”. Estes e outros itens foram suprimidos, dando espaço para elementos que buscavam combater a exclusão e a desigualdade social, como podemos constatar nos itens 3 e 4.

Neste contexto, o MST passa a compreender a Reforma Agrária como um elemento de contestação às políticas neoliberais, transformando o próprio Movimento em uma das principais ferramentas de luta da classe trabalhadora naquele momento. Para Lopes (2004) o Programa de Reforma Agrária ganha um caráter antineoliberal e o 3º Congresso Nacional abre um novo período da luta pela Reforma Agrária do MST, tornando-a um projeto para toda a sociedade brasileira, como podemos perceber na palavra de ordem: “Reforma Agrária, uma luta de todos”.

Com base nas informações contidas no Caderno de Formação nº 23⁶, Fernandes apresenta um resumo das reivindicações formuladas pelo MST no 3º Congresso Nacional.

- 1- Modificar a estrutura da propriedade da terra;
- 2- Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;
- 3- Garantir que a produção da agropecuária esteja votada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico social dos trabalhadores;
- 4- Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;

⁶ <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-23-programa-de-reforma-agraria/>

- 5- Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;
- 6- Aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;
- 7- Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
- 8- Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos (FERNANDES, 1999, p. 81-82)

Mais uma vez, percebemos que a Reforma Agrária é apresentada como alternativa à ordem neoliberal, reivindicando, como vimos acima, “*justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais*”. Para o MST, é através da Reforma Agrária que pode-se buscar melhoria nas “*condições de vida, educação, cultura e lazer para todos*” (FERNANDES, 1999, p. 81-82).

Era preciso, então, mais uma vez, apresentar o projeto político do Movimento Sem Terra para toda a sociedade. Assim, o MST construiu a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária, que teve 3 pontos de partida diferentes no dia 17 de fevereiro de 1997: São Paulo, Governador Valadares e Cuiabá. A Marcha, segundo Chaves (2000), conquistou a simpatia da opinião pública e contribuiu para o MST consolidar-se como uma organização de enfrentamento ao neoliberalismo não apenas no campo, mas também no meio urbano.

Intitulada Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, a caminhada dos Sem Terra teve como manifesto propósito chamar a atenção da sociedade não só para a necessidade da reforma agrária, mas também para o problema do desemprego nas cidades e para a impunidade dos crimes e violências cometidos contra trabalhadores rurais na disputa por terras no Brasil. (CHAVES, 2000, p. 12)

A Marcha passou por centenas de cidades pelo Brasil e, ao longo de sua caminhada, os militantes procuravam diferentes espaços para o diálogo com a população local, buscando ampliar a repercussão da mensagem que a mesma pretendia vincular e abrir canais de diálogo. Segundo Chaves (2000), escolas, faculdades, câmaras legislativas, igrejas e casas de simpatizantes serviam como espaços para reuniões de apresentação da Marcha, do MST e de seu programa de país.

A Marcha (...) fazia parte de uma contratática para enfrentarmos a tática do governo, que era de nos colocar no isolamento (...) (O principal objetivo da Marcha era) O de dialogar com a sociedade e fazer frente à ofensiva de FHC. Assim, um longo trajeto foi percorrido em mais de dois meses. Não fomos de ônibus, fomos caminhando e, em cada cidadezinha que passávamos, explicávamos para a população

o sentido da luta, fazendo um trabalho de conscientização política. Esse foi o sentido da caminhada (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 151-152).

Para os militantes do MST, a Marcha atingiu seu objetivo de diálogo com a população e, segundo Colleti, ficou marcada na história da luta contra o Governo FHC e sua política neoliberal:

Tratou-se da manifestação de massa mais importante do período e significou um tipo de manifestação política muito diferente das ocupações de terra, à medida que visava diretamente pressionar o governo e tomar medidas a favor dos Sem Terra, e estabelecia alianças com outras forças e setores sociais (COLETTI, 2003, p. 09).

Para marcar a luta contra o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido 1 ano antes, o dia 17 de abril foi escolhido para terminar a Marcha em Brasília. Esta data também transformou-se no dia internacional de luta pela Reforma Agrária, escolhida pelos próprios Sem Terra.

O dia 17 de abriu de 1997 também ficou marcado pelo lançamento em todo o Brasil da Exposição Terra, que contou com fotos de Sebastião Salgado, textos de José Saramago e músicas de Chico Buarque. As obras expunham a realidade dos trabalhadores rurais, da luta pela terra e da organização do MST. Para Stédile, a Exposição Terra foi importante na relação do MST com a sociedade.

Em nível nacional a opinião pública e em especial a grande imprensa se deu conta de que o MST era um movimento justo e necessário para combater o atraso das forças produtivas no campo, gerar emprego e futuro para milhões de brasileiros olvidados. No contexto internacional, eles permitiram que o MST passasse a ser conhecido em todo mundo. Seremos sempre gratos ao Sebastião Salgado, ao Chico Buarque e ao José Saramago pela solidariedade que até hoje nos emociona (STÉDILE, 2022,).

Se no início da década de 1990 o MST traça linhas políticas que afirmavam a necessidade de maior atenção com a consolidação dos processos internos, fica nítido que a partir de 1995, em seu 3º Congresso Nacional, o MST “*massifica a luta e diversifica suas formas de ação, afirmando-se como interlocutor privilegiado do Estado com os Sem Terra*” (MARQUES, 2006, p. 188). Dessa forma, segundo Comparato (2001) o MST passa a ocupar o espaço de principal inimigo do governo FHC e da classe proprietária e empresarial pois representa um perigo real de transformação da sociedade a partir das ocupações e ações de confrontação da institucionalidade.

A fragilização do PT e da CUT através do neoliberalismo, aliado aos acertos do MST (a não adequação do seu Programa de Reforma Agrária aos parâmetros neoliberais

e a primazia pela luta popular em detrimento da institucionalidade), contribuem para que o Movimento Sem Terra torne-se a principal organização da classe trabalhadora daquele período.

Neste momento, o Movimento se comprehende, portanto, como uma organização dos Sem Terra com um projeto de libertação de toda a classe trabalhadora a partir do enfrentamento ao neoliberalismo e pela projeção de uma sociedade igualitária, justa, democrática e com valores socialistas.

2.3. Anos 2000: governos petistas e a relação com o MST

As políticas neoliberais passaram por um intenso período de contestação nas décadas de 1980 e 1990 pelo seu trágico impacto na vida da classe trabalhadora. Este período, como vimos acima, também foi marcado por uma onda de mobilizações populares que reivindicavam melhorias econômicas e sociais e, em muitos casos, mudanças nos paradigmas da política econômica. Ou seja, havia uma forte oposição ao neoliberalismo por parte das camadas populares.

Da crise do modelo econômico neoliberal emergiu o governo democraticamente eleito de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que chegava à Presidência da República depois de 3 derrotas nas eleições de 1989, 1994 e 1998. A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002 trouxe uma série de mudanças no quadro político e econômico daquele período.

Ocorreu, em primeiro lugar, uma mudança no interior do bloco no poder. A grande burguesia interna brasileira, fração da classe capitalista que mantém uma base própria de acumulação de capital e disputa posições com o capital financeiro internacional, ascendeu politicamente em prejuízo dos interesses desse capital internacional e de seus aliados internos (BOITO Jr. e BERRINGER, 2013, p. 31).

Esta transformação só foi possível, segundo os autores, pela emergência de um bloco político que agrupa, além dessa fração da burguesia, importantes setores organizados da classe trabalhadora. Este bloco foi denominado de “Frente Neodesenvolvimentista” e, ainda segundo os autores, tem o Partido dos Trabalhadores (PT) como principal representação política.

Tal frente reúne a grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. A frente incorpora, também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por

conta própria, camponeses em situação de penúria e outros setores que compõem aquilo que a sociologia crítica latino-americana do século passado denominou “massa marginal” (BOITO Jr. e BERRINGER, 2013, p. 31).

Os trabalhadores rurais, representados em grande medida pelo MST, compõe esta frente. O Movimento Sem Terra, criminalizado e combatido na década de 1990 pelas ações do governo FHC, passa a ter seu direito de reivindicação reconhecido com o governo petista (BOITO Jr. e BERRINGER, 2013).

[O camponês] reivindica assistência técnica, financiamento para a produção, mercado e preço para seus produtos. Os governos neodesenvolvimentistas têm atendido, em parte, essas reivindicações, com o financiamento à agricultura familiar, que cresceu muito quando comparado com o que havia na era FHC, e com programas de compras governamentais da produção camponesa (BOITO Jr. e BERRINGER, 2013, p. 33).

Esta frente não rompeu com as bases de sustentação do neoliberalismo, mas aglutinou no seu interior a disputa entre as correntes neoliberais, que manteve sua posição hegemônica na política brasileira, e neodesenvolvimentistas. Esta é uma forma, segundo Paccola e Alves (2018), de buscar crescimento dentro dos marcos do capitalismo neoliberal. Na mesma linha, Boito Jr. e Berringer (2013) afirmam que “*O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal* (p. 32)”

Vale destacar que a existência da frente neodesenvolvimentista e um novo bloco no poder não indicam a existência de um equilíbrio de forças entre as componentes da mesma frente. Indica, ao contrário, uma composição heterogênea com diversas orientações, trajetórias, origens e, assim, permeadas por contradições e disputas. O que ocorre é que, apesar das contradições, há unidade em torno da manutenção do capitalismo, crescimento econômico com combate à miséria e aquecimento do mercado interno sem ruptura com a burguesia internacional e o modelo neoliberal (Boito Jr. e Berringer, 2013).

Os governos petistas lançaram mão de instrumentos da política econômica e social que não se faziam presentes na década neoliberal e no governo de Fernando Henrique Cardoso. Esta é uma transformação que marca um novo momento na política brasileira.

(i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres,

isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. Mais recentemente, o governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o *spread* bancário e intervindo para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo e encarecer os produtos importados (BOITO Jr. e BERRINGER, 2013, p. 32).

É possível perceber, portanto, que os governos do PT, dessa forma, mantiveram e, em muitos casos, aprofundaram as políticas neoliberais, ao mesmo tempo que introduziram no seu programa de governo um conjunto de políticas econômicas e sociais alinhadas a nova orientação neodesenvolvimentista com o objetivo de combater à pobreza, em especial a sua forma mais profunda, a miséria, e fortalecer o mercado interno, sem confrontação com o capital internacional (SINGER, 2012).

Boito Jr. e Berringer (2013) apresentam uma importante análise a respeito da frente neodesenvolvimentista. Para eles, é a burguesia interna, em seus mais diferentes setores, que exerce o papel dirigente neste bloco. Porém, destacam que a classe trabalhadora atua de forma organizada na frente através, sobretudo, do PT. Ainda que em situação inferior na frente neodesenvolvimentista, a classe trabalhadora conquistou vitórias e ganhos no plano econômico. Para os autores, houve crescimento econômico no período, possibilitando recuperação do emprego e reajuste salarial, aumentando o poder aquisitivo dos mais pobres.

Esses assalariados ganham algo com o neodesenvolvimentismo. O crescimento econômico permitiu uma significativa recuperação do emprego e a política de reajuste do salário mínimo aumentou o poder aquisitivo da base da pirâmide salarial. As novas condições econômicas e políticas favoreceram muito a organização e a luta sindical, permitindo novas conquistas salariais dos trabalhadores em um evidente contraste com aquilo que ocorreu na década de 1990 (BOITO Jr. e BERRINGER, 2013, p. 33).

Compreendemos, portanto, que os ganhos conferidos à classe trabalhadora, principalmente aquela em situação de maior vulnerabilidade social, são inegáveis. Podemos, claro, ponderá-los, mas desta perspectiva, visualizamos como um conjunto de políticas compensatórias, resultado da correlação de forças no Estado, que foram capazes de atrair este setor social para a base do governo do PT e da frente neodesenvolvimentista (PACCOLA e ALVES, 2018, p. 274).

Cabe indicarmos que há posições bastante divergentes a respeito da existência de uma “frente neodesenvolvimentista” como apontado acima. Uma leitura interessante é da pesquisadora Virgínia Fontes (2010) que apresenta uma crítica aos intelectuais defensores da existência desta frente. Para a autora, em que pese as características de cada período sócio-econômico, faz-se necessário uma leitura do movimento global do capital. Desta forma, a autora afirma haver continuidade entre os períodos denominados desenvolvimentistas e neoliberal. No mesmo sentido, Corrêa indica que “*as características específicas de cada período seriam apenas formas adaptativas do capital para garantir sua lucratividade e impedir qualquer forma de mobilização social das classes subalternas*” (2013, p. 45).

Reinaldo Gonçalves (2012) apresenta um olhar crítico a caracterização neodesenvolvimentista e afirma que o que está sendo apontado como novo desenvolvimentismo seria apenas uma versão do “liberalismo enraizado”, pois, segundo o autor, os elementos estruturantes do sistema liberal foram mantidos.

O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação a política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (GONÇALVES, 2012, p. 638)

Não é nosso objetivo esgotar o debate a respeito da caracterização do governo Lula e sua composição. Nossa olhar, neste momento, deve voltar-se objetivamente para a compreensão do quadro geral do período citado acima. Assim, Carvalho (2018) apresenta uma leitura interessante.

Entre 2004 e 2010, o Brasil conseguiu obter, junto com as taxas mais altas de crescimento, uma redução das desigualdades sociais e regionais, o aumento sustentado dos salários, a elevação do nível do emprego formal, a melhoria das contas públicas e externas, tudo isso mantendo a taxa de inflação sob controle. O investimento cresceu em média 6,7% ao ano no período, superando até mesmo o crescimento do consumo, que foi de 4,5% anuais (CARVALHO, 2018, p.10).

Além da distribuição de renda entre a parcela da população mais empobrecida via políticas públicas, segundo a autora, houve também maior acesso ao crédito e investimentos públicos em infraestrutura, sendo estes, para ela, os elementos mais importantes para compreender a política econômica do período.

O crescimento maior trouxe consigo uma redução das desigualdades. As transferências de renda via Bolsa Família, a valorização mais acelerada do salário mínimo e a inclusão do mercado de consumo de uma parte significativa da população brasileira levaram à expansão de setores de serviços e da construção civil, que cresceram de forma expressiva no período. Como esses setores empregam muitos trabalhadores menos instruídos, o grau de formalização e os salários na base da pirâmide subiram mais ainda, reforçando o processo (CARVALHO, 2018, p.22-23).

Porém, a linha estruturante dos governos Lula foi aos poucos sendo transformada. Essa mudança se intensificou no governo de Dilma Rousseff e iniciativas antes tomadas como necessárias em momentos específicos tornaram-se ações permanentes de governo.

O Estado havia sido decisivo na expansão do mercado interno brasileiro entre 2006 e 2010, através de políticas de transferência de renda e aumento do salário mínimo, junto com a ampliação dos investimentos em infraestrutura física e social. No entanto, no final do segundo mandato do presidente Lula, crescia a visão de que tal estratégia de crescimento, erroneamente interpretada como ‘liderada pelo consumo’, era insustentável. Empresários do setor industrial e boa parte dos economistas defendiam medidas que reduzissem os custos das empresas nacionais e elevassem sua competitividade diante da concorrência estrangeira (CARVALHO, 2018, p.11).

A autora argumenta que se criou uma narrativa em torno do crescimento pelo consumo da população. A bem da verdade, este foi um argumento muito utilizado pelo governo em diversas peças de propaganda. No entanto, ela defende que o elemento central de crescimento do período foi o investimento público. Dessa forma, a mudança econômica operada no governo Dilma trouxe transformações significativas e impacto real na vida dos trabalhadores.

Em particular, entre 2011 e 2014, o fim do ciclo de expansão dos investimentos públicos em infraestrutura e sua substituição por uma política de redução de impostos, concessões e outros estímulos ao setor privado retiraram da economia brasileira um de seus principais motores (CARVALHO, 2018, p.32).

O ajuste fiscal, principal diretriz econômica do segundo governo Dilma, se impôs sobre as políticas públicas, retirando de forma mais acentuada os investimentos nos programas de governo nas áreas sociais. Este, que para a autora, foi o principal vetor de crescimento dos governos Lula, passa a ser descaracterizado e reduzido.

A autora chama atenção para a existência de outros elementos geradores de crise naquele período. A Operação Lava-Jato sobre o setor de petróleo, em especial a Petrobrás, setor da construção civil e a política de desvalorização do real, foram

consistentes o suficiente na redução do crescimento. No entanto, Carvalho (2018) afirma que estes elementos fizeram parte da disputa eleitoral para Presidência da República em 2014.

As leituras diferentes desse cenário econômico acabaram pautando boa parte do debate entre os candidatos do segundo turno das eleições presidenciais. Enquanto Aécio Neves destacou a alta da inflação e a deterioração dos indicadores de atividade econômica e fiscais para defender uma política econômica mais austera, Dilma Rousseff responsabilizou a crise internacional pelo desempenho mais fraco da economia, chamou a atenção para o nível de emprego ainda elevado e defendeu a continuidade da política econômica (CARVALHO, 2018, p.96).

Com 51,6% dos votos, Dilma é reeleita Presidenta do Brasil, em 2014. A pequena margem indicava um país dividido e desgaste popular do Partido dos Trabalhadores. A oposição acusou fraude nas eleições, pediu recontagem e afirmou que não aceitaria o resultado. Assim, sob forte pressão, Dilma nomeia Joaquim Levy Ministro da Fazenda. Levy apresenta o ajuste fiscal, seguindo a linha de retirada de investimentos em programas sociais.

As medidas de ajuste divulgadas entre o fim de 2014 e o início de 2015 incluíam uma redução de 58 bilhões de reais nos gastos com o PAC; uma economia de 18 bilhões pela alteração das regras para recebimento de seguro-desemprego, abono salarial e auxílio-doença; uma receita adicional de 12,2 bilhões pelo aumento das alíquotas de PIS/Cofins e da Cide sobre combustíveis; uma arrecadação extra de 5,3 bilhões pela redução da desoneração da folha (aumento da alíquota de 1-2% para 2,5- 4,5%) e de 5 bilhões pela volta do IPI para veículos, entre outras iniciativas de menor impacto arrecadatório (CARVALHO, 2018, p.97).

Para Gama da Silva (2013) este é um conflito na distribuição de renda que se agravou com o início da crise. Para o autor “*uma vez reduzido o crescimento desde 2011, há o aumento das tensões entre as classes sociais pela distribuição do orçamento e da renda*” (p. 136).

Com a temperatura alta na política brasileira, as forças de esquerda deram um passo em torno da unidade de ação e aderiram à tática frentista, que deu início a Frente Brasil Popular (FBP)⁷ e a Frente Povo Sem Medo (FSM)⁸. Partidos como o PT e PcdB, movimentos sociais como o MST e Levante Popular da Juventude, e diversos sindicatos

⁷ Diferentes organizações sociais lançaram a Frente Brasil Popular no dia 5 de setembro de 2018. Para mais informações: <https://frentebrasilpopular.com.br/>

⁸ Entidades lançaram a Frente Povo Sem Medo no dia 08 de outubro de 2018. Para mais informações: <https://psol50sp.org.br/2015/10/carta-convocatoria-de-lancamento-da-frente-povo-sem-medo/>

agruparam-se na FBP. PSOL e PCB, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e outras várias organizações construíram a FSM. As diferenças sobre a leitura do momento político e sobre a estratégia a ser adotada impediu a construção de apenas uma frente que congregasse todas as organizações. No entanto, as Frentes atuaram de forma unitária em diferentes momentos.

Neste cenário de forte oposição, iniciaram-se as movimentações para a derrubada do governo Dilma. O Congresso Nacional deu início ao processo de impeachment no dia 2 de dezembro de 2015. Depois de 273 de processo e uma intensa votação no Congresso e no Senado, a Presidenta foi retirada definitivamente de seu cargo, consumando o que ficou conhecido como “golpe”. A grande imprensa nacional veiculou a ideia de que este processo estaria associado ao tema da corrupção, porém na cena política o mesmo era ligado às pedaladas fiscais.

No caso que ficou conhecido no Brasil como “pedalada fiscal”, em vez de atrasar o pagamento aos beneficiários, o governo adiou o pagamento aos bancos públicos, que, por sua vez, pagaram os benefícios em dia. Do ponto de vista das consequências para a população, certamente esse procedimento é menos grave do que o atraso do Medicare. No entanto, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não é crime a população “financiar” o governo enquanto não recebe seus benefícios, mas é crime um banco público realizar operações de crédito para o próprio governo (CARVALHO, 2018, p.105-106).

A retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República por um processo de impeachment, ou “golpe”, como muitos intelectuais caracterizaram, deu prosseguimento a um período de inúmeras transformações na sociedade brasileira. De imediato, a chegada de Michel Temer, representante da classe burguesa, ao posto de Presidente da República, pavimentou o caminho de retiradas de direitos sociais e trabalhistas. A classe trabalhadora, que já se via fragilizada do ponto de vista organizativo com as medidas antipopulares dos últimos anos, passou por um período ainda pior, de redução de direitos e possibilidades de organização em sindicatos e outros agrupamentos. Nos anos seguintes, cresceram os discursos de extrema direita sob a liderança de Jair Messias Bolsonaro, que, de mero desconhecido, passa a disputar o alto escalão da política brasileira e torna-se presidente em 2018. Este é o cenário que veremos no próximo capítulo.

2.3.1 O MST nos anos 2000

O MST chega aos anos 2000 com 16 anos de existência e uma larga experiência na construção de si e de lutas populares. Como vimos acima, o Movimento Sem Terra enfrentou realidades adversas, estabelecendo-se sempre na oposição aos governos e grupos políticos dirigentes das duas décadas anteriores. Entre os confrontamentos, muitas vezes de forma radical, carimbou no MST a marca de inimigo do neoliberalismo, elemento que para o próprio Movimento é motivo de orgulho.

Todos esses anos de atuação possibilitaram ao MST apresentar para a sociedade um novo projeto de Brasil, conferindo ao Movimento avanço político e ideológico. Em paralelo, o MST teve capacidade de garantir vitórias para os Sem Terra e avanços organizativos na construção de cooperativas, associações, escolas etc.

O MST já tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor de educação nos anos 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolver uma pedagogia específica para o campo (MST, 2018, online)

Este quadro geral tornava o MST um movimento social forte e pujante no Brasil, mas era necessário ainda mais avanço para realizar a reforma agrária. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva pelo PT, em 2002, aliado histórico do MST, representou a possibilidade de dar os passos que faltavam para a implementação de seu projeto. No entanto, a composição do governo, a correlação de forças do período e a relação com o agronegócio logo apresentaram ao MST o cenário que se estabeleceria nos próximos anos, demonstrando também que o Movimento teria novos desafios na luta pela terra.

Os anos 2000 a 2016, período que analisaremos nesta parte final, foi marcado por mudanças no quadro político, econômico e social do Brasil. Nossa leitura se voltará para este quadro, buscando compreender a forma como o MST atuou, suas principais decisões nos 3 Congressos Nacionais realizados nestes anos e, em especial, sua relação institucional.

2.3.1.1 O 4º Congresso Nacional do MST

Entre os dias 7 e 11 de agosto de 2000, o MST realizou o 4º Congresso Nacional, em Brasília (DF). Mais de 11 mil pessoas de todas as regiões do Brasil e uma

grande delegação internacional estiveram presentes. Durante os 5 dias de Congresso foram realizados debates, plenárias, exposições e atos políticos com o objetivo de aprofundar a análise de conjuntura do Movimento e apontar linhas políticas. Além disso, “*o Congresso foi um momento de confraternização entre várias culturas do país, com apresentações de artistas do MST, exposição de artes, artesanato, culinárias, além de banca de produtos de assentamentos*” (MST, 2018, online).

Realizado ainda sob o governo de FHC, o 4º Congresso foi responsável pela reafirmação da oposição radical ao neoliberalismo e a concentração de terras via luta popular. Vejamos algumas diretrizes afirmadas neste Congresso:

Intensificar a organização dos pobres para fazer lutas massivas em prol da Reforma Agrária; Construir a unidade no campo e desenvolver novas formas de luta. Ajudar a construir e fortalecer os demais movimentos sociais existentes no campo, especialmente o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores); Articular-se com os trabalhadores e setores sociais da cidade para fortalecer a aliança entre os campo e a cidade, priorizando as categorias interessadas na construção de um projeto político popular; Preparar desde já, junto com as demais forças sociais e políticas, uma jornada de lutas, prolongada e massiva para o primeiro semestre de cada ano. (MST, 2009, online)

Este Congresso, segundo Bastos (2018), foi responsável por estabelecer novos caminhos para o Movimento ao introduzir a concepção “popular” no projeto de Reforma Agrária.

Podemos entender que no IV Congresso, que outorgou a palavra de ordem “Por um Brasil sem latifúndio”, houve o último fôlego para a reforma agrária clássica. Dali em diante, passam a se constituir as bases da reforma agrária popular. O tema dos transgênicos entra em evidência e se fortalecem as propostas de construção de um projeto popular para o Brasil (BASTOS, 2018, p. 223)

A Reforma Agrária clássica apresentava a necessidade de fazer da terra um bem dos trabalhadores. No Congresso de 1985, como vimos acima, o MST cunhou a palavra de ordem “terra para quem nela trabalha”, seguindo esta concepção. Agora, com anos de existência e maior profundidade política, o Movimento apresenta uma nova ideia de Reforma Agrária.

A realidade impôs a necessidade de atualizar a luta pela reforma agrária. Desta forma, o conceito de reforma agrária clássica passa a ser substituído pelo conceito de reforma agrária popular, que agora traz em sua dimensão não apenas a necessidade de terra para quem nela trabalha, categoria central na década de 1980 e 1990, mas a

necessidade de produzir alimentos saudáveis a toda a população, adquirindo o caráter popular da reforma agrária (MST, 2009, online)

Esta concepção torna o projeto ainda mais amplo, pois “*a reforma agrária popular tem a agroecologia como base para a produção agrícola, priorizando a produção de alimentos saudáveis e diversificados para o mercado interno e em harmonia com o meio ambiente*” (LENON, 2020, p. 20).

Esta transformação apareceu também nas linhas políticas apresentadas pelo MST ao final do 4º Congresso Nacional, em que o Movimento afirma:

Combater o modelo das elites, que defende os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais; Projetar na sociedade a reforma agrária que queremos para resolver os problemas de trabalho, moradia, educação, saúde e produção de alimentos para todo povo brasileiro; Realizar debates com a sociedade em geral, nos colégios etc.; Promover campanhas para evitar o consumo de alimentos transgênicos pelo povo; Realizar ações de massa contra os símbolos do projeto deles e deixar claro qual é o nosso projeto para a sociedade (MST, 2009, online)

A partir daí, o tema do meio ambiente ganha força entre as formulações do Movimento Sem Terra, que apresenta uma diretriz específica sobre esta questão: “*desenvolver linhas políticas e ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem estar social*” (MST, 2018, online)

Cabe destacar que o novo projeto político do MST surgiu para responder a uma nova realidade. A imposição do neoliberalismo na década de 1990 aplicou transformações no modo de produção das mercadorias agrícolas no Brasil, de modo que “*estas transformações trouxeram novas determinações à questão agrária*” (TRICONTINENTAL, 2020, p. 19). O que se verificou, foi a conformação de um novo bloco: o agronegócio.

O antigo latifundiário, dono de grandes extensões de terra, se aliou a outras frações da classe burguesa: às empresas transnacionais do setor agrícola, ao capital financeiro representado na figura dos bancos e aos meios de comunicação de massa. Esse novo modelo de produção agrícola ficou conhecido como agronegócio, e está inserido num contexto mundial que se inicia na década de 1970 e se acentua sobretudo a partir do final da década de 1990 e começo dos anos 2000 em diante (TRICONTINENTAL, 2020, p. 19)

O projeto da burguesia torna-se mais complexo com estas mudanças, o que obriga o MST realizar os giros programáticos que visualizamos acima para tornar a

reforma agrária um projeto com viabilidade real e necessário para toda a classe trabalhadora.

Visualizamos, portanto, que o que estava em jogo eram dois projetos antagônicos. De um lado, a reforma agrária popular dos trabalhadores rurais, dos pequenos agricultores, com foco na produção de alimentos saudáveis para consumo da população brasileira e preservação da natureza. De outro lado, o projeto agrícola do agronegócio, baseado na exportação, na concentração de terras e no monocultivo (MST, 2007).

O MST compreendeu, assim, que sua luta só teria viabilidade ao ganhar a classe trabalhadora do campo e da cidade. Dessa forma, o Movimento amadureceu um projeto que deixa de ser de interesse apenas dos trabalhadores rurais e passa a ser uma necessidade de toda a sociedade. Apresentar a reforma agrária popular como um projeto amplo, de caráter produtivo, com novas bases para a produção de alimentos sem veneno, preocupado com a construção de boas relações sociais e com práticas que preservam e reestabelecem a natureza, reafirmou a oposição do MST ao projeto neoliberal.

2.3.1.2 O 5º Congresso Nacional

“Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular” foi o lema do 5º Congresso Nacional do MST, realizado entre os dias 11 e 15 de junho de 2007. Cerca de 17 mil delegados participaram desse Congresso, que tinha como objetivo:

Eliminação da pobreza no campo; combater a desigualdade social por meio da distribuição de renda e garantia de trabalho; combate à degradação ambiental, preservando a biodiversidade animal, vegetal e cultural, mediante formação de novos biomas (BRITO, 2015, p. 57)

No 5º Congresso, o MST também reafirmou a necessidade de combater a exploração dos trabalhadores do campo e da cidade. Neste sentido, para o Movimento, é necessário “*articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo*” e ainda “*Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados*” (MST, 2007, online).

Naquele momento, o MST identificava uma dupla tarefa para viabilizar seu programa de reforma agrária. Primeiro, construir uma mobilização popular capaz de aplicar pressão sobre os órgãos públicos competentes.

As conquistas atuais de assentamentos, associações, cooperativas e organizações sociais, fazem parte desse processo de mobilização e acúmulo de forças para realização de uma verdadeira reforma agrária. E, em cada um deles, devemos já desde logo, ir aplicando as nossas propostas, construindo nossos territórios livres (MST, 2012, p. 31)

Para Brito (2015) o MST buscou ampliar suas áreas de controle dos camponeses e iniciar a implementação do programa nestes territórios, que teve uma importante relação com o Estado. As ações políticas do MST buscavam, segundo o autor, aplicar pressão sobre os aparatos estatais para que estes desenvolvessem as políticas de reforma agrária. Ao mesmo tempo, o MST compreendeu que “*era urgente a promoção de mudanças no aparato administrativo-institucional do Estado, alterando a forma de funcionamento das instituições públicas e criando órgãos suplementares*” (BRITO, 2015, p. 58). Veremos mais a frente como o MST atuou sobre estes órgãos.

2.3.1.3 O 6º Congresso Nacional

Entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 2014, em Brasília (DF), o MST realizou o 6º Congresso Nacional. Segundo os organizadores, cerca de 15 mil pessoas participaram desta atividade. O Congresso tem como objetivo realizar uma avaliação crítica a respeito do Movimento, comemorar os 30 anos de existência do MST e traçar novas diretrizes da luta pela reforma agrária popular.

Para Brito (2015) este Congresso marca uma virada na história do MST ao consolidar uma importante mudança em sua concepção política de reforma agrária, que é fundamentada, como vimos acima, no novo estágio da luta de classes com a reorganização da burguesia e a conformação e consolidação do agronegócio.

A justificativa para as mudanças na linha política operada recentemente no MST se fundamenta no fato de que, nos últimos vinte anos, a estrutura fundiária e as relações entre as classes do meio rural se alteraram significativamente, obrigando o Movimento a traçar novas táticas para atingir seus objetivos. (...) o capitalismo mundial, entre as décadas de 1980 e 1990, entrou em uma nova fase de desenvolvimento, hegemonizado agora pelo capital financeiro (BRITO, 2015, p. 66)

A dominância do agronegócio no campo brasileiro altera as relações e as demandas dos camponeses. Segundo Brito (2015) os trabalhadores rurais passaram a não mais lutar contra o latifúndio retrógrado, mas contra a grande articulação entre setores do capital.

Sinteticamente, o bloco de poder que o MST enfrenta envolve: as empresas transnacionais do agronegócio, como Monsanto, Syngenta, Bunge, Bayer, ADM, entre outras; os fazendeiros capitalistas nacionais; os bancos que são seus principais sócios e financiadores, por meio das linhas de crédito e fundos de investimento; e a mídia associada materialmente e ideologicamente a esse bloco que, além de reproduzir ideologicamente o discurso modernizador do agronegócio, investe financeiramente no setor, em campanhas e publicações (BASTOS, 2018, 225).

O MST se vê diante de um cenário em que “*o inimigo se tornou mais forte e mais complexo*” (BASTOS, 2018, p. 224), tendo em sua articulação uma série de mega empresas que controlam grande parte do poder econômico e político nacional. É neste contexto em que o MST, em seu 6º Congresso, aprofunda a concepção de “reforma agrária popular”, afirmando seu caráter de acúmulo de forças num processo revolucionário de longo prazo.

Uma Reforma Agrária socialista, que tem como alicerce a socialização das terras, exige a execução de políticas de um Estado socialista e será resultante de um longo processo de politização, organização e transformações culturais junto aos camponeses, ou seja, uma revolução social. Condições objetivas e subjetivas que não estão na ordem do dia desse período histórico (MST, 2014, p. 32).

E ainda:

(...) O conceito "popular" busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra (MST, 2014, p. 33)

Percebemos, então, que a proposta apresentada pelo Movimento vai além da redistribuição de terras. Passa, necessariamente, pela mudança na organização da propriedade fundiária e pela transformação da produção no campo, construindo novas formas de produção, relações sociais e preservação da natureza.

2.3.2 A relação institucional do MST nos governos petistas

Desde o início, em 1984, o tema da autonomia do Movimento ocupa espaço de destaque nas reflexões e formulações dos Sem Terra. Nos 3 Congressos Nacionais

realizados no novo milênio, o MST, assim como antes, tratou de reafirmar a autonomia do Movimento diante de outras organizações como partidos políticos e sindicados. Ao mesmo tempo, complexificou sua relação institucional com a chegada do PT, aliado histórico do MST, à Presidência da República.

A eleição de Lula em 2002 serviu como uma faísca de esperança para muitos militantes Sem Terra, pois acreditavam que este governo contribuiria de forma decisiva para a realização da reforma agrária no Brasil. Porém, a realidade logo demonstrou que a política de reforma agrária caminharia em outra direção.

O número de beneficiários da reforma de terras foi menor nos governos Lula do que durante a administração de Fernando Henrique Cardoso, sendo que os primeiros apostaram 73% da distribuição de terras na Amazônia. Com receio de represálias do setor agroindustrial, da bancada ruralista do Congresso e com o apoio da elite e das classes que suportam a estratégia de internacionalização da economia brasileira sufragada por Lula da Silva, o PT acabaria por incompatibilizar-se com o MST (BERNARDES, 2019, p. 106).

Diante deste quadro repleto de contradições, o MST, segundo Bernardes (2019), aliou-se ao PT de forma pragmática buscando disputar o governo e inserir as demandas dos Sem Terra na agenda política do Presidente. Para o autor, o MST articulou-se com um campo interno do PT que estava insatisfeito com as políticas aplicadas nos primeiros anos de governo (2003 e 2004) sem alterar-se internamente.

A aliança do MST com as franjas esquerdistas do PT não alterou de forma alguma a identidade ideológica, simbólica, cultural e política do movimento. Pelo contrário, demonstra a sua contínua autonomia enquanto movimento social face ao Estado e aos partidos, tentando influenciar o partido de governo a partir das suas bases e do contacto com as estruturas do PT no governo, no Congresso, no Senado, nos estados e nas prefeituras (BERNARDES, 2019, p. 107).

Mesmo sob uma análise negativa a respeito do caráter da política econômica do governo Lula, o MST entra no governo, segundo Aliaga e Maranho (2019), para ocupar espaços e disputar o próprio governo a partir da pauta dos Sem Terra.

Com o passar do tempo, entretanto, os movimentos perceberam que as políticas neoliberais de Lula não eram transitórias e sim programáticas. Acreditavam, contudo, que o governo ainda estava em disputa. Segundo avaliação das lideranças Sem Terra, no interior do governo Lula haveria duas tendências político-ideológicas distintas: uma tendência conservadora, neoliberal, com influência, sobretudo, na área econômica e uma tendência progressista, influente na área social. Lula estaria entre os progressistas e por esta razão não seria inimigo do MST (ALIAGA e MARANHO, 2019, p. 580)

Com a chegada do PT à Presidência da República, muitos de seus quadros políticos ocupam espaços estratégicos nos mais diversos âmbitos do Estado brasileiro. Esta ocupação, abriu espaço para que o MST buscassem financiamento para seus projetos, o que permitiu “*o aumento da institucionalização das estruturas do movimento, com a profissionalização de alguns de seus membros*” (BERNARDES, 2019, p. 107).

Entre as entidades beneficiadas, destaca-se o ITERRA, principal fonte de organização e realização de projetos educacionais do MST e um dos principais vetores de concretização da produção agroecológica, por meio de cursos de capacitação, formação técnica e política. Do ponto de vista político-administrativo, houve também o estabelecimento de importantes compromissos entre PT e MST com a nomeação de Marcelo Resende como presidente do INCRA, em janeiro de 2003, acompanhado de um total de 29 superintendentes com vinculações ao MST (ALIAGA E MARANHO, 2021, p. 580).

A aplicação de críticas aos governos Lula e Dilma, sobretudo por sua política econômica, soma-se ao movimento de ocupação institucional para a disputa de projetos e políticas públicas que beneficiem o Movimento Sem Terra. Esta é uma tática complexa que envolve crítica e apoio público, mobilização social, pressão, negociação e ocupação de espaços.

A relação entre o MST e o PT durante os governos Lula contou com três fases distintas. Na primeira fase, o movimento usou do seu poder mobilizador para pressionar os setores conservadores do governo e apoiar Lula movendo o PT para a sua agenda ideológica. (...) Na segunda fase, ressaltou as dúvidas, dentro do movimento campesino, quanto ao processo consultivo pelo qual o governo tentou estabelecer parcerias e formas de negociação. Finalmente, face à introdução da estratégia do agronegócio e das indústrias agropecuárias, o MST aponta as suas críticas ao governo enquanto apoiam Lula. (...) Frustrado com Lula, o MST procurou também novas formas de defesa da reforma agrária, articulando- -se com aliados internacionais, solidificando a sua relação com a Via Campesina e ocupando outras terras com plantações produtivas como o eucalipto. Paralelamente, o MST entraria numa nova fase de organização e autonomização, dependendo menos de personalidades e lideranças, garantindo uma institucionalização mais sólida (BERNARDES, 2019, p. 108 e 109).

Há uma constante preocupação por parte de muitos pesquisadores a respeito da manutenção da autonomia do MST. A relação com a institucionalidade parece ser, necessariamente, um mal que subordina a organização e a enfraquece do ponto-de-vista de sua mobilização, luta política e projeto revolucionário. Porém, parece-nos que o MST constrói sua relação institucional com habilidade, sem alterar seu horizonte estratégico de transformação social, o que fica nítido em sua recente formulação a respeito da reforma agrária popular, ao mesmo tempo em que atua na conjuntura mais

imediata, preocupado com os problemas concretos e urgentes da classe trabalhadora. Este é um processo em que a estratégia de longo prazo e a tática de atuação imediata estão em constante interação.

Observamos, assim, que a relação do MST com o PT e a institucionalidade é subordinada aos valores e programa de transformação social construído por décadas dentro do Movimento. Dessa forma, a maior aproximação com os governos do PT e os cargos institucionais busca contribuir no fortalecimento da organização dos Sem Terra para alterar a correlação de forças e possibilitar a aplicação da estratégia.

É possível, claro, que a institucionalização do Movimento altere seu programa, organização interna e horizonte estratégico, como apontado em muitas formulações de importantes pesquisadores. Veremos mais a frente as medidas que o MST tem tomado para vetar ou diminuir o impacto desta institucionalização na perspectiva revolucionária dos Sem Terra.

CAPÍTULO 3 – 2016 A 2022: AS AÇÕES DO MST E A ESCOLHA PELAS CANDIDATURAS

O impeachment sobre a presidente Dilma Rousseff possibilitou o retorno do bloco de direita à Presidente da República, abriu caminho para o aceleramento da aplicação das políticas neoliberais e a retirar de direitos da classe trabalhadora sob o comando de Michel Temer e as diretrizes do projeto “Uma Ponte para o Futuro”.

Bolsonaro consagrou-se Presidente da República em uma das eleições mais disputadas da história do Brasil, em 2018. Sua vitória representou a manutenção das diretrizes econômicas neoliberais e a aplicação de uma política reacionária de destruição dos mecanismos de defesa dos direitos humanos e perseguição aos movimentos sociais, partidos políticos e suas lideranças.

Um período de enfrentamento com novas mobilizações, ocupações de escolas e universidades, greves sindicais e manifestações populares se abriu. As organizações de esquerda construíram diversas iniciativas para barrar a ofensiva da direita e extrema direita. O MST manteve-se na dianteira deste processo, dedicando sua força para a construção das lutas. Ao mesmo tempo, o Movimento Sem terra compreendeu os novos desafios impostos neste período histórico e tratou de se reorganizar e lançar novas táticas, como as candidaturas próprias em 2022.

Veremos a seguir o acirramento da luta de classes neste período repleto de movimentações políticas. Ao mesmo tempo, neste capítulo, aprofundaremos a leitura a respeito da inflexão tática realizada pelo MST ao fortalecer sua atuação na luta eleitoral com candidaturas de dirigentes do próprio Movimento Sem Terra.

3.1. O golpe, a ascensão da extrema direita e as ações das forças populares

A chegada de Michel Temer ao posto de Presidente da República encerrou o ciclo de governos petistas que durava 14 anos. O novo chefe tinha como objetivo a implementação de um pacote de medidas neoliberais. Temer apresentou o programa “Uma Ponte Para o Futuro” que “*começava com a flexibilização das leis trabalhistas, o fim da obrigatoriedade de gastos com saúde e educação e a desindexação de benefícios previdenciários ao salário mínimo*” (CARVALHO, 2018, p. 109). Por outro lado, o texto procurou preservar os mais ricos, afastando a possibilidade de aumento em impostos para ajuste na economia.

Os cortes do governo Temer aplicaram-se em diversas áreas do orçamento federal, iniciando pela redução dos Ministérios, que caiu de 32 para 23, passando pelos cortes em mais de 4 mil cargos e funções comissionadas e chegando até as áreas essenciais da sociedade.

Em 2017, os investimentos do governo em Educação sofreram um corte de R\$ 4,3 bilhões, cerca de 12%. Em 2018, com a greve dos caminhoneiros em função do preço do diesel, o governo baixou preço do diesel em R\$ 0,46. Para compensar esse subsídio de R\$ 9,6 bilhões, o governo efetuou cortes em diversas pastas, como os orçamentos da Saúde e Educação, R\$ 135 milhões e R\$ 55,1 milhões respectivamente. Em quatro anos, o investimento em educação caiu 56%, de R\$ 11,3 bilhões em 2014 para R\$ 4,9 bilhões em 2018. O orçamento caiu teve redução de 11,7%, R\$ 117,3 bilhões em 2014, R\$ 103,5 bilhões em 2018. (NETO et al. 2019, p. 6).

Uma das principais medidas no campo da economia adotada pelo governo Temer foi a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº241/2016, que ficou conhecida como “Emenda Constitucional 95” ou “PEC 95”. Com esta PEC o governo limitou constitucionalmente os investimentos públicos por 20 anos, impedindo o Estado de atuar com qualidade nas demandas sociais, gerando sucateamento do sistema de proteção social, como saúde, assistência social e previdência.

O governo de Michel Temer foi marcado por uma ofensiva neoliberal. Em suas iniciativas, além da PEC 95 destacada acima, podemos citar também a forte atuação para aprovação da Reforma Trabalhista⁹ e a Lei da Terceirização¹⁰, que significaram um absoluto rebaixamento dos mecanismos que asseguravam direitos aos trabalhadores e ampliaram indiscriminadamente a terceirização. Na política neoliberal estavam previstas também privatizações de empresas nacionais através do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI).

Nessa agenda [de privatizações] estavam incluídos o setor energético, como o elétrico e o de óleo e gás, além do mineral e de saneamento, e a infraestrutura nacional como aeroportos, portos, ferrovias e rodovias, e também a Casa da Moeda. Estima-se que ao concluir essa agenda de privatizações e de concessões R\$ 46,3 bilhões entrarão nos cofres públicos. O principal item em leilão é a Eletrobrás, pois trata-se da maior empresa latino-americana de energia elétrica e a décima sexta maior do mundo, que em 2018 obteve lucro líquido de R\$ 13,35 bilhões. (NETO et al. 2019, p. 9).

⁹ A Reforma Trabalhista realizou mudanças significativas nas leis do trabalho.

<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/quais-as-principais-mudancas-da-reforma-trabalhista/536317054>

¹⁰ A Lei da Terceirização ampliou a terceirização dos serviços nas empresas públicas.

<https://www.brasildefato.com.br/2017/03/25/terceirizacao-piora-as-relacoes-de-trabalho-avaliaram-especialistas>

Percebemos, portanto, que “*o programa defendido por Temer corresponde integralmente com as expectativas da burguesia brasileira*” (GAMA DA SILVA, 2023, p. 137) que buscou nas medidas neoliberais maiores condições de exploração da classe trabalhadora e apropriação do orçamento público a partir da redução do Estado e dos mecanismos de proteção social e do trabalhador.

Este não foi, porém, um período de passividade da classe trabalhadora e de suas organizações. Em 2016 os estudantes do ensino médio e universitários tomaram a cena política realizando ocupações por todo o Brasil contra as medidas do governo Temer.

Mais de mil escolas e outros espaços estão ocupados em todo país por estudantes, de acordo com o balanço divulgado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBER). Ao todo, segundo a entidade, são 995 escolas e institutos federais, 73 campi universitários, três núcleos regionais de Educação, além da Câmara Municipal de Guarulhos, o que totaliza 1.072 locais. (TOKARNIA, 2016).

Logo depois foi a vez dos partidos, sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais variados colocarem-se na dianteira política com iniciativas que buscavam a contenção das políticas neoliberais do governo. Em 2017, os agrupamentos de esquerda organizaram três protestos de dimensões nacionais¹¹, a greve no dia 15 de março, a greve geral em 28 de abril e a greve do dia 30 de junho, que tinha como objetivo demonstrar publicamente a insatisfação dos trabalhadores com as políticas de retirada de direitos e a força das organizações.

Momentos antes de sua prisão, Luiz Inácio Lula da Silva disse “Eu sairei maior dessa, mais forte, mais verdadeiro e inocente, porque quero provar que eles é que cometem um crime político.” Após discurso inflamado, Lula se entregou à polícia no dia 7 de abril de 2018, condenado pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá-SP¹².

Lula é considerado por muitos o maior líder popular da história recente do Brasil e sua prisão se deu em um contexto de reorganização de setores da burguesia em busca de um cenário político mais propício às políticas neoliberais. Em síntese, a prisão de Lula se fazia necessária para que não houvesse o risco de seu retorno à Presidência da

¹¹ Para mais informações sobre as greves de 2017 acessar:

<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2017/estPesq87balancoGreves2017.pdf>

¹² O então juiz Sérgio Moro condenou Lula com acusações no caso do triplex no Guarujá-SP:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/entenda-a-condenacao-de-lula-no-caso-do-triplex.ghtml>

República, para que as classes dominantes tivessem melhores condições de emplacar o candidato que representaria seus interesses no processo eleitoral de 2018.

Dado o primeiro passo do golpe, eles passaram a aplicar um plano político, econômico e social que resultou em mais desemprego, mais desigualdade e todas as dificuldades que o povo está enfrentando. Já a burguesia, saiu nesta semana: os bancos lucraram de 2016 até agora R\$ 450 bilhões. A indústria lucrou R\$ 60 bilhões. Então, quem se beneficiou? Os bancos, que deram esse golpe. Eles precisam agora ganhar mais tempo e garantir o controle do poder Executivo nas eleições de outubro. O povo não gosta deles e eles não tem candidato. Então, esse pedido de prisão agora é apenas mais um capítulo do golpe geral, que é contra todo o povo. Querem prender o Lula não porque tenha cometido nenhum crime, porque ele não cometeu crime. É uma perseguição política, para tirar a ficha limpa e impedir sua candidatura. Esse pedido de prisão é apenas mais um capítulo do golpe geral (STÉDILE, 2018).

Com 55,14% dos votos válidos, Bolsonaro foi eleito Presidente da República. Com Lula preso e fora do jogo, Haddad foi o representante do campo progressista e ficou com 44,86% do eleitorado. O então candidato Bolsonaro emplacou táticas eleitorais não convencionais e, para muitos, imorais e ilegais. Acusações de *fake news* e disparos em massa de mensagens em aplicativos de comunicação foram a tônica da campanha aliados a um discurso que atacava a oposição e incitava a violência.

Muitas são as explicações a respeito da vitória de Bolsonaro em 2018. Para Montenegro (2020) as vias que possibilitaram a chegada do ex-militar ao cargo de Presidente da República foram construídas fora de seu raio político, pela combinação de elementos que não estavam sob seu controle. As condições de sua vitória, dessa forma, “*foram criadas pela ação sistemática de um conjunto de forças sob o comando do grupo Globo, que envolvia políticos, empresários e segmentos do poder judiciário*” (MONTENEGRO, 2020, p. 68). Este bloco agia de forma unificada, com coesão em torno das diretrizes econômicas neoliberais.

Para o autor, a tentativa de sujar a imagem pública do PT e de Lula foi tão intensa que acabou por afetar não apenas os alvos à esquerda na política brasileira, mas diretamente todo o sistema político, reforçando uma ideia negativa a respeito da política em geral. A imagem pública do sistema político, que já não era das melhores, piorou, intensificando a ideia de que a política é, necessariamente, uma atividade criminosa e que a corrupção é o elemento causador de todo o mal na sociedade.

Neste cenário de absoluto desgaste do sistema político é que emerge a figura de Bolsonaro.

Bolsonaro construiu seu lugar na política a partir de uma rejeição por completo de tudo o que se relacionasse à transição democrática. Governo civil, eleições, liberdades individuais, direitos humanos “para bandidos”, enfim, tudo o que se relacionasse aos temas que foram centrais na transição democrática e na Carta de 1988 configurava um empecilho para a vida dos “cidadãos de bem”. Ao desmoralizar o sistema político, a Globo e seus aliados no judiciário e no Ministério Público alimentaram o discurso de Bolsonaro: a corrupção e a criminalidade teriam vicejado sob a égide da Constituição de 1988 e da democracia; teriam sido acobertadas ou praticadas pelos poderes instituídos. No discurso bolsonarista, a única solução possível, portanto, seria algum tipo de retorno ao autoritarismo. (MONTENEGRO, 2020, p. 69).

Há que se destacar a capacidade de comunicação em massa construída por Bolsonaro e sua equipe. Estes tiveram competência para articular diferentes veículos de comunicação e redes sociais e tiveram como resultado uma verdadeira hegemonia digital no período pré e pós-eleição, mantendo-se, assim, em permanente contato com sua base social.

sua comunicação tem lógica e alguma eficácia. Tem sido eficaz para preservar o apoio constante de cerca de um terço da população, além do apoio entusiasmado e aguerrido de algo entre dez e vinte por cento dos brasileiros. Os primeiros (um terço) são a base da qual Bolsonaro almeja partir para a disputa do segundo mandato. (MONTENEGRO, 2020, p. 70).

Eleito, Bolsonaro colocou em prática muito do que havia prometido durante os meses de campanha, em que incentivou uma escalada de violência sobre os adversários políticos e posicionou-se como presidente reacionário, com um projeto de destruição qualquer direito social presente na Constituição de 1988. Para Starling (2022) Bolsonaro parte da concepção reacionária de que o estabelecimento dos direitos humanos e dos mecanismos mediadores e de defesa de indivíduos e grupos vulnerabilizados são inimigos e, assim, devem ser destruídos com o uso da força.

Belicoso e feroz, o reacionarismo desenvolveu-se como corrente de pensamento, moldou uma visão de mundo e materializou-se no formato de um movimento ideológico disposto a reagir até o fim contra o alvo que escolheu combater em primeiríssimo lugar: a malignidade da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. (STARLING, 2022, p. 65).

É neste sentido que Montenegro (2020) afirma que:

Suas [de Bolsonaro] intenções autoritárias são reais e o presidente é abertamente fascista. Num certo sentido, Bolsonaro expressa a consciência de que o exercício do poder pelas classes dominantes no Brasil, pela via do consenso, será sempre obstaculizado pelo fosso que separa pobres e ricos. O caminho seguro, de acordo com essa interpretação, não seria o do consenso, mas o da força. Em caráter permanente. Só ela pode garantir a ordem. (MONTENEGRO, 2020, p. 69)

Depois de 580 dias preso, Lula foi solto no dia 8 de novembro de 2019, após o Supremo Tribunal Federal proibir prisões imediatamente após a condenação em 2º Instância. Com esta decisão, Lula voltava às ruas, recuperava as condições de fazer política e de liderar o bloco de esquerda no cenário político brasileiro.

Em 2019 o Mundo enfrentou uma das maiores pandemias da história da humanidade: COVID-19. No dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, foi registrado o primeiro caso da doença no Brasil e logo começaram as medidas para sua contenção. Porém, o Governo Federal sob o comando de Bolsonaro não seguiu a mesma direção. O então presidente adotou uma postura que reduzia a gravidade da doença ao dar declarações públicas que debochavam da situação, estimulou comportamentos inadequados e disseminou informações falsas.

Apesar de irresponsável, a posição negacionista de Bolsonaro estava contida nos marcos de sua tática política adotada para aquela situação, pois o presidente “estava preocupado com a economia e com a reeleição” (MONTENEGRO, 2020, p. 71). Logo no início houve forte reação aos posicionamentos do presidente a respeito da pandemia, o que o fez ajustar sua tática, mas não mudá-la.

Este posicionamento, no entanto, foi decisivo para o desgaste do presidente, gerando ruídos até mesmo com aliados no governo. Para Montenegro (2020), a direita tradicional utilizou-se deste momento para reemergir na política nacional, já que “se reagrupou, especialmente em torno da liderança de João Dória Jr. e, em parte, Luiz Henrique Mandetta” (MONTENEGRO, 2020, p. 73).

O bloco de esquerda liderado pelo PT, que agora contava com Lula em seus plenos direitos políticos, tinha um longo caminho pela frente pois “toda uma estratégia, perseguida ao longo de décadas sob a direção do PT, foi derrotada pelo golpismo” (MONTENEGRO, 2020, p. 73).

3.1.1. As ações do MST nesta conjuntura

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra manteve-se ativo em todo o período narrado acima. Durante o governo Temer e o aprofundamento das medidas neoliberais, assim como na década de 1990, o MST firmou-se na contramão destas políticas, mobilizando suas bases para as manifestações e construindo posicionamento públicos contrários às medidas do então presidente. Vejamos um resumo da leitura do movimento a respeito daquele momento nas palavras Alexandre Conceição, Dirigente Nacional do MST, em entrevista para o Jornal Brasil de Fato.

O ano de 2017, sem dúvida, foi quando os golpistas conseguiram avançar ainda mais em seu projeto antipopular e neoliberal com a consolidação do fim do Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o sucateamento dos recursos públicos para a Reforma Agrária nas áreas de obtenção de terras. Foi o ano em que o Brasil retrocedeu aos anos 80 quando constatamos o retorno da fome, a concentração de terras, cortes nas políticas públicas, como Bolsa Família. Estamos hoje em um cenário de 7 milhões de brasileiros passando fome extrema, além do aumento da violência do latifúndio contra o povo e a natureza (CONCEIÇÃO, 2018).

A leitura do quadro político embasa as iniciativas do Movimento, que convoca à luta. Em entrevista ao Jornal Brasil de Fato, Kelly Mafort, Dirigente Nacional do MST, faz um chamado.

A única possibilidade de reverter essa situação é com mobilização popular. As manifestações que já fizemos foram importantes, mas nós temos que fazer essa mobilização crescer ainda mais. A unidade da esquerda, a articulação dos movimentos, das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, tudo isso é muito importante. Mas ainda é preciso envolver mais gente, toda a sociedade, porque nós estamos diante de um dos maiores retrocessos na história dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Por isso é preciso levantar a cabeça e enfrentar essa situação (MAFORT, 2017).

“Bom dia/boa tarde/boa noite, presidente Lula” gritavam os manifestantes na “Vigília Lula Livre” que ocupou os arredores da sede da Polícia Federal de Curitiba – PR, local em que Lula esteve preso. A vigília foi construída por diferentes organizações de todo o Brasil. O MST, no entanto, teve papel destacado nesta construção, girando alguns de seus dirigentes e estruturas para contribuir com a manutenção da iniciativa.

Um ano depois nós seguimos estruturados e mobilizados potencializando a resistência de todo país pela liberdade do Lula e pela garantia de um Brasil mais justo e igualitário. Lula é um refém político da elite brasileira e do aparelho do judiciário. Diante desse processo, a Vigília cumpre o papel de ser um polo de apoio e resistência. As milhares de pessoas que passam por aqui se conectam; se conhecem como classe no conjunto de iniciativas, cursos, rodas de

conversa, plenárias, mística, atividades culturais, políticas e de formação que temos aqui. Tudo é feito e pensado para que as pessoas possam ser lapidadas na perspectiva da luta social, assim, quando voltarem para as suas cidades estimularão o processo organizativo e formativo de solidariedade em conexão com a liberdade e com a agenda da classe trabalhadora (BAGGIO, 2019).

As ações de solidariedade e denúncia da “ prisão política”¹³, como os militantes de esquerda denominaram, de Lula estiveram presente em todo o país através do Comitê Nacional Lula Livre, que articulou inúmeras organizações e construiu iniciativas pela liberdade do ex-presidente. O MST se fez presente em mais esta construção.

No dia 10 de agosto de 2018 o MST realizou 3 atos de lançamento da Marcha Nacional Lula Livre¹⁴, como mais uma iniciativa de denúncia do processo de perseguição política que prendera o ex-presidente. A Marcha reuniu cerca de 5 mil militantes que saíram das 5 regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul.

Organizada em três colunas, Ligas Camponesas, Tereza de Benguela e Prestes, as fileiras irão percorrer 50 quilômetros rumo à Brasília e se somam à mobilização convocada para registro da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Lula é preso político há mais de 120 dias, na sede da Polícia Federal em Curitiba (PR). (MST, 2018, online).

Neste cenário de acirramento da luta de classes, as eleições de 2018 apresentavam-se como um elemento decisivo. O MST, ao lado de outras organizações aglutinadas nas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, entrou de cabeça nas eleições.

Esse é o momento que precisamos concluir a todos os progressistas do Brasil e do mundo. Não é momento de titubear. É momento de tomar partido. É momento de tomar decisão política. Por essa razão nós sempre defendemos Lula Livre e estamos na campanha de Haddad, sem medo nenhum ou receio (MAURO, 2018)

Para o MST a disputa presidencial de 2018 tornou-se maior do que o próprio cargo de presidente, representava dois projetos não apenas diferentes, mas antagônicos.

Votar em Bolsonaro é votar em Temer. É votar no golpe. É estar de acordo com a Emenda Constitucional 95, a favor da reforma trabalhista e pela aprovação da reforma da Previdência. O que está em jogo é uma questão maior do que gostar ou não do PT e de Fernando

¹³ Ver o posicionamento de Stédile, dirigente nacional do MST.

<https://www.brasildefato.com.br/2018/11/13/classe-trabalhadora-esta-presa-com-lula-afirma-stedile>

¹⁴ MST repudia a prisão de Lula e convoca à Marcha Nacional Lula Livre.

<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/01/movimento-dos-sem-terra-condena-decisao-do-tse>

Haddad, mas votar pela democracia. A história do nosso povo é de resistência. Custou caro conquistar a democracia e não vamos abrir mão dela (MAFORT, 2018)

A chegada da pandemia do COVID-19 no Brasil aprofundou as desigualdades existentes e a crise econômica e social em que o país se encontrava (COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL, 2021). As medidas neoliberais de retirada de direitos trabalhistas, privatização de empresas públicas, diminuição das ações do Estado nas áreas sociais combinados com a fraca implementação de ações assertivas para combater a propagação da doença e o enfraquecimento de políticas públicas direcionadas à distribuição de renda, acesso a alimentos e emprego e renda corroboraram para o crescimento da fome no Brasil. Segundo o relatório publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), em 2020, 116,8 milhões de pessoas viviam algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) (REDE PENSSAN, 2021).

É neste cenário de crise sanitária com a propagação da COVID-19 e crescimento da crise social e econômica que o Movimento Sem Terra fortalece as iniciativas de solidariedade e combate à fome em todo o país.

As principais ações de solidariedade desenvolvidas pelo MST estão voltadas para a doação de alimentos, em diversos formatos, como cestas básicas, feiras e marmistas. No entanto, doações de álcool, máscaras, sabão também estão ocorrendo. Até mesmo os centros de formação do Movimento na Bahia e em Pernambuco já foram ofertados para tornarem-se hospitais de campanha (ENGELMANN e FERREIRA, 2020)

Sob o lema “Solidariedade Sem Terra” o MST construiu uma rede de iniciativas em todo o Brasil para atuar no combate à fome. Estas iniciativas foram construídas em articulação com outros movimentos sociais e combinavam-se com a formação política para agitar as denúncias em torno da retirada de direitos da classe trabalhadora e do enfraquecimento das políticas públicas promovido pelo governo de Bolsonaro.

Entre março de 2020 e março de 2021, o MST participou de 474 ações de solidariedade no Brasil que resultaram na doação de mais de 1.760 toneladas de alimentos in natura; 98 mil marmitas; 9,5 mil cestas de alimentos da reforma agrária; além de mais de 8 mil pães, 22 mil litros de leite; 2,5 mil cestas básicas fruto de arrecadação; 487 kits de alimentos e produtos de higiene e centenas de cafés da manhã solidários em todo o país (MACHADO, JORGE e FERNANDES, 2022, p. 159)

Para o MST a luta política travada naquela quadra histórica tornou-se a tarefa mais importante e, mais uma vez, o Movimento colocou-se na dianteira do processo de mobilização popular, extrapolando os limites da luta econômica do movimento social. A luta contra as medidas neoliberais e o autoritarismo, novamente, entram na centralidade do Movimento Sem Terra e, como veremos adiante, abre novas possibilidades de ação política.

Ao mesmo tempo, o MST compreendeu a nova realidade de crescimento da fome e mobilizou seus militantes para produção de alimentos e distribuição para a população vulnerável. As ações de solidariedade do Movimento não são novidade, estão marcadas em sua trajetória, mas há uma maior intensidade no período pandêmico, com mobilização de recursos e energia militante para esta ação humanitária.

3.2. Uma nova tática: o MST e as eleições de 2022

As eleições de 2022 são um marco na história do Movimento Sem Terra. Isso porque o MST lançou, pela primeira vez, candidaturas próprias coordenadas pela Direção Nacional. Veremos mais adiante nas entrevistas com dirigentes do movimento que as candidaturas anteriores, apesar de importantes, representaram experiências locais e com pouco acompanhamento nacional.

Ao todo foram 15 candidaturas próprias que disputaram cargos de deputados/as estaduais e federais. Para Deputado Estadual, o MST disponibilizou militantes nos seguintes estados: Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará, Roraima, Rondônia, Maranhão, Goiás, Tocantins. Já para a disputa do cargo de Deputado Federal, o Movimento lançou candidaturas em: Sergipe, Bahia, Rondônia, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

Neste processo de disputa eleitoral, o MST emplacou 6 candidaturas, sendo 4 Deputados Estaduais e 2 Federais. Rosa Amorim foi eleita Deputada Estadual com 42.632 votos em Pernambuco. Marina do MST, a candidata do Movimento à Deputada Estadual no Rio de Janeiro, foi eleita com 46.422 votos. Com 64.975 votos, Adão Preto foi eleito para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Já no estado do Ceará, Missias do MST foi eleito Deputado Estadual com 44.843 votos. Os candidatos que saíram vitoriosos na disputa para Deputado Federal foram Marcon, no Rio Grande do Sul, com 122.555 votos, e Valmir Assunção, na Bahia, com 90.148 votos.

Todas as candidaturas supracitadas foram realizadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que, como vimos anteriormente, é uma organização que tem larga articulação e proximidade política com o MST.

Esta iniciativa do MST está ligada diretamente com a realidade vivida em todo o Brasil. Em entrevista ao Jornal Brasil de Fato, Débora Nunes, integrante da direção nacional do MST, afirma que “*esse contexto ajudou na definição do movimento em trilhar pela luta institucional nesse momento histórico*” (2022). Desta forma, a opção pela entrada na disputa eleitoral se dá a partir da análise das mudanças na luta de classes ocorridas na ultima quadra histórica.

A escolha por dar maior peso à disputa eleitoral parte de uma avaliação do MST que se amadurece a partir do impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT), em 2016. Em seguida vem o Temer e o governo Bolsonaro, vem a pandemia, um maior ataque desta política neoliberal. Isso nos leva a uma condição de termos que nos organizar, ainda mais, para a luta institucional e para as ações de solidariedade (CONCEIÇÃO, 2022).

Raul Amorim, integrante da direção nacional do MST, nos concedeu entrevista e suas palavras confirmam as linhas apresentadas acima. Para ele o MST tomou o protagonismo nas lutas políticas dos últimos anos, sobretudo a partir de 2016 com o impeachment sobre a ex-presidente Dilma. A mudança na conjuntura impôs um cenário em que “*não existia vitória, nem sindical, movimento popular com muita dificuldade e o que sobrava naquele momento era, pra destravar as lutas econômicas, era necessário travar lutas políticas*” (Raul Amorim, entrevista concedida em abril de 2024). É neste contexto que o Movimento Sem Terra começa a refletir sobre os novos desafios e seu papel nesta nova quadra histórica. Segundo o dirigente, esta reflexão realizada nas instâncias do MST foi sintetizada “*num debate do MST como um instrumento político da reforma agrária, ou em síntese, o MST como instrumento da luta política no Brasil*” (Raul Amorim, entrevista concedida em abril de 2024).

Igor Fellipe, outro dirigente nacional do MST que nos concedeu entrevista, afirma que a entrada do MST na disputa eleitoral está ligada a três principais fatores. Em primeiro lugar, afirma o dirigente, o “*elemento que empurra o MST para lançar candidaturas é a situação de bloqueio da reforma agrária*”. (Igor Fellipe, entrevista concedida em maio de 2024). Para ele, desde o final do último governo Lula, nos anos de 2009 e 2010, passando pelos anos de governo de Dilma, há maior obstrução das ações de reforma agrária no país. Isso se aprofunda com o golpe sobre Dilma. A partir

disso “*tem um processo na qual organização e luta dos acampamentos não dá o mesmo resultado que se dava antes porque não há condições de avançar na luta, conquistar terra e ter de forma massiva um grande número de assentamentos*”. (Igor Fellipe, entrevista concedida em maio de 2024). Porém, ainda nos governos Dilma há políticas que favorecem os assentamentos do MST e isso também muda a dinâmica do Movimento.

Outro elemento é que durante o governo da Dilma teve o lançamento de diversas políticas públicas para fortalecer a produção agrícola nos assentamentos. Políticas de compras públicas dos alimentos, políticas agroindustrialização, políticas de crédito e isso fez com que houvesse um fortalecimento dos assentamentos e do MST nos territórios, com maior enraizamento. (Igor Fellipe, entrevista concedida em maio de 2024).

Para Igor Fellipe a mudança na conjuntura política do país é outro fator de destaque.

Por fim, tem a conjuntura política que acabou jogando o Movimento na luta política. O golpe em que o MST é uma das organizações protagonista na luta contra o golpe. A campanha Lula livre. Esses elementos fizeram com que o MST tivesse uma abertura maior para a luta política. Além disso tem esse agravante da emergência da extrema direita e da bancada ruralista, o que coloca a necessidade de o movimento ter maior intencionalidade nesses espaços institucionais. (Igor Fellipe, entrevista concedida em maio de 2024).

Todos esses elementos são importantes e influenciaram na decisão do MST em lançar candidaturas coordenadas a nível nacional, porém “*o principal objetivo do MST ao participar da disputa institucional é avançar na sua consolidação como uma força política*”. (Igor Fellipe, entrevista concedida em maio de 2024). Para Igor Fellipe, o Movimento Sem Terra conseguiu se consolidar como uma organização popular que cumpre diversas tarefas, seja do ponto de vista sindical ou do ponto de vista econômico e político no avanço da reforma agrária. Nesta caminhada o MST acumulou força própria, mas no momento das eleições não tinha seu próprio candidato.

O MST é uma força política daquele território do qual ele está enraizado, nos acampamentos e assentamentos. E nesses territórios, no momento das eleições, o MST tem que franquiar sua força a outros partidos, correntes, a partir do apoio a determinados candidatos. O MST que é uma força política deixa de lado essa condição e vira um apoiador dessas forças políticas e o movimento optou por entrar na luta institucional para conseguir avançar na sua consolidação enquanto força política. Isso se dá tanto nas eleições a nível estadual e a nível federal, mas sobretudo a nível municipal, que é onde se realiza os direitos e conquistas da base do MST. Então o MST tem como

objetivo central ao entrar na luta institucional avançar na consolidação enquanto uma força política no território. (Igor Fellipe, entrevista concedida em maio de 2024).

João Paulo Rodrigues, mais um integrante da Direção Nacional do MST que nos concedeu entrevista, afirma que há 5 ingredientes que se combinam e empurram o MST para a esta tomada de decisão.

Primeiro, a conjuntura de avanço da extrema direita na área institucional. Não podemos deixar que apenas o PT, PSOL PcdB ou partidos progressistas fiquem sozinho nessa batalha campal que está tendo nas vereanças, nas assembleias e no congresso nacional. Nós temos que se somar pra enfrentar a ofensiva deles, pra enfrentar a ofensiva golpista, fascista dentro dos parlamentos. (João Paulo Rodrigues, entrevista concedida em junho de 2024).

O segundo motivo é que, segundo Rodrigues, o MST está em um dos seus melhores momento com a sociedade desde 1997¹⁵. Para o dirigente, esta relação está mais madura e isso permite avançar na disputa de projetos além da reforma agrária. O terceiro elemento é que “*o MST hoje tem quadros maduros, quadros políticos que amplia a capacidade de ter votos fora da base clássica do MST*”. (João Paulo Rodrigues, entrevista concedida em junho de 2024). Neste sentido, e aqui é apresentado o quarto ponto destacado pelo dirigente, “*a agenda que o MST defende precisa ter porta-vozes fora da vida social popular nossa. Que é a agenda ambiental, a agenda do debate da questão dos alimentos e a agenda da defesa da reforma agrária*”. (João Paulo Rodrigues, entrevista concedida em junho de 2024). Para Rodrigues, a esquerda tem bons quadros políticos e muitos são parceiros do MST, mas o Movimento percebeu que existem poucos companheiros na esquerda que defendem a reforma agrária popular. Por isso, o MST acredita que é preciso “*ter gente nesse meio que nos permite ter confiança que vai defender o discurso político do MST nas tribunas, na imprensa, em outros espaços fora do assentamento*”. (João Paulo Rodrigues, entrevista concedida em junho de 2024).

O quinto elemento, que para João Paulo Rodrigues está contido nos desafios do MST para os próximos anos.

E por fim e não menor, nós estamos entendendo que para uma disputa política e o papel do MST nos próximos 5, 10 anos, e eu tenho falado de planejamento do MST até 2030, o MST precisa avançar e melhorar sua atuação em 3 frentes. A frente de massa e a disputa pelo latifúndio

¹⁵ Referência à marcha com 1.300 militantes para denunciar o Massacre de Eldorado dos Carajás e a violência no campo.

improdutivo. São 100 milhões de hectares em disputa. Então o movimento de massas tem que estar fortalecido. Na frente da cooperação agroindústria e produção de alimento como uma força econômica e na força institucional. Significa que nós temos que ocupar todo o espaço vago possível da frente institucional. (João Paulo Rodrigues, entrevista concedida em junho de 2024).

O dirigente finaliza ressaltando que nesta nova situação política o MST precisou repensar-se.

O golpe obriga o movimento a repensar suas políticas referentes a relação com o mundo institucional e repensar nós como uma organização que precisamos disputar uma política de hegemonia além da terra, agroindústria e da política de ocupação de latifúndio. Nós precisava migrar pra outras áreas importantes. (João Paulo Rodrigues, entrevista concedida em junho de 2024).

Lúcia Marina dos Santos, a Marina do MST, como ficou conhecida em sua campanha em 2022, foi indicada pelo MST para ser a representante do Movimento nas eleições no Rio de Janeiro. Marina do MST é ex-dirigente nacional do Movimento, nos concedeu entrevista e afirma que foram os fatos conjunturais do último período que levaram o MST a tomar a decisão de lançar candidaturas.

Então todo o processo de criminalização, de perseguição das lideranças, das organizações sociais, desde os assentamentos, cooperativas, associações etc. Desde o golpe da Dilma, prisão do Lula, lutas pra garantir que Lula fosse candidato, lutas da classe trabalhadora contra as políticas devastadoras do Temer, a campanha do bozo, as ameaças, a participação na vigília Lula livre etc. Então todos esses eventos contra os movimentos sociais, contra a classe trabalhadora, contra o direito de organização, manifestação, levou o MST tomar essa decisão. (Marina do MST, entrevista concedida em junho de 2024).

Ainda sobre os fatores que levaram o MST a lançar candidaturas, Marina do MST afirma que o Movimento foi provocado pelo ex-presidente Lula a reforçar sua atuação na institucionalidade, na luta eleitoral, com representantes próprios.

E também por tudo isso de, ne... uma provocação do próprio Lula de que o MST deveria dispor de quadros para disputar a institucionalidade, de levar nossa experiência organizativa, de luta, de formação, de projeto pra dentro da institucionalidade, ou seja, pra fortalecer o partido dos trabalhadores, mas também as instituições públicas e, ao contrário, nessa mão de via dupla fazer com que essas... estar nesses espaços pudessem ser ferramentas de fortalecimento das organizações da classe trabalhadora, das pautas reivindicativas. (Marina do MST, entrevista concedida em junho de 2024).

Para a Deputada Estadual Marina do MST, o Movimento Sem Terra tem um vínculo com Lula, mais do que com o presidente Lula, pelas ações realizadas nos

momentos em que Lula teve seus “*maiores problemas e questões que passou na vida*”. (Marina do MST, entrevista concedida em junho de 2024). A Deputada refere-se ao período supracitado, em que Lula esteve preso em Curitiba – PR e que o MST atuou pela sua libertação e garantia dos direitos políticos.

Para a ex-dirigente o MST tem em mente alguns objetivos quando lança candidaturas próprias, mas seu foco, sua prioridade está na ampla atuação para extrapolar os limites convencionais do movimento social e consolidar-se como uma força política

O principal objetivo é do Movimento atuar nesse tema da reforma agrária ampliada, do MST atuar também como um instrumento político na sociedade porque o MST é um movimento social, então tem uma pauta própria, tem um programa próprio, mas não é um partido político. Então a forma também do MST ampliar o seu debate na sociedade ocupando outras esferas de poder, acho que é o objetivo principal. É a gente ir se constituindo também como um instrumento político de luta, de disputa de projeto político na sociedade, que não é só a luta pela terra e reforma agrária, mas é também um projeto de sociedade, de disputa da classe trabalhadora. Disputa de projeto para fortalecer a classe trabalhadora, não disputa da classe. (Marina do MST, entrevista concedida em junho de 2024).

O debate a respeito do lançamento de candidaturas está aberto no MST, isto significa que ainda existem lacunas, divergências e um longo caminho de acúmulo e apropriação coletiva. O que há de certo é que o lançamento de candidaturas e os possíveis mandatos não devem tornar-se o elemento mais importante da atuação política do MST, não devem girar a centralidade do Movimento Sem Terra.

Nosso foco estratégico vai continuar na mesma direção, que é a ocupação de terra para a reforma agrária popular. Mas, agora, vamos também fazer a disputa institucional, com um debate massivo de combate ideológico e de concepções de economia que enfrentem o governo Bolsonaro e a política neoliberal da terceira via. (RODRIGUES, 2022).

Os candidatos Sem Terra têm, então, a tarefa de fortalecer, durante a candidatura e no possível mandato, a estratégia, o projeto de transformações e a forma de atuação do MST. Vejamos o que Marina do MST afirma sobre esta temática em nossa entrevista.

Acho que as principais tarefas é de representar o MST, os movimentos sociais na institucionalidade, nos parlamentos e nas tarefas onde estão. Acho que defender as pautas, os temas na construção das iniciativas legislativas, que tenham como base a partir das necessidades, dos vínculos que o movimento tem. Os movimentos sociais do campo, da cidade, da periferia, nas favelas. (...) E ampliando também o debate para o conjunto da sociedade, aproveitando também os mandatos no

sentido de ir tanto pra dentro da institucionalidade, quanto pra fora pro conjunto da sociedade, ampliando esse debate, o tema da reforma agrária popular e todos os temas que acompanham, que tem no centro da sua pauta. E atuar nas 3 esferas, sendo também uma ferramenta de fortalecimento pra dentro, pra base digamos assim. Continuar de alguma forma o vínculo ne, com a organização, com o MST, seja no estado, seja a nível nacional. (Marina do MST, entrevista concedida em junho de 2024).

Para Igor Fellipe “*o MST tem firmeza na compreensão de que o que levará a transformação do país é a luta de massas*”. (Igor Fellipe, entrevista concedida em maio de 2024). Para o dirigente Sem Terra, a trajetória do PT pode ser uma referência para se pensar o tema, já que o Partido dos Trabalhadores “*tem vários avanços na luta institucional, consegue prefeitos, vereador, governador, senador, presidente, mas sem uma força de massas, não se consegue fazer transformações*”. (Igor Fellipe, entrevista concedida em maio de 2024). É por isso, então, que o MST, para o dirigente nacional, não deve desvirtuar-se do seu caminho da organização popular e da luta de massas no Brasil.

(...) o momento político abriu a possibilidade do MST desenvolver determinadas tarefas que em outros momentos não havia. Por exemplo, mesmo na luta ideológica o MST tem várias iniciativas¹⁶ que se você olha pra outros movimentos populares não tem os mesmos instrumentos. A mesma coisa na luta política. O MST conseguiu uma força tão grande na luta da reforma agrária que essa força transbordou e abre possibilidade do movimento ter iniciativas em outras frentes, mas essas outras frentes não prescindem do centro da luta e da força do movimento, que é a luta de massas e organização popular. Então esse é um debate de qual vai ser o lugar da luta institucional dentro da luta do MST, mas isso não muda o caráter do MST, que continuará tendo como centralidade a luta de massas, a luta pela terra e a luta em defesa do seu território. (Igor Fellipe, entrevista concedida em maio de 2024).

Passado o período do lançamento das 15 candidaturas, o MST realizou espaços de avaliação interna com seus militantes. Este foi um processo que se deu em vários níveis da organização, passando pelas instâncias de Coordenação e Direção Nacional e estaduais.

(...) no geral uma avaliação positiva, de que esse momento eleitoral ajudou o MST a entrar em lugares que não entrava, ajudou na luta política, ajudou na mobilização da própria base, deu um reforço de retomada de cada assentamento e acampamento, e posicionou melhor o MST na classe trabalhadora urbana, na relação com a classe média.

¹⁶ O dirigente refere-se ao Jornal Brasil de Fato e a Editora Expressão Popular, que são criações do MST para fortalecer a luta ideológica no Brasil.

Em um ambiente em que o MST teve a posse com um monte de bonés. (Raul Amorim, entrevista concedida em abril de 2024).

Amorim assegura que ainda existe um longo caminho a ser percorrido neste tema. Para o dirigente o movimento conseguiu “*ter candidatos e garantir algumas vitórias*”. (Raul Amorim, entrevista concedida em abril de 2024). Entretanto a participação do Movimento Sem Terra na institucionalidade não ficará restrita aos seus parlamentares. É necessário, assim, organizar sua participação também a nível do executivo federal.

Então nós conseguimos inserir em alguns ministérios, inserir também militantes que também estão acumulando na luta institucional. Temos secretários, diretores, secretarias executivas. Não temos nenhum Ministro. Isso também é parte do acúmulo institucional. (Raul Amorim, entrevista concedida em abril de 2024).

Amorim afirma que o MST também construiu uma brigada institucional para refletir sobre esta nova tarefa a nível nacional. São, em média, 150 pessoas que compõem este coletivo, a maioria atuando em Brasília – DF, no governo federal, mas há um grande número de militantes espalhados pelo país com atuação em mandatos, associações, cooperativas, ONG’s, superintendências e outras instituições, reforçando a tese de que a atuação institucional do MST vai além do lançamento de candidaturas próprias, se faz também com a ocupação de espaços nas diversas esferas do Estado.

O dirigente afirma que “*ainda existem muitas dúvidas e vamos passar um tempo refletindo e acumulando sobre o melhor caminho a seguir*”. (Raul Amorim, entrevista concedida em abril de 2024).

Como acumular? Qual nosso papel? Quais são os cuidados? É possível acumular pra reforma agrária? Não se tem uma avaliação sobre isso, o que tem são as questões. Quem está lá tá tentando fazer bem o trabalho e colocando na balança. Eu não acho que está fechado que o MST vai continuar lançando candidatos. Depende do movimento, mas também das mudanças políticas que vão acontecer daqui pra frente. (Raul Amorim, entrevista concedida em abril de 2024).

3.2.1. A candidatura de Marina do MST

Como dissemos anteriormente, não está entre os objetivos desta dissertação a análise das candidaturas do MST em si, mas cabe, aqui, uma leitura dos principais elementos para melhor exemplificar o que está nas entrevistas que apresentamos acima. Buscaremos, então, na campanha de Marina do MST a concretização dos objetivos

nacionais expressos pelos dirigentes. Para isto, veremos adiante as definições de campanha presentes em seu documento de estratégia.

No dia 10 de abril de 2022 o grupo de coordenação da campanha de Marina do MST realizou um seminário de planejamento que aprofundou o debate em torno desta candidatura, definindo os principais elementos que deveriam orientar a então pré-candidata a Deputada Estadual e sua equipe durante os meses de disputa das eleições. Este espaço foi composto pela equipe de campanha e por convidados, sendo estes parceiros do MST, como professores universitários, dirigentes de outros movimentos, lideranças de favelas e dirigentes sindicais.

O primeiro momento foi de definição dos objetivos da campanha. Em primeiro lugar, o geral: eleger Marina Deputada Estadual no Rio de Janeiro. A candidatura de Marina do MST não era somente para marcar posição ou agitar bandeiras políticas, era também para disputar uma das vagas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Em seguida viram as definições dos objetivos específicos:

- Marina alcançar uma expressiva votação apoiada no voto de opinião de esquerda no Rio de Janeiro;
- Eleger uma liderança política do campo popular fortalecendo esse projeto para disputar ideologicamente a sociedade;
- Divulgar a pauta política do MST para a sociedade;
- Fortalecer o papel da mulher na política;
- Fortalecer a pauta agrária e ambiental no estado do RJ.

O documento apresenta a necessidade da definição de metas para a campanha, porém todas as metas ficaram em aberto naquele momento, com a orientação para sua definição em outro espaço de debate. Não havia elementos concretos para a indicação das metas naquela reunião e, assim, as definições seriam apenas um “chutômetro”.

No debate a respeito do perfil da candidata, alguns fatores foram destacados como potencialidades, tais como a referência política que Marina é para parte significativa da esquerda do Rio de Janeiro. O documento afirma que Marina tem legitimidade no MST e nos diferentes movimentos sociais pelo seu histórico de dedicação à construção do Movimento. Outro destaque versa sobre a referência do MST na sociedade, em que este tornou-se um símbolo de resistência e mística nos assentamentos e acampamentos, seja pelo trabalho de ocupação e produção de alimentos, seja pela sua atuação no combate à fome na cidade. As ações de solidariedade e denúncia da prisão política do ex-presidente Lula e então candidato à

Presidência da República foi outro fator destacado como potencialidade da candidatura. A capacidade de articulação, de aglutinar diferentes forças políticas, a firmeza ideológica, a experiência na atuação política e o apoio de Marcelo Freixo, então candidato ao Governo do Estado e amigo pessoal de Marina, foram outros elementos apresentados como impulsionadores da campanha.

O documento apresenta também um conteúdo que versa sobre as vulnerabilidades da campanha, que, em geral, estão ligadas à conjuntura política.

- **Radicalismo** do debate atual;
- **Violência** contra a **esquerda**, violência contra candidaturas de **Mulheres**, violência no **campo**;
- Ocupações de territórios pelo tráfico e milícia;
- **Antipetismo** ainda muito presente – neofascismo no Rio.

Apresenta-se também a falta de experiência da candidata e de sua equipe na tarefa eleitoral, a baixa presença nas redes sociais e a timidez de Marina do MST para fazer fotos e vídeos.

Os integrantes da campanha definiram que “socialismo, soberania alimentar e feminismo camponês e popular” eram os princípios da campanha. Em seguida, vieram as definições sobre os eixos de atuação.

Segurança Alimentar e Nutricional:

Combate à fome; garantia da comida chegar na cidade, na favela e no campo;

Defesa de programas nacionais e estaduais: SAN, PAA, PNAE;

Alimentos saudáveis;

Produção agroecológica, consumo responsável;

Mudança climática, segurança hídrica.

Geração de Emprego e Renda:

Desenvolvimento do Rio de Janeiro;

Alinhamento com Lula e seu novo projeto de Nação;

Papel do Estado na promoção do desenvolvimento.

Democracia e Direitos (tema transversal?)

Oposição ao Bolsonaro;

Saúde e Educação;

Direito à cidade (movimentos de moradia nos territórios);

DH, LGBTQIA+;

Cultura e memória.

Questão das Mulheres (tema transversal, presente em todos os temas)

Mulher campesina – feminismo camponês popular (identidade);
 Mulheres na política;
 Discriminação e violência.

Nesta reunião foi definida a abrangência da campanha, que combinou temas de atuação e territórios (região, Município e bairro). A campanha contou, então, com uma atuação em diversas frentes, passando pelos diferentes movimentos sociais, rede feminista, jurídica, de agroecologia, de juventude e muitas outras. Nos territórios, o foco foi a região metropolitana, que concentra grande parte do eleitorado do Rio de Janeiro, porém, pela atuação do MST nos interiores, a campanha teve grande presença em outras regiões.

Para eleger Marina do MST Deputada Estadual no Rio de Janeiro, buscou-se articular todos os ingredientes expressos acima. A busca pelo voto concentrou-se, porém, na grande adesão que o MST tem no Rio de Janeiro. “O grande desafio é”, afirmavam os coordenadores de campanha, “fazer com que eleitorado de esquerda do Rio saiba que o MST tem uma candidata”. Desta forma, toda a projeção da candidatura se deu ligada à imagem e à simbologia do Movimento Sem Terra. Projetar a candidatura ligada à imagem de Lula e em oposição a Bolsonaro foi outra definição de destaque.

A candidatura buscou, assim, aplicar na prática o que se expressou em suas definições estratégicas. O nome “Marina do MST” corresponde a isto, em que o “do MST” buscava fazer uma ligação direta entre Marina e o Movimento Sem Terra. O uso de camisa, bandeira e boné do Movimento foi outro fator decisivo e tornaram-se itens obrigatórios nas agendas de campanha. O uso da simbologia Sem Terra não buscou somente a vitória eleitoral, mas também a agitação das pautas do MST junto à sociedade, sobretudo no meio urbano, onde concentrou-se a campanha.

Durante as agendas de campanha, a então candidata buscou articular os temas nacionais com as pautas do Rio de Janeiro, do MST e de outros movimentos sociais. A agitação em torno da reforma agrária popular era constante, mas a defesa da democracia e a importância de eleger Lula presidente, assim como a pauta do combate à fome, a defesa do meio ambiente, da agroecologia, da moradia digna e das mulheres na política se fez presente a todo momento.

A candidatura de Marina do MST buscou combinar estes elementos na busca por uma vitória eleitoral, mas também política. “É necessário”, afirmava a própria

candidata nos espaços internos da campanha, “*sair maior e mais fortalecido deste processo eleitoral. As organizações de esquerda, o trabalho de base e a formação política precisam se consolidar e se ampliar no Rio de Janeiro*”.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar as principais ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao longo de sua história, compreendendo, em especial, sua relação institucional e as inflexões táticas realizadas em cada conjuntura política, com destaque para o lançamento de candidaturas próprias em 2022.

Os escritos de Gramsci nos parecem vivos na teoria política do MST, pois o Movimento insiste em afirmar a necessidade da construção de um projeto político focado nas lutas históricas da classe trabalhadora. É nítido que o MST busca lidar com a pauta dos camponeses, como expresso em seu projeto de reforma agrária popular, mas também com a luta política que se impõe também sobre a classe trabalhadora urbana, como vimos anteriormente. Assim, o Movimento Sem Terra busca “*estabelecer um diálogo permanente com as forças populares da sociedade civil, para construirmos um consenso em torno de um projeto de país*” (ROSSETTO, 2022, p. 7). O MST tem como objetivo, portanto, a construção de uma nova hegemonia, tal como formulada por Gramsci.

Durante seus 40 anos de construção, o MST acumulou vitórias, derrotas e muitos aprendizados. Neste caminho, parece-nos que se fortaleceu a concepção de que o MST deve constituir-se como uma força política da classe trabalhadora brasileira, extrapolando os limites convencionais de um movimento social. Consolidar-se como força política significa ir além das pautas de sua própria base social; significa buscar a construção de um projeto que responda aos anseios do conjunto da classe trabalhadora e, desta forma, agregue sua energia política e confiança.

A atuação política do MST ocorre há décadas e não se configura como uma novidade, mas a compreensão interna de que o Movimento Sem Terra deve tornar-se uma força política para disputar os rumos do país é uma mudança fundamental em curso. Em entrevista para esta dissertação, Raul Amorim, Dirigente Nacional do Movimento, afirma que “*5, 6 anos do MST só fazendo luta política acaba que a gente diz poxa também é nosso papel ter uma postura ativa na luta política no Brasil*”. (Raul

Amorim, entrevista concedida em abril 2024). O Dirigente refere-se ao período de 2016 a 2022.

Outra mudança fundamental diz respeito ao papel da luta institucional na superação dos desafios do MST na conjuntura acima citada. O MST comprehende que a disputa eleitoral pode contribuir no desafio da consolidação do Movimento como uma força política ao projetar seus quadros em uma disputa mais ampla do que seu próprio programa. Esta elaboração a nível nacional é uma novidade na trajetória do Movimento.

Para o MST a reforma agrária popular somente se realizará com a transformação estrutural da sociedade, ou seja, com uma revolução socialista. A definição por afirmar-se como uma força política, portanto, se impõe na medida em que o MST avança em direção ao seu objetivo.

Assim sendo, o lançamento de candidaturas próprias em 2022 é, antes de tudo, o resultado de três fatores. Em primeiro lugar, a necessidade de um novo consenso social em torno de um projeto da classe trabalhadora. Depois, uma conjuntura de avanço das políticas neoliberais, de retirada de direitos do povo, apropriação de bens públicos com as privatizações e bloqueio das políticas de reforma agrária. Aliado a isto, o crescimento da extrema direita no Brasil (e no mundo), com maior expressão do conservadorismo e de uma política violenta e reacionária. Em terceiro lugar, o MST vê-se em um cenário em que a viabilidade de seu projeto está diretamente entrelaçada com a sua consolidação enquanto força política.

As candidaturas do MST e a luta eleitoral devem obedecer aos desafios e necessidades apontadas internamente. Em entrevista para esta dissertação, João Paulo Rodrigues, Dirigente Nacional do MST, afirma que a luta eleitoral “é *um movimento tático que vai ao encontro da estratégia da reforma agrária popular*”. (João Paulo Rodrigues, entrevista concedida em junho de 2024) A concepção de estratégia e tática, como apresentamos no Capítulo 1 desta dissertação, apresenta-se fortemente neste tema, já que, tanto em Lenin, quanto na formulação do MST, as eleições têm um papel auxiliar na luta revolucionária, cabendo a elas o lugar da tática.

Conclui-se, portanto, que o MST busca seu fortalecimento e maior adesão de seu programa junto a sociedade com uma atuação em várias frentes de construção. A atuação institucional e o lançamento de candidaturas apresentam-se como uma dessas frentes, que deve realizar-se sempre com vistas aos objetivos do Movimento. O

militante-candidato está, assim, orientado a construir uma campanha compromissada com as causas dos Sem Terra, mas também com uma ação que contribua para a consolidação do MST como uma força política, ampliando a capacidade de disputa da sociedade.

A candidatura de Marina do MST exemplifica estas concepções, pois seus objetivos estão articulados ao conjunto de fatores apresentados pelo MST. Eleger “A primeira mulher Sem Terra da ALERJ”, como apresentava a mensagem de campanha, tornou possível não apenas uma vitória eleitoral, mas uma vitória política para o Movimento Sem Terra.

Marina do MST foi eleita Deputada Estadual no Rio de Janeiro com 46.422 votos em 91 dos 92 Municípios do estado. Apenas em São José de Ubá, cidade do Noroeste Fluminense, a então candidata não obteve nenhum voto.

A surpreendente votação e a capilaridade de seus votos confirmam as palavras de João Paulo Rodrigues, quando este, em entrevista para esta dissertação, diz que “*o MST está numa relação com a sociedade muito boa, madura*”. (João Paulo Rodrigues, entrevista concedida em junho de 2024).

O MST foi a força motriz desta campanha, foi o diferencial, o elemento que deu, por um lado, o toque de novidade para a candidatura e, por outro, a solidez para a conquista dos votos. Votar na candidata do MST era votar nas famílias assentadas, na produção de alimentos saudáveis, na agroecologia, na reforma agrária popular, na formação política, na defesa do meio ambiente.

No cenário de polarização política, o MST ganhou maior expressão como símbolo de resistência pela sua atuação e pelas ações da extrema direita, que foi insistente em colocar sobre o Movimento a alcunha de “invasores de terra”, “bandidos” e “terroristas”. Desta forma, para parte significativa da sociedade, votar em Marina do MST era votar pela democracia, contra Bolsonaro e a favor de Lula.

Assim, a força social do MST foi responsável por atrair e capturar a disposição militante das bases (mais ou menos) organizadas do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Democrático Trabalhista (PDT). No PT, diversos núcleos e Comitês Populares apoiaram e trabalharam de forma militante

nesta campanha. Estes espaços de base aglutinam militantes de diferentes tendências internas do PT e também militantes independentes.

Esta amplitude só foi possível graças a legitimidade coletiva que o MST adquiriu durante décadas de existências. Ou seja, foi a confiança no trabalho histórico que o MST realiza com as famílias Sem Terra aliada as ações na conjuntura dos últimos anos que possibilitaram a atração do voto de milhares de pessoas.

Outro elemento de destaque é que o processo de campanha e a vitória nas urnas contribuíram para reposicionar o MST na esquerda Fluminense. O Movimento passou a ter uma Deputada Estadual eleita com capacidade de articulação e atuação em diferentes áreas. A legitimidade institucional conferida a um Parlamentar, principalmente diante de uma esquerda que, via de regra, atua centralmente através das eleições e mandatos, pode contribuir para o fortalecimento do MST como um polo de atração de agrupamentos menores. É cedo, porém, para afirmar com precisão que o Movimento se consolidará nesta posição, mas nos parece que esta é uma forte tendência.

Mais do que eleitoral, a candidatura de Marina do MST representou uma vitória política na medida em que ajudou a projetar para a sociedade uma nova visão sobre o Movimento. Contra mensagem de “invasores de terra”, entrou em cena o MST da produção de alimentos saudáveis, de geração de emprego e renda para as famílias Sem Terra e defesa do meio ambiente. Ao mesmo tempo, a campanha possibilitou melhores condições de organização e formação política, de construção de novas bases, seja do MST ou de movimentos parceiros.

Chama atenção, porém, o fato de que o MST ainda tem lacunas fundamentais abertas sobre este tema da atuação institucional e o lançamento de candidaturas. O Movimento deu passos significativos ao realizar uma elaboração que analisa os principais desafios da conjuntura e os novos inimigos. Ao mesmo tempo, implementa uma inflexão tática que, para os Sem Terra, pode responder à conjuntura. Porém, este ainda é um caminho nebuloso, cheio de receios e tensões. Durante as entrevistas ficou nítido que há grandes divergências internas sobre o lançamento de candidaturas próprias, mas não foi possível captar seu conteúdo. Os dirigentes entrevistados concentraram-se no debate político de maior adesão e nos encaminhamentos, desviando-se das polêmicas. Parece-nos, entretanto, que esta é uma forma de preservação e de respeito ao debate nos espaços internos do Movimento.

Quais saldos o MST conseguirá a nível nacional com esta nova tática? O MST vai continuar lançando candidaturas próprias? Qual impacto isso pode gerar na estrutura organizativa do MST? E no programa de reforma agrária popular? A luta institucional poderá tornar-se um elemento característico dos Sem Terra? Qual a relação partidária o MST desenvolverá? Construirão uma tendência partidária própria, se somarão a alguma já existente ou construirão outro caminho? O MST se consolidará como uma força política? Estas e muitas outras perguntas ainda estão sem resposta e podem ser objeto de pesquisa em outros trabalhos. O que está posto é que o MST buscará as respostas em sua própria caminhada.

A abertura de uma brigada institucional do MST sugere que este tema será tratado com alguma importância pelo Movimento e, desta forma, que os Sem Terra observam com maior atenção as possibilidades institucionais na busca pela sua consolidação como força política e construção de uma nova hegemonia. Desta forma, a luta institucional, que tem no lançamento de candidaturas próprias uma de suas formas de realização, é um elemento significativo a ser observado no Movimento Sem Terra.

As conquistas dos Sem Terra garantem ao MST maior pujança no cenário nacional e títulos importantes. Através do trabalho cooperativado, o Movimento destacou-se na produção de arroz orgânico e hoje é considerado o maior produtor da América Latina pelo Instituto Rio Grandense de Arroz (IRGA). Porém, o arroz é apenas um dos mais de 450 produtos orgânicos que os trabalhadores rurais e militantes Sem Terra produzem nos campamentos e assentamentos da reforma agrária para comercialização.

Com toda esta produção, o MST buscou uma forma de fortalecer o escoamento dos itens e ampliar a renda familiar dos Sem Terra. É neste sentido que surge o Armazém do Campo¹⁷, que são espaços de comercialização dos produtos da reforma agrária, mas cumprem também a função de organização e formação política, de aproximação do MST com os trabalhadores urbanos e de valorização da cultura popular.

Ainda no sentido econômico, os Sem Terra estão se aventurando também no mercado de capitais, com a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio. Em

¹⁷ O Armazém do Campo é uma loja de produtos da reforma agrária fundado e gerido pelo MST. <https://mst.org.br/2023/02/10/rede-de-armazens-do-campo-do-mst-pretende-dobrar-de-tamanho-em-2023/>

uma iniciativa inédita, o MST vendeu títulos de renda fixa a simpatizantes do Movimento para financiar o produtor ou cooperativado agrícola.

Tanto sobre a ação do MST no mercado financeiro, quanto no lançamento dos Armazéns do Campo, cabem estudos mais aprofundados para melhor compreendê-los, o que não temos condições e intenção de fazer nesta dissertação. Queremos apenas sinalizar que o MST destacou-se como uma força econômica, não apenas no sentido das conquistas para os trabalhadores rurais, mas também a partir da construção de uma rede interna de produção e venda dos alimentos e itens da reforma agrária produzidos pelas famílias Sem Terra e pela adesão a outras formas de captação de recursos e investimentos. Neste sentido, o MST parece passar por mais uma transformação, fruto do seu crescimento, da grande necessidade das famílias em resolver suas demandas concretas e na busca pelo seu próprio fortalecimento.

Como vimos anteriormente, as mudanças na conjuntura com maior expressão da extrema direita foi um dos principais elementos que levou o MST a realizar a inflexão tática em sentido da luta institucional com o lançamento de candidaturas próprias. Assim, cabe ressaltar que os grupos e partidos reacionários seguem crescendo não apenas no Brasil, mas mundo afora. Líderes que expressam projetos políticos conservadores, reacionários, de destruição dos mecanismos de proteção dos direitos humanos e ambientais através das estruturas do Estado e do incentivo à violência têm surgido com frequência e, em muitos casos, ganhado expressão na cena pública e política.

A derrota de Bolsonaro nas eleições de 2022 foi de fundamental importância para melhor posicionar a esquerda na luta de classes brasileira, mas não vetou a marcha reacionária no Brasil, que segue atuando com grande influência no país e se prepara para disputar as eleições de 2024 com o lançamento de candidatos a vereadores e prefeitos.

Desta forma, cabe um olhar atento ao desenrolar desta conjuntura, pois ela pode provocar muitas outras mudanças, não apenas no MST, mas nas organizações de esquerda e no próprio cenário político, em geral.

Os resultados apresentados constatam que a capacidade de movimentar-se de acordo com as mudanças na luta de classes está entre os elementos de maior qualidade

do MST e é um dos principais componentes que contribuem para sua manutenção no centro da política nacional ao longo de sua história.

Organizado nacionalmente desde meados dos anos 1980, o MST tem tido uma capacidade surpreendente de reinventar-se politicamente, segundo as variações conjunturais, e uma criatividade sem paralelo com os outros movimentos. Tem conseguido, assim, manter-se à tona e evitado situações de fortes indefinições, como tem sido a situação experimentada pelo movimento sindical ou outros movimentos sociais rurais (NAVARRO, 2002, p. 201).

Esta condição metamórfica (LOPES, 2004) ou a capacidade de reinventar-se politicamente destaca-se entre os elementos que garantem sua longevidade. A luta nos planos econômico, político e social com respostas concretas às famílias Sem Terra, acampadas e assentadas, garantem ao MST vitórias significativas e, em consequência, seu crescimento. Os números atuais do MST nos ajudam a dimensionar o que estamos afirmando.

400 mil famílias conquistaram terras, transformadas em assentamentos da reforma agrária. Nestes assentamentos, o trabalho pode ser individual ou cooperativo; um dos resultados foi a criação de 185 cooperativas de produção, de comercialização e prestação de serviços e 1900 associações de camponeses. Parte do produzido nos assentamentos é beneficiado em 120 agroindústrias próprias. Nos acampamentos, há ainda 65 mil famílias organizadas que lutam pela terra¹⁸. (MST, 2024, online)

O MST, que é fonte de inspiração militante para muitos, é também uma expressão das estruturas e movimentações políticas do país, e por isto as análises sobre sua atuação podem contribuir decisivamente para a compreensão do estágio da luta de classes, das estruturas e possíveis transformações sociais. Ou seja, analisar o MST, seu projeto e suas ações pode contribuir para o avanço das Ciências Sociais na medida em que têm capacidade para gerar instrumentais teóricos e, desta forma, contribuir também nos estudos sobre o próprio Brasil, nossa formação social, métodos de organização e luta da classe trabalhadora e os desafios enfrentados na busca pelo fim das desigualdades.

O MST é a continuidade da luta de indígenas e seres humanos escravizados que ousaram enfrentar as políticas colonialistas, escravistas e capitalistas que construíram formas de afastamento do povo trabalhador das terras e os jogaram em situações absolutamente precárias e indignas de vida, no campo e na cidade. O Movimento Sem

¹⁸ Para mais dados sobre a produção do MST acessar:
<https://mst.org.br/nossa-producao/>

Terra é a expressão viva do povo brasileiro, de um povo que nunca baixou a cabeça para as desigualdades e violências da classe dominante e que busca na articulação entre flexibilidade e firmeza as melhores formas de ação política para enfrentar os inimigos da classe trabalhadora e construir um projeto de libertação nacional e socialista.

Com 40 anos de existência o MST representa a resistência de trabalhadores e trabalhadoras que buscam na luta coletiva a possibilidade de mudanças não apenas no presente, mas no futuro. Agora, o MST se prepara para seu VII Congresso Nacional, previsto para ser realizado em 2025, e reafirma seu compromisso com a reforma agrária popular e por uma sociedade justa, igualitária e livre. É por este caminho de esperança em um mundo melhor para os explorados e oprimidos que o MST mantém sua chama viva, buscando a libertação de toda a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALIAGA, Luciana e MARANHO, Fernanda. O MST e a agroecologia: entre a autonomia e a subalternidade. Florianópolis. 2021.
- ALMEIRA, S. Racismo estrutural. Edição Padrão. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ANGELA, D. Mulheres, raça e classe. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, 261 p.
- BAGGIO, Roberto. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 2019. Entrevistador: Maura Silva. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/04/23/um-ano-depois-vigilia-lula-livre-segue-sendo-a-base-de-apoio-em-curitiba/>. Acesso em: 15/06/2024.
- BASTOS, P. Desafios políticos e dialógicos ao projeto de reforma agrária popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In.: Revista Eptic. Vol. 20, nº 1, jan-abr. 2018. ISSN 1518-2487.
- BERNARDES, Bruno. O Movimento Sem Terra e os Governos Lula: Da Utopia e do Pragmatismo. Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas de Lisboa (ISCSP). 2019.
- BOGO, A. Lições da luta pela terra. Salvador – BA: Memorial das Letras, 1999.
- BOITO, A. e BARRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. In.: REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA V. 21, Nº 47: 31-38 SET. 2013.
- BRASIL DE FATO. Marcha Lula Livre inicia com atos políticos. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/11/marcha-lula-livre-inicia-com-atos-politicos/>. Acesso em: 18/06/2024.
- BRITO, L. Subdesenvolvimento e dependência: a crítica ao “neodesenvolvimentismo no Brasil recente (2004-2016). ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019.
- CARVALHO, Laura. Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico. Todavia: São Paulo, 2018.

CARVALHO, Laura. Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico. Todavia: São Paulo, 2018.

CÉSAR, R. A concepção de partido em Rosa Luxemburgo. Cadernos cemarx, nº 4. 2007, p. 57 – 70.

COLETI, Claudinei. MST, Luta Pela Terra e Neoliberalismo. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/download/Claudinei1.doc>. Acesso em: 02/03/2024.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. Pandemia provoca aumento nos níveis de pobreza sem precedentes nas últimas décadas e tem um forte impacto na desigualdade e no emprego, CEPAL, 4 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>. Acesso em: 22/06/2024.

CONCEIÇÃO, Alexandre. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/01/03/2018-sera-um-ano-quente-na-luta-pela-terra-e-contra-as-medidas-golpistas/>. Acesso em: 15/06/2024.

CONCEIÇÃO, Alexandre; NUNES, Débora. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. Fato. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/o-futuro-do-brasil-esta-em-jogo-com-16-candidaturas-mst-poe-peso-inedito-na-eleicao>. Acesso em: 18/06/2024.

CORRÊA, A. Movimentos sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST. In.: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. 2013.

COUTINHO, Joana, A e GOMES, Ilse. Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo. Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/ilsegomeijoanaaparecidacoutinho.pdf>. Acesso em: 18/08/2024.

COUTINHO, R. O partido revolucionário, Vanguarda Consciente do Proletariado: a Concepção de Lenin. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 418 p.

CRUZ, C. Sindicato e partido político em Gramsci. Vitória, v1, n. 1, p. 50-62, jul/dez, 2009.

DE OLIVEIRA, D. Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica. 1. ed. São Paulos: Dandara Editora, 2021. p. 210.

DEL ROIO, M. Classe e partido em Gramsci. In: Revista Encontros com a Filosofia. São Paulo, ano 8, n° 11, 2020, p. 93-123.

DOIMO, A. M. A vez e a voz do popular – movimento populares e a participação política no Brasil pós-70, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ENGELMANN, Solange; FERREIRA, Janelson. Ações de solidariedade Sem Terra se espalham pelo país durante pandemia. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/16/acoes-de-solidariedade-sem-terra-sem-espalham-pelo-pais-durante-pandemia/>. Acesso em: 22/06/2024.

ESTANQUE, E. Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português. In: Revista Lutas Sociais, São Paulo, n° 23, 2009, p. 55 – 67.

FERNANDES, B. A formação do MST no Brasil, Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. MST: Formação e Territorialização em São Paulo. 2.^a ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FONTES, V. Capitalismo, crise e conjuntura. São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/D6NmRJcx4Z98gmSSp4cCwLy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18/04/2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Acervo Caras-Pintadas. Disponível em: <https://www18.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas>. Acesso em: 23/11/2023

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. In: Revista Crítica Marxista. São Paulo, n° 32, 2011, p. 107 – 126.

GAMA DA SILVA, Allysson Lemos. Intelectuais, partidos de esquerda e seus labirintos: os casos do PT/Brasil e MAS-IPSP/Bolívia (da redemocratização ao pósneoliberalismo). Tese de Doutorado PPGCS/UFRRJ. Seropédica, 2023.

GONÇALVEZ, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/35tRSzsTBxzLLgmThm3rvVF/>. Acesso em: 23/04/2024.

GUILHERME, C. A. 1989 história da primeira eleição presidencial pós-ditadura. Fronteiras: Paco Editorial, 2019;

GUIMARÃES, M. e GUERRA, E. Movimentos Sociais e transformação societária: concepções teóricas presentes na teoria marxista. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 63-71, jan/jun. 2013.

HARNECKER, Marta, Estratégia e tática. São Paulo – SP: Expressão Popular. 2012.

HARNECKER, Marta, Ideias para a luta. São Paulo – SP: Expressão Popular. 2018.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Dossiê nº 27, 2020.

LENIN, Vladmir. Esquerdismo: doença infantil do comunismo. São Paulo – SP: Expressão Popular. 2014.

LENIN, Vladmir. Qual é a atitude dos partidos burgueses e dos partidos operários frente às eleições para a Duma? 31 de dezembro de 1906. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1906/12/31.htm>. Acesso em 30/03/2024.

LENIN, Vladmir. Uma grande iniciativa. Obras Escolhidas, v. 3, 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 2004, 782 p.

LOPES, F. J. A reinvenção política do MST: uma análise do programa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao longo da sua história. Dissertação (mestrado em Ciência Sociais) – Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Marília – SP, 2004.

LUXEMBURGO, R. Greve de massas, partidos e sindicatos. 1906. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1906/mes/40.pdf>. Acesso em 12/04/2024.

MACHADO, Angela; JORGE, Aline; FERNANDES, Bernardo. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

CAMPO - TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 17, n. 47, p. 155-178, out., 2022.

MACHADO, E. Notas para uma tipologia classista dos “movimentos sociais”. In: Revista Crítica Marxista. São Paulo, nº 46, 2018, p. 83 – 101.

MACIEL, D. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990 – 1992). In: Revista UFG. Goiás, 2011, p. 98 – 108.

MAFORT, Kelly. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/06/28/mst-se-soma-a-greve-geral-da-proxima-sexta-30/>. Acesso em: 15/06/2024.

MAFORT, Kelly. Votar em Bolsonaro é votar em Temer. Brasil de Fato. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/11/votar-em-bolsonaro-e-votar-em-temer-diz-dirigente-do-mst>. Acesso em: 18/06/2024.

MARTINS, José. Reforma Agrária: O Impossível Diálogo. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, José. Não Há Terra Para Plantar Neste Verão. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto comunista, 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, 270 p.

MAURO, Gilmar. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 2018. Entrevistador: Wesley Lima. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/03/este-e-o-momento-de-tomar-partido/>. Acesso em: 15/06/2024.

MONTENEGRO, Darlan. O covid-19 e o nosso longo transe político. In: Pandemias e Pandêmônio no Brasil. São Paulo, 2020, 1.ed, p. 63 – 76.

MORISSAWA, M. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST. 8 de julho de 2009. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/07/08/linhas-politicas-reafirmadas-no-iv-congresso-nacional-do-mst-2000-2/>. Acesso em 16/03/2024.

MST. Marcha Lula Livre inicia com atos políticos. 11 de agosto de 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/11/marcha-lula-livre-inicia-com-atos-politicos/>. Acesso em: 15/05/2024.

MST. Nossa produção. 18 de julho de 24. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 18/07/2024.

MST. Nossa proposta de reforma agrária popular. 20 de maio de 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2009/05/20/nossa-proposta-de-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 18/07/2024.

MST. Novo modelo para reforma agrária. 31 de julho de 2007. Disponível em: <https://mst.org.br/2007/07/31/novo-modelo-para-reforma-agraria/>. Acesso em: 30/01/2024.

MST. O futuro do Brasil está em jogo: MST põe peso na eleição contra avanço das forças fascistas. 20 de setembro de 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/08/11/marcha-lula-livre-inicia-com-atos-politicos/>. Acesso em 18/07/2024.

MST. O que é o programa de Reforma Agrária do MST? 16 de julho de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/>. Acesso em 16/03/2024.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Produzir Para Viver: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a, p. 189-232.

PACCOLA, M. e ALVES, G. Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma. In.: *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.2, 2018, p.269-281

PAZZELO, Ricardo e FERREIRA, Pedro. Tática e estratégia na teoria política de Lenin: aportes para uma teoria marxista do direito. Revista on-line de filosofia e ciência humanas. Paraná, v. 23. n. 2. p. 126-151, nov./2017. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/287/275>. Acesso em 30/03/2024.

REIS, J. R. F. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In: PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê (Org.). Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC; FIOCRUZ/EPSJV, 2010. p. 219-236.

RODRIGUES, J.P. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. 20 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/20/mst-busca-contraofensiva-institucional-com-16-candidaturas-proprias-conheca-cada-uma-delas>. Acesso em: 18/07/2024.

ROSSETTO, N. Gramsci em meio ao movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST). In.: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Dossiê nº 54. Junho de 2022.

SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 528.

SALEM, Jean. Lenin e a revolução. São Paulo – SP: Expressão Popular, 2008.

SCHWARCZ, L. e STARLING, H. Brasil: uma biografia. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 2015.

SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Cia. das Letras, 2012. p. 276.

STARLING, H. Brasil, país do passado. In.: Linguagem da destruição: a democracia brasileira em crise. Companhia das letras – São Paulo, 2022.

STEDILE, J. P. e FERNANDES, B.M. Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J.P. “A Questão Agrária Brasileira e o Papel do MST”. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A Reforma Agrária e a Luta do MST. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997a, p. 11-76.

STÉDILE, J. P. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/04/05/lula-so-sera-libertado-comgrandes-manifestacoes-de-massa-afirma-joao-pedro-stedile>. Acesso em: 18/06/2024.

STÉDILE, J. P. Entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/02/joao-pedro-stedile-domst-temos-que-combinar-a-luta-institucional-com-luta-de-massas>. Acesso em: 18/06/2024.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. A formação da classe operária inglesa 1: A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

TOKARNIA, M. Mais de mil escolas estão ocupadas em protesto. 26 de outubro de 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/10/26/mais-de-mil-escolas-do-pais-estao-ocupadas-em-protesto-entenda-o-movimento.htm>. Acesso em 18/07/2024.

VERSIANI, M. H. Uma República na Constituinte (1985-1988). In: Revista Brasileira de História. São Paulo, 2010, v30, n° 60, p. 233-255.

LISTA DE ENTREVISTAS

RAUL AMORIM – 27 de abril de 2024;

IGOR FELLIPE – 03 de maio de 2024;

JOÃO PAULO RODRIGUES – 17 de junho de 2024;

LÚCIA MARINA - MARINA DO MST – 19 de junho de 2024.